

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA

**A EXPERIÊNCIA DA UFPB COM O MODELO MULTICAMPI:
REGIONALIZAÇÃO E INTERIORIZAÇÃO**

MÉRCIA MARIA CAVALCANTI DE ALMEIDA

Universidade Federal de Santa Catarina
Curso de Pós-Graduação em Administração

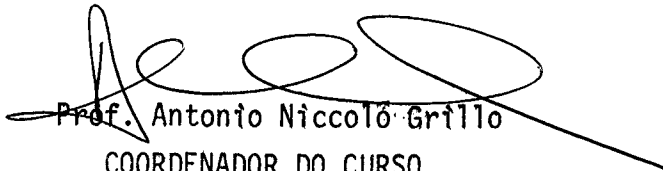
FLORIANÓPOLIS - SC

1984

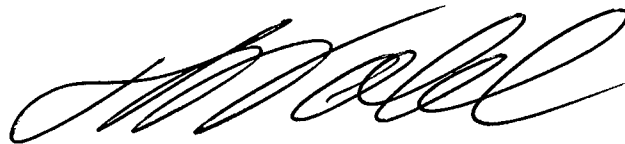
A EXPERIÊNCIA DA UFPB COM O MODELO MULTICAMPI:
REGIONALIZAÇÃO E INTERIORIZAÇÃO


MÉRCIA MARIA CAVALCANTI DE ALMEIDA

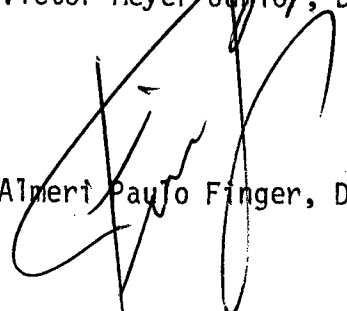
ESTA DISSERTAÇÃO FOI JULGADA ADEQUADA PARA A OBTENÇÃO DO TÍTULO DE
MESTRE EM ADMINISTRAÇÃO
(ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA), E
APROVADA EM SUA FORMA FINAL PELO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO:


Prof. Antonio Niccolò Grillo
COORDENADOR DO CURSO

APRESENTADA PERANTE A BANCA EXAMINADORA COMPOSTA DOS
PROFESSORES:


Prof. Teodoro Rogério Vahl, Doutor
PRESIDENTE


Prof. Victor Meyer Júnior, Doutor


Prof. Almeri Paulo Finger, Doutor

A meus pais, irmãos e sobrinhos

A Universidade é, certamente, uma das invenções mais maravilhosas surgidas em qualquer cultura. Ela cristaliza a percepção de que o conhecimento pode ser utilizado para iluminar, disciplinar e ampliar o poder, sendo, portanto, ela mesma, uma forma superior de poder capaz de tomar consciência de sua responsabilidade social.

Celso Furtado

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal da Paraíba, por intermédio do Departamento de Administração do Centro de Ciências Sociais Aplicadas - C.C.S.A., pela contribuição dada a minha formação acadêmica e pelo apoio oferecido à realização do curso de Mestrado em Administração Universitária.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela ajuda financeira para a condução da pesquisa.

Ao professor orientador Teodoro Rogério Vahl, pela dedicação e pela paciência nas horas de muitas dúvidas, contribuindo para melhorar a qualidade do trabalho.

Ao prof. Erlândsen Freitas Jaguaribe pelo incentivo, apoio e colaboração no desenvolvimento deste trabalho.

Ao prof. Modesto Siebra Coelho pela revisão final do conteúdo e colaboração prestada.

Ao prof. Félix de Carvalho, pelo valioso auxílio prestado pela revisão de linguagem.

Aos meus colegas da PROPLAN - Pró-Reitoria de Planejamento da UFPb, pela colaboração nos xerox e levantamentos bibliográficos.

À professora Ivanete Régis Rucco, pelo auxílio prestado quando da análise estatística dos resultados.

Aos funcionários e colegas do curso de Mestrado pelo companheirismo demonstrado, tornando mais agradável nossa estada em Santa Catarina.

À minha irmã, Gerlane Maria de Almeida Brito e à
Luiza Maria Mendes da Franca, pela datilografia.

As demais pessoas que contribuíram para a realiza-
ção deste trabalho.

RESUMO

O presente trabalho não tem a pretensão de esgotar todos os aspectos e questões pertinentes ao tema a ser desenvolvido. Dará, apenas, uma visão global da complexidade do modelo **multicampi** adotado pela educação superior do Brasil, abordando a experiência vivida pela Universidade Federal da Paraíba.

A UFPb, dentro de suas limitações, tem procurado meios para efetivar uma política de regionalização, através de uma estrutura **multicampi** de modo a impedir que os seus cursos se concentrem na capital. Sua grande meta é descentralizar e difundir os benefícios para todo o espaço geográfico do Estado.

O objetivo do trabalho é, portanto, apresentar um diagnóstico da situação atual da instituição com esse modelo que vem se desenvolvendo desde 1976. Visa, ainda, a avaliação dos resultados, destacando pontos positivos e negativos de acordo com a análise do modelo abordado.

Pretende-se que esta experiência não se perca, que seus acertos e erros sejam uma aprendizagem a mais, compartilhada com outros. Que sirva de subsídios para análise e reflexão por parte daqueles que estão preocupados em encontrar soluções adequadas ao ensino superior brasileiro.

RÉSUMÉ

Le présent travail n'a pas la prétension d'épuiser tous les aspects et questions relatives au thème à être développé. Il donnera, seulement, une vision globale de la complexité du modèle **multicampi** adopté par l'Education Supérieure du Brésil, en abordant l'expérience vécue par l'Université Fédérale de la Paraíba.

L'Université Fédérale de la Paraíba, dans ses limites, a cherché des moyens pour réaliser la politique de régionalisation, au moyen d'une structure **multicampi**, de façon à empêcher que ses cours se concentrent dans la capitale. Sa grande tâche est de décentraliser et de répartir les bénéfices dans tout l'espace géographique de l'Etat.

L'objectif du travail est, donc, de présenter un diagnostic de la situation actuelle de cette institution avec ce modèle, qui se développe depuis 1976. Il vise aussi, l'évaluation des résultats, en détachant points positifs et négatifs en relation avec le modèle abordé.

Nous voulons que cette expérience ne se perde pas, que ses solutions et ses erreurs soient une expérience de plus, s'ajoutant à d'autres. Que cela serve de base pour l'analyse et la réflexion de ceux qui se préoccupent de trouver des solutions adéquates à l'Enseignement Supérieur brésilien.

ABSTRACT

The present work isn't aimed at exhausting all the aspects and matters related to the theme here studied. It will only provide an overall view on the complexity of the **multicampi** model adopted by the higher education in Brazil, focusing on the experience of Federal University of Paraiba in this area.

The UFPb, within its limitations, has been searching for ways of accomplishing a "regionalization" policy through a **multicampi** structure, so as to prevent the concentration of its academic programs in the capital. Its major goal is to decentralize and disseminate the benefits for all the state's geographical space.

Therefore, the purpose of this work is to show a diagnosis of the institution's present situation with this model, which is being developed since 1976. It is also aimed at evaluating the results, pointing out its positive and negative aspects, according to the analysis of the above mentioned model.

We hope that this experience doesn't go astray, and that its successes and errors become a supplementary apprenticeship to be shared with others. We also intend to provide means for the analysis and meditation of those who are seeking for adequate solutions, viewing the improvement of higher education in Brazil.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
1.1 Objetivos do Trabalho	5
1.2 O modelo Multicampi	6
2. UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPb): CARACTERI- ZAÇÃO E POSICIONAMENTO CONJUNTURAL	12
2.1 Caracterização Institucional	13
2.2 Caracterização Regional	24
2.2.1 Visão Regional	24
2.2.2 Informações gerais sobre o Estado	25
2.3 Interrelacionamento Universidade/Região	27
3. A EXPANSÃO E A INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR..	34
3.1 A interiorização das universidades.....	37
3.2 A expansão da UFPb	40
3.3 O dimensionamento da UFPb	49
4. A INTERIORIZAÇÃO DOS SETE CAMPI	54
4.1 Descrição e Tipologia dos Campi	57
4.1.1 Campus I - João Pessoa	57
4.1.2 Campus II - Campina Grande	61
4.1.3 Campus III - Areia	66
4.1.4 Campus IV - Bananeiras	68
4.1.5 Campus V - Cajazeiras	71
4.1.6 Campus VI - Sousa	74
4.1.7 Campus VII - Patos	76

5.	PROCEDIMENTO METODOLÓGICO	79
5.1	Levantamento de Dados	80
5.2	População	82
5.3	Amostra	82
6.	ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS	84
6.1	Pesquisa realizada junto à UFPb e à comunidade	86
6.1.1	UFPb	86
6.1.2	Membros da Comunidade.....	86
6.2	Observações críticas ao modelo Multicampi	98
7.	A SITUAÇÃO ATUAL DA UFPb COM O MODELO MULTICAMPI ...	100
7.1	Conclusões	104
7.2	Recomendações	107
8.	ANEXOS	110
9.	BIBLIOGRAFIA	173

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

INSTRUMENTOS DA PESQUISA

1. Ficha de registro	111
2. Questionário	112
3. Ficha de Observação	116

F I G U R A S

1. Área de atuação da Universidade Federal da Paraíba ..	124
2. Organograma da Universidade Federal da Paraíba....	125

Q U A D R O S

01. Alunos matriculados nos cursos de graduação da UFPb - por Campus e Centro - 1976/80	126
02. Número de cursos de graduação por Campus/Centro 1976/80	127
03. Cursos de graduação reconhecidos por Centro -CCSA....	128
04. Cursos de graduação reconhecidos por Centro-CCEN	129
05. Cursos de graduação reconhecidos por Centro-CE.....	130
06. Cursos de graduação reconhecidos por Centro-CCHLA....	131
07. Cursos de graduação reconhecidos por Centro-CCS.....	132
08. Cursos de graduação reconhecidos por Centro-CT	133

Universidade Federal de Santa Catarina
Curso de Pós-Graduação em Administração

09. Cursos de graduação reconhecidos por Centro-CCT	134
10. Cursos de graduação reconhecidos por Centro-CH	135
11. Cursos de graduação reconhecidos por Centro-CCBS	136
12. Cursos de graduação reconhecidos por Centro-CCA.....	137
13. Cursos de graduação reconhecidos por Centro-CFT.....	138
14. Cursos de graduação reconhecidos por Centro-CFP	139
15. Cursos de graduação reconhecidos por Centro-CH(Sousa)	140
16. Cursos de graduação reconhecidos por Centro - CCA (Patos)	141
17. Docentes envolvidos no PICD a cada ano no País - 1976/80	142
18. Docentes envolvidos no PICD a cada ano no exterior - 1976/80	143
19. Docentes por categoria funcional .. 1976/80	144
20. Docentes por regime de trabalho. 1976/80	145
21. Docentes por qualificação - 1976/80,	146
22. Cursos de pós-graduação por Campus/Centro. 1976/ 80	147
23. Evolução da Universidade Federal da Paraíba. 1971/ 79	148
24. Evolução da Universidade Federal da Paraíba. 1976/ 80	148
25. Expansão territorial e física da UFPb- 1976/80	149
26. Cursos ministrados pela UFPb. Campus I - João Pessoa ...	150
27. Cursos ministrados pela UFPb. Campus II - Campina Grande	151
28. Cursos ministrados pela UFPb. Campus III - Areia	153
29. Cursos ministrados pela UFPb. Campus IV - Bananeir-	

ras	154
30. Cursos ministrados pela UFPb. Campus V -Cajazeiras ..	154
31. Cursos ministrados pela UFPb. Campus VI - Sousa	154
32. Cursos ministrados pela UFPb. Campus VII - Patos	155
33. Relação dos projetos de pesquisa do campus VII - Patos	155
34. Distribuição da Amostra dos Discentes	156
35. Distribuição da Amostra dos Docentes	157
36. Distribuição da Amostra dos Membros da Comunidade.....	159
37. Distribuição da População da UFPb pelos Campi.....	160
38. Distribuição da População da Comunidade pelos Campi ..	160
39. Principais motivos que o levaram a se fixar na região	161
40. Deseja permanecer na região?	161
41. A transitoriedade de sua permanência deve-se a ...	162
42. Indicar as carências na área da Saúde	163
43. Indicar as carências na área da Educação e Cultura..	164
44. Indicar as carências na área da Habitação	165
45. Indicar as carências na área da Indústria e Comêr- cio	166
46. Indicar as carências na área da Infra-Estrutura	167
47. Indicar as carências na área da Pecuária	168
48. A atuação da UFPb com relação às necessidades da região.	169
49. Para que a universidade possa cada vez mais res- ponder às necessidades da região é preciso:	170
50. Execução orçamentária e participação relativa de pessoal, outros custeios e investimentos 1955/80	171
51. Orçamento realizado na UFPb, segundo a natureza das fontes 1975/80	172

1,

INTRODUÇÃO

À semelhança de outras universidades federais brasileiras, a UFPb teve suas origens através da reunião de antigas escolas isoladas sob a égide de uma administração central. Essa característica condicionou, como não poderia deixar de ser, uma tendência até há pouco tempo vigente no Brasil: as universidades voltadas para um atendimento de massa, apresentando praticamente a mesma oferta de cursos profissionalizantes.

Como é sabido, não existe no Brasil tradição de universidade especializada, ou seja, aquela dedicada especialmente à oferta de cursos e a realização de pesquisas dentro de uma mesma área do saber.

Historicamente, são citadas, como exemplos, as chamadas universidades rurais, constituídas em diferentes pontos do país, mas em pequeno número e sem influência relevante no desenvolvimento do ensino superior. No final da década de 60, passou-se a repensar a universidade brasileira em termos de adequação dos seus programas aos objetivos do desenvolvimento nacional e às postulações do mercado de trabalho regional.

A busca de um modelo de universidade brasileira tem sido incessante e se constitui no grande desafio lançado aos planejadores educacionais. Como ilustração, serão apresentadas algumas citações do relatório apresentado pela UFPb ao PREMESU - Programa de Expansão e Melhoramento das Instalações do Ensino Superior, do MEC: *Em termos de política do ensino superior, o esforço recente do sistema educacional de terceiro grau tem sido o de imprimir a maior otimização*

possível aos programas de desenvolvimento universitário. A Reforma Universitária, a introdução e divulgação dos métodos e técnicas de planejamento educacional, bem como o empenho de implantar a filosofia da administração por objetivos, terão sido, provavelmente, os fatores responsáveis pela mudança de orientação e de mentalidade do delineamento dos objetivos básicos do ensino superior. (MEC/DAU/PREMESU/UFPb. 1975:1).

No caso particular da Universidade Federal da Paraíba, o ajustamento interno às características regionais vem sendo promovido nos últimos 10 (dez) anos, à base de um amplo e ingente esforço de auto-estudo e revisão do seu desempenho institucional (MEC/DAU/PREMESU/UFPb, 1975:2).

Mais adiante, referindo-se ao assunto, o relatório assinala, ainda, que sistematização da atividade de planejamento na UFPb pode ser apontada como o segredo de sua projeção no cenário brasileiro como instituição sensível e aberta às mudanças de profundidade preconizadas pela Reforma Acadêmica e aos ditames governamentais de expansão programada e seletividade na oferta de cursos em função do desenvolvimento regional (MEC/DAU/PREMESU/UFPb. 1975:2).

Internamente, a UFPb tem-se destacado por exercer um papel preponderante no desenvolvimento do Nordeste, sub-região em que está inserida, através de sua experiência **multicampi**. No período 1976/80 implantou-se, institucionalmente, na UFPb, o modelo **multicampi**. Presentemente, dispõe esta universidade de 07 campi, distribuídos nas cidades de João Pessoa, Campina Grande, Areia, Bananeiras, Ca-

jazeiras, Sousa e Patos. Entende-se, então, que esta é uma Universidade que pretende ser inteiramente voltada para a região, onde se desenvolvem suas atividades básicas desde o litoral, na cidade de João Pessoa, até a cidade de Cajazeiras, no alto sertão paraibano, que dista 466 km da capital do Estado.

A pesquisa que se desenvolve neste estudo abrange o período 1976/80, representando os 04 primeiros anos da implantação do modelo **multicampi** da Universidade da Paraíba.

A tônica do estudo consiste no propósito de oferecer subsídios concretos para a identificação do perfil institucional da Universidade Federal da Paraíba, suas preocupações, bem como as grandes linhas direcionais do seu desenvolvimento no quadriênio passado, em termos de definição de objetivos didático-científicos e na moldura de uma política de expansão e modernização.

O Prof. Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque (1976:6), Reitor no período 1976-80, no seu discurso de posse, afirma: *"Ao investir-me no cargo de Reitor da Universidade Federal Paraíba, devo apresentar, ainda que em termos gerais, as diretrizes principais de minha atuação. Esse plano terá como diretrizes básicas a consolidação institucional, a intensificação das atividades acadêmicas, a integração da Universidade na região, a consolidação física da instituição e a participação efetiva do corpo discente na vida universitária.*

Este trabalho representa, assim, mais um passo no sentido de estudar, cientificamente, a racionalização das

atividades desenvolvidas por todos os setores da UFPb. Com isto, pretende-se observar melhor o ordenamento e a maior integração de todos os seus segmentos no sentido de sua consolidação, preconizada nas diretrizes da administração em análise, junto ao modelo de universidade **multicampi**.

1.1 - Objetivos do Trabalho

O aspecto fundamental do presente estudo foi tentar verificar, na prática, o que se previu na teoria ou no planejamento, isto é, se o modelo **multicampi** efetivamente atingiu os objetivos a que se propôs, com a intenção de conhecer melhor esta experiência através da regionalização e interiorização.

Pretendeu-se ainda atender os seguintes objetivos:

- a) caracterizar a realidade de modelos **multicampi**, com análise crítica do modelo adotado pela UFPb;
- b) mostrar, através de um retrospecto histórico, os problemas que tiveram que ser solucionados;
- c) medir os resultados em termos de política da interiorização e regionalização, tendo como referência o período 1976/80.

Diante do exposto, pode-se afirmar que o presente trabalho, direcionado por seus objetivos, procurou responder a seguinte pergunta chave: *Até que ponto a estratégia administrativa da universidade, no modelo **multicampi**, é eficaz na efetivação de uma política de interiorização?*

Pretendeu-se, também, que este trabalho sobre a experiência da UFPb oferecesse uma contribuição ao entendimento da real filosofia do modelo citado, a fim de que ele possa ser mais divulgado e implantado, mormente levando-se em consideração as características e dimensões do nosso país. Por outro lado, espera-se, ainda, serem os dados aqui apresentados úteis à comunidade universitária, bem como aos que se interessam em conhecer a Universidade Federal da Paraíba.

1.2 - O Modelo Multicampi

Nos últimos anos, o ensino superior no Brasil entrou numa fase de franco desenvolvimento. As universidades passaram a se preocupar em estabelecer uma doutrina básica que orientasse seu modo de ministrar o ensino, dentro das possibilidades do país.

Antes de passar-se à análise do modelo adotado pela Universidade Federal da Paraíba, é interessante fazer-se referências ao trabalho apresentado pelo Prof. William B. Adrian, intitulado Operações de Sistemas de Multicampus, nos EEUU.

Segundo ADRIAN (1977:59), o desenvolvimento de sistemas **multicampi** nos EEUU, surgiu em 1945. No entanto, tais sistemas só cresceram em tamanho e complexidade nos últimos 15 anos. Para o autor, *este desenvolvimento ocorreu em resposta a 03 pressões principais: 1) rápida expansão de matrícula e instituições; 2) aumento de complexibilidade e*

custo de programas; 3) demandas públicas (através de ações das legislaturas estaduais) por um uso mais efetivo e eficiente dos recursos.

Outro aspecto levantado pelo autor refere-se aos padrões distintos no desenvolvimento dos sistemas **multicampi**. O primeiro caracteriza-se pela consolidação no qual instituições e campi existentes foram adequados sob uma nova administração central ou conselho de dirigentes e o segundo tem sido a extensão de uma universidade liderante pela criação de novos campi ou absorção antigos (ADRIAN, 1977:59).

ADRIAN (1977:59) define operacionalmente os sistemas **multicampi**, como sendo um grupo de campi de universidade ou de **colleges** governado por uma administração central ou um conselho de dirigentes.

Utilizando as experiências realizadas no exterior, o modelo **multicampi** começa a ser introduzido no Brasil. Em virtude desse processo histórico, a UFPb, em fins de 1976, começou a se preocupar em desenvolver um sistema que integrasse todas as regiões do Estado. Com isso, nasceu um modelo de Universidade **multicampi**, sendo uma experiência pioneira nas instituições de ensino superior no país.

A complexidade e as dificuldades para formular um exato conceito deste modelo têm levado às mais variadas concepções e a uma impossibilidade de definição absoluta do termo.

O Prof. Lynaldo Cavalcanti de ALBUQUERQUE (1978: 47), quando à frente dos destinos da UFPb, começou a se

preocupar em *definir e aplicar, na Paraíba, um modelo de universidade multicampi, visando a uma maior compatibilização dos meios e fins e uma gradual desconcentração de serviços e atividades de ensino, pesquisa e extensão.*

Com relação ao assunto, o Prof. Lynaldo afirma: *esta universidade, a única talvez entre as instituições federais que tem, entre outras peculiaridades, a de atuar em quatro diferentes campi, o que podemos interpretar como verdadeira antecipação de que está chamada a desempenhar importante missão de âmbito estadual (ALBUQUERQUE, 1979:104).*

A seguir, destaca: *no modelo estão previstos, ainda, para etapa futura, outros campi, fundados sobre a evasão e os recursos que se foram criando em novos pólos regionais paraibanos, como Patos, Cajazeiras, Guarabira, já identificados em pesquisa e estudo...*

Continuando seu pensamento, assinala o mesmo autor: *a luta para fincar as bases da universidade multicampi implicou em decisões e ações que se desdobram no Campus I, em João Pessoa; no Campus II, em Campina Grande; no Campus III, em Areia; no Campus IV, em Bananeiras; no Campus V, em Cajazeiras; no Campus VI, em Patos e no Campus VII, em Sousa, abrangendo um gigantesco esforço de dotar as bases da UFPB de equipes de especialistas nacionais e estrangeiros, em exclusiva dedicação à universidade, engajados em programas de graduação, de pesquisa e de prestação de serviços à comunidade, numa ambiciosa tentativa de profissionalização do pessoal docente (ALBUQUERQUE, 1979:148).*

✱ Para renomados educadores, uma das características

essenciais de um sistema efetivo de educação superior é a diversificação. Um sistema **multicampi** bem concebido proverá * mais e melhores oportunidades aos estudantes por concentrar programas especializados de pesquisa e ensino, em instituições selecionadas por evitar proliferação e duplicação desnecessárias.

No tocante a esta Universidade, os cursos se implantaram, tanto a nível de graduação como de pós-graduação, com a finalidade de intensificar as atividades acadêmicas e de encaminhá-las no sentido de atender às carências locais e regionais. Portanto, a política, nesse sentido, foi a de preencher espaços vazios no Nordeste e de procurar promover atividades que vão ao encontro das necessidades mais prementes.

Em torno das amplas modificações, o ex-reitor da gestão 1976/80, conseguiu iniciar o cumprimento de uma de suas diretrizes básicas, ou seja, a de intensificar todas as atividades acadêmicas. João Pessoa e os demais **campi** tornaram-se, pouco a pouco, pólo eclético, em vista do grande número de atividades que se iam desenvolvendo nos departamentos, nos cursos, no centros e núcleos de pesquisa.

*As recentes reformas de legislação própria de UFPb tiveram justamente este cuidado: o de dotar a Universidade de um modelo de organização e de administração que traduzisse sua vocação **multicampi**, preservando sua unidade administrativa e a flexibilidade da gestão dos seus diversos campi (UFPb/UMA UNIVERSIDADE MULTICAMPI, 1982:15).*

No Brasil, somente se tem conhecimento de uma Uni-

versidade Estadual, a UNESP - Universidade Estadual de São Paulo e, até certo ponto, a USP (Universidade de São Paulo), com características de um modelo **multicampi**.

No contato informal com os administradores da UFPb sentiu-se que eles acreditam que uma estrutura **multicampi** pode beneficiar mais o Estado e a região do que a estrutura de um único campus, geralmente localizado na capital, a exemplo do que acontece na quase totalidade das instituições federais de ensino superior.

É preocupação do Reitor (Administração 1980-84) dar, na medida do possível, continuidade e apoio às ações e iniciativas nesta luta.

Para tanto, porém, era preciso deixar de lado os vários modelos importados e, aproveitando a flexibilidade da reforma de 1968, criar um modelo próprio, uma universidade capaz de gerar mudanças, exercendo um papel de agente de transformação no quadro sócio-econômico e cultural nordestino. E o papel da UFPb, nos últimos anos, tem sido o de atualizar-se, dinamizar-se, manter-se em condições de acompanhar a evolução científica e sócio-econômica, para atender a comunidade.

É oportuno citar um trecho do pronunciamento do Reitor da UFPb, (1980-84) Prof. Berilo Ramos Borba, que nestes termos reporta-se ao seu antecessor:

No que tange à nossa Universidade Federal da Paraíba, hoje em dia, graças, sobretudo, aos esforços do Prof. Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, a UFPb ajustou a sua estrutura às peculiaridades de sua configuração territorial,

tornando-se uma universidade *multicampi* por excelência (UFPb/UMA UNIVERSIDADE MULTICAMPI, 1982:15).

Como se pode observar, o referido administrador procurou dar continuidade às diretrizes fixadas pela gestão passada, atribuindo ao modelo *multicampi* sua vocação para interiorizar e fixar o homem à terra, além de permitir o desenvolvimento de suas potencialidades locais.

Merece registro ainda o que opina o prof. Berilo a este assunto: *Uma das tarefas primordiais desta gestão, sem dúvida, será consolidar esta vocação e esta estrutura multicampi... A adoção do modelo multicampi na UFPb demonstrou-se uma experiência perfeitamente válida e eficaz - e é hoje um exemplo para as universidades federais, no que diz respeito à expansão e à interiorização do ensino e de outras atividades* (UFPb/UMA UNIVERSIDADE MULTICAMPI 1982:15).

Ao lado dessas realizações, pode-se aduzir que o desafio da UFPb hoje é de consolidar o programa de expansão e permanecer com a diretriz original de comprometimento com a realidade no sentido de comprovar a eficácia do modelo *multicampi* no que concerne a interiorização das ações da instituição em questão.

2.

UFPB - CARACTERIZAÇÃO E POSICIONAMENTO CONJUNTURAL

O presente capítulo tem como ponto de partida a caracterização da Universidade Federal da Paraíba, abrangendo seu posicionamento no contexto regional, sua organização acadêmica e administrativa, visando à modernização e à expansão da relativamente jovem Universidade, criada em 1960.

Desta forma, procurar-se-á apresentar no transcorrer do capítulo os seguintes itens: Caracterização Institucional; Caracterização Regional e Interrelacionamento Universidade/Região, desenvolvidos com base nos melhores e mais fidedignos dados e informações disponíveis. É possível, no entanto, que alguns itens apareçam incompletos, o que é explicável numa região nitidamente subdesenvolvida, onde as informações também se apresentam precárias.

2.1 - Caracterização Institucional

O ensino superior brasileiro, estruturado sob a forma de universidade, vem sendo discutido desde o início do século XIX, ganhando um verdadeiro impulso por volta de 1915, quando surgiu a Reforma Carlos Maximiliano (Decreto nº 11.530, de 18 de março de 1915), que autorizava a reunião, sob a mesma direção, das diversas escolas que compunham o complexo de ensino superior no Rio de Janeiro, então capital da República.

Este fato gerou, como consequência, uma forte corrente no sentido de centralização administrativa dos diversos estabelecimentos de ensino superior espalhados por todo o território nacional. Em 23 de setembro de 1928, regulou

o governo federal, através do Decreto nº 5.616, a criação de universidades nos estados da federação.

A 11 de abril de 1931, o governo da República baixou 03 decretos: o primeiro, de nº 19.850, criou o Conselho Nacional de Educação como órgão consultivo do então Ministério da Educação e Saúde Pública; o segundo, de nº 19.851, instituiu o Estatuto das Universidades Brasileiras, que estabelecia a organização técnica e administrativa das Universidades, que deveriam reger-se de acordo com os respectivos regulamentos e, finalmente, o terceiro decreto, de nº 19.852, dispunha sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro, como sendo a primeira universidade brasileira (Projeto da Cidade Universitária de João Pessoa, vol. I, 1966:49, 50).

Não obstante a vizinhança de Pernambuco, onde foram dados os primeiros passos para implantação do ensino superior, já no fim do século XVIII (Seminário de Olinda, 1798-1800), a Paraíba somente entrou na história do ensino de terceiro grau em 1934.

A mais antiga escola superior da Paraíba foi a Escola de Agronomia do Nordeste, situada na cidade de Areia (zona do Brejo), criada pelo governo do Estado, através do Dec. nº 478, de 12.01.1934. Essa Escola mantém-se em funcionamento regular desde o ano letivo de 1937. Na ordem de antigüidade, segue-lhe a Faculdade de Ciências Econômicas da Paraíba, fundada como estabelecimento particular em 30 de outubro de 1947, quando o governo concedeu autorização para o funcionamento do curso de Ciências Econômicas. Em

1948, o governo do Estado instituiu a Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras, dando cumprimento ao estabelecido na Constituição Estadual, de 11 de julho de 1947.

Através de iniciativa privada, surgiram depois a Faculdade de Direito da Paraíba (1949) e a Faculdade de Medicina da Paraíba. A 20 de julho de 1951 é fundada a Escola de Serviço Social da Paraíba. Mais tarde surgiram outras duas escolas estaduais: a Faculdade de Odontologia da Paraíba (Lei nº 646, de 05 de dezembro de 1951) e a Escola Politécnica de Campina Grande (Lei nº 792, de 06 de outubro de 1952). Em 11 de dezembro do mesmo ano (Dia do Engenheiro), foi instalada, em João Pessoa, a Escola de Engenharia da Paraíba, por iniciativa particular. Pela lei estadual nº 875, de 24 de janeiro de 1953, foi criada a Escola de Enfermagem da Paraíba. A Faculdade de Ciências Econômicas de Campina Grande foi instituída dois anos depois, através da lei municipal nº 512, de 1º de julho de 1955.

Segundo o Prof. José RAMOS (1979:49), uma das mais válidas alternativas de descrever a evolução da Universidade Federal da Paraíba será certamente a de associar a seqüência cronológica às tendências características de cada fase do seu desenvolvimento sem, no entanto, confundir etapa de evolução com o período de gestão administrativa.

1ª fase: 1955/1960. Corresponde ao funcionamento da então chamada Universidade da Paraíba, instituída pelo governo do Estado, na administração do governador José Américo de Almeida, através da Lei nº 1.366, de 02 de dezembro de 1955, constituindo-se inicialmente de 09 unidades, sendo

04 incorporadas e as demais agregadas.

Incorporadas:

1. Faculdade de Filosofia da Paraíba.
2. Faculdade de Odontologia da Paraíba.
3. Escola Politécnica da Paraíba.
4. Escola de Enfermagem da Paraíba.

Agregadas:

1. Faculdade de Direito da Paraíba.
2. Faculdade de Ciências Econômicas da Paraíba.
3. Escola de Engenharia da Paraíba.
4. Escola de Serviço Social da Paraíba.
5. Faculdade de Medicina da Paraíba.

Tal composição se ampliou depois, com a incorporação da Faculdade de Farmácia da Paraíba, em 25 de março de 1956, por iniciativa de um grupo de profissionais.

Pelo Decreto nº 40.160, de 16 de outubro de 1956, o governo federal concedeu à Universidade Federal da Paraíba prerrogativa de equiparação e aprovou seu primeiro estatuto. Quando instituição estadual, a então denominada Universidade da Paraíba mantinha uma estrutura singela que assim se poderia resumir:

a) **Administração superior**, compreendendo a Reitoria, como órgão executivo; o Conselho Universitário, órgão deliberativo máximo e o Conselho de Curadores, com atribuições também deliberativas em assuntos financeiros.

b) **Faculdades e Escolas Incorporadas**, vinculadas

ã Universidade por integraçãõ patrimonial e dependência didática e administrativa, além de mantidas pelo orçamento comum da instituição;

c) **Faculdades e Escolas Agregadas**, com personalidade jurídica própria e parcialmente dependentes da Universidade (subvenção orçamentária e supervisão didática).

Não faltou aos fundadores a visão de relevância da dimensão didático-científica da instituição nascente. Ao se abrirem os primeiros cursos superiores, adotou-se a política de trazer à Paraíba mestres de renome, nacionais e estrangeiros, com o fim de colaborar no ensino e na pesquisa em diversas áreas. Foi o primeiro esforço consciente de melhoria da qualidade do trabalho acadêmico, numa época de escassa ou inexistente pós-graduação no país.

Outro ponto em que se evidenciou certa visão do futuro aos fundadores está relacionado à antecipação de providências visando à futura integração física das unidades acadêmicas da universidade.

Jã em 1958, terceiro ano de seu efetivo funcionamento, a Universidade conseguia, junto à Assemblêia Legislativa do Estado, a transferência, para seu patrimônio, de uma área superior a 125 hectares, destinada à construção da Cidade Universitária.

2ª fase: 1961/1969: Com base na Lei nº 3.835, de 13 de dezembro de 1960, foi federalizada a Universidade Federal da Paraíba, constituída pelas Faculdades de Odontologia, Direito, Filosofia, Ciências e Letras, Medicina, Ciências

Econômicas de Campina Grande e as Escolas Politécnica, de Enfermagem, de Engenharia e de Serviço Social.

A configuração estrutural da Universidade foi praticamente mantida com a federalização até 1967, com a criação de alguns órgãos e a transformação de outros, como segue:

a) Criação dos Institutos Centrais de Química (15 de dezembro de 1962), Matemática (27 de fevereiro de 1965) e Física (05 de março de 1965), por atos do Conselho Universitário com funções de "coordenação do ensino e da pesquisa das ciências básicas".

b) Surgimento da Comissão Central de Pesquisa (11 de dezembro de 1965) como órgão coordenador, supervisor e consultivo de planos de pesquisas de todas as unidades universitárias.

c) Transformação do antigo Conselho Técnico-Administrativo em Conselhos Departamentais, com funções análogas, embora somente em algumas Faculdades e Escolas comesçassem a funcionar os departamentos.

d) Funcionamento de unidades de aplicação ou institutos especializados, setores de apoio das Faculdades e Escolas, objetivando a complementação das atividades didáticas através de pesquisa, treinamento e extensão. São exemplos desses órgãos: O Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais da Paraíba (IPESP) e o Escritório-Modelo de Contabilidade da Faculdade de Ciências Econômicas da Paraíba;

o Escritório-Modelo de Advocacia da Faculdade de Direito.

e) Criação, em convênio, com a SUDENE, do Colégio Universitário da Paraíba, destinado a preparar candidatos aos concursos de habilitação das Faculdades e Escolas da Universidade.

f) Manutenção de cursos permanentes de extensão artística (Música, Artes Plásticas e Teatro), através do Departamento Cultural da Universidade (COEX).

Em decorrência dos princípios e normas de organização das universidades federais, baixados pelos Decretos-Leis nºs. 53/1966 e 252/1967, a Universidade Federal da Paraíba foi reestruturada pelo Decreto nº 61.920, de 19 de dezembro de 1967, ficando constituída de 08 Institutos Centrais (unidades de ensino e pesquisas básicas) e 09 Faculdades e Escolas:

a) Institutos Centrais: Filosofia e Ciências Humanas, Letras, Matemática, Química, Ciências Biológicas, Artes e Geociências. (Os dois últimos não chegaram a ser implantados);

b) Faculdades e Escolas: Educação, Direito, Ciências Econômicas, Engenharia, Medicina, Odontologia e Farmácia (João Pessoa); Politécnica e Ciências Econômicas (Campina Grande).

Com a reestruturação de 1967, outras modificações importantes foram introduzidas: Os institutos especiali-

zados foram, na maioria, absorvidos pela estrutura departamental das faculdades e escolas respectivas. Por outro lado, substituiu-se também a Comissão Central de Pesquisas pelo Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão-CONSEPE. Com o advento da Lei nº 5.540/68, complementada pelo Decreto-Lei nº 464/69, tornou-se possível proceder à nova revisão da estrutura da UFPb, em busca de maior racionalidade, visando a uma integração mais efetiva.

3ª fase: A década de 70. Adaptado ao Plano de Reestruturação de 1967, foi aprovado, em outubro de 1969, o Estatuto da UFPb. O novo plano concebeu a UFPb organizada com base nos departamentos, com órgãos de ensino e pesquisa, coordenados e integrados a nível de administração intermediária por centros, como órgãos setoriais.

O Decreto nº 73.701, de 28 de fevereiro de 1974, aprovou a reestruturação proposta, que resultou na fusão, transformação ou extinção das antigas unidades (Institutos Centrais, Faculdades e Escolas). Foram criados novos departamentos, os quais se acham agrupados, por afinidade de áreas de conhecimento, e por campus em 12 centros, a saber:

O **Campus I**, na cidade de João Pessoa, compreende os seguintes centros:

1. Ciências Exatas e da Natureza;
2. Ciências Humanas, Letras e Artes;
3. Ciências da Saúde;
4. Tecnologia;
5. Ciências da Saúde;
6. Educação.

O **Campus II**, na cidade de Campina Grande, abrange os seguintes centros:

1. Ciências e Tecnologia;
2. Humanidades;
3. Ciências Biológicas e da Saúde.

O **Campus III**, na cidade de Areia, compreende o Centro de Ciências Agrárias.

O **Campus IV**, sediado na cidade de Bananeiras, engloba o Centro de Formação de Tecnólogos.

O **Campus V**, na cidade de Cajazeiras, abriga o Centro de Formação de Professores.

O **Campus VI**, situado na cidade de Sousa, possui o Curso de Ciências Jurídicas, vinculado administrativamente ao Centro de Humanidades, de Campina Grande.

O **Campus VII**, na cidade de Patos, mantém 02 cursos: Medicina Veterinária e Engenharia Florestal, vinculados administrativamente ao Centro de Ciências Agrárias - Areia.

A seguir, recorre-se ao Regimento Geral da UFPb, com o intuito de transmitir, com mais clareza, a sua estrutura administrativa, referindo-se, também, às competências dos órgãos que a compõem:

a) **Assembléia Universitária**: compete-lhe tomar conhecimento do relatório apresentado pelo Reitor sobre as principais ocorrências do ano anterior e do plano de ati-

vidades da Universidade para o novo ano letivo, bem como estar presente aos atos solenes de colação de grau dos concluintes dos cursos de graduação e à entrega de títulos honoríficos.

b) Órgãos de Administração Superior:

- Conselho Universitário, órgão deliberativo superior, em matéria de política geral da universidade;

- Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), órgão deliberativo superior, em matéria didático-científica;

- Conselho Curador, órgão fiscal e deliberativo, em assuntos econômicos e financeiros;

- Reitoria, órgão executivo da administração superior, que coordena, fiscaliza e superintende as atividades da Universidade.

c) Órgãos de Administração Setorial: Entende-se como setorial a administração dos centros, órgãos de coordenação, fiscalização e integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A administração de cada centro é exercida pelos seguintes órgãos:

Deliberativos - que compreendem o Conselho de Centro, os Departamentos e os Colegiados de Cursos;

Executivos - que compreendem a Diretoria, as Chefias de Departamentos e as Coordenações de Cursos.

d) Órgãos Suplementares:

- Biblioteca Central;
- Núcleo de Processamento de Dados;
- Editora Universitária;
- Hospital Universitário;
- Laboratório de Tecnologia Farmacêutica;
- Núcleos de Pesquisa e Extensão, criados por Resoluções do CONSEPE e subordinados diretamente à Reitoria, ou, por delegação do Reitor, às Pró-Reitorias ou Centros.

e) Órgãos de Apoio Administrativo: São órgãos incumbidos das atividades-meio, em todo o âmbito da Universidade (Regimento Geral da UFPb, 1980).

Pelo exposto, vimos que a UFPb sofreu diversas modificações de estrutura, desde inícios de 1976. Tais mudanças processaram-se a nível de departamentos, de implantação de novos centros, abertura de novos campi no interior do Estado e criação de novos órgãos na estrutura da Universidade.

Diversos núcleos de pesquisa e laboratórios surgiram, igualmente, no bojo destas mudanças, o mesmo sucedendo com o sistema de Câmaras, criadas no CONSEPE, que passou a ter maior abrangência de atribuições.

Esse esforço de consolidação foi avaliado pelo próprio texto do Estatuto e Regimento Geral da Universidade, atualizados e aperfeiçoados na gestão do Reitor Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque e aprovados pelos órgãos federais.

Com o objetivo de descentralizar administrativa-

mente os 06 campi do interior, foi incluída ainda, no Estatuto e Regimento da UFPb, a criação de uma Prô-Reitoria para Assuntos do Interior - PRAI, com funções delegadas e jurisdição sobre Campina Grande. Com a criação de novos centros, a PRAI tornou-se um imperativo da própria extensão e interiorização da Universidade.

Uma das principais características desse novo período administrativo refletiu-se no caráter **multicampi** que tomou a Universidade, o qual, ao final desta gestão, passou a cobrir todo o território da Paraíba, do litoral a Cajazeiras.

2.2 - Caracterização Regional

2.2.1 - Visão Regional

A grande região Nordeste é constituída por nove estados da federação, a área mineira do polígono das secas e o Território Federal de Fernando Noronha, conforme a classificação da SUDENE.

Neste fim de século e sob o pano de fundo das grandes conquistas científicas e tecnológicas que assinalam as transformações características da civilização do ocidente, o Nordeste brasileiro permanece como uma das mais extensas e populosas regiões-problema do mundo.

Numa visão retrospectiva da história econômica do Nordeste, temos como fato básico - tomando como ponto de referência o processo de industrialização deflagrado no

país a partir do segundo pós-guerra - que o setor primário permaneceu estacionário, sobretudo, pelo regime de exploração sob forma de parceria, enquanto que o setor industrial não sofreu qualquer impulso dinamizador significativo. Essa situação de inferioridade econômica, evidenciada por flagrante desnível regional, que justificaria, inclusive, o diagnóstico de uma realidade econômica atual no país - Nordeste, anacrônico, e Centro-Sul, moderno - viria acrescentar-se um fator de proporções agônicas: a seca (UFRN - Plano Geral de Ação - 1976/79:48).

O fenômeno das secas, que massacra, preponderantemente, a zona semi-árida, é responsável pela insegurança e pobreza da região e, apesar de sua constância, ainda constitui fator de perplexidade para o nordestino. É forçoso reconhecer a ação dinamizadora sobre o setor secundário da economia nordestina empreendida pela SUDENE, que a partir da década de 60, passou a evidenciar a ação de um organismo planejador do desempenho governamental na região.

2.2.2 - Informações Gerais sobre o Estado

A Paraíba é o Estado mais oriental da região Nordeste. Sua extremidade leste é o ponto mais avançado do território nacional e da América do Sul. São limites do Estado: o Oceano Atlântico, a leste; o Rio Grande do Norte, ao norte; o Ceará, a oeste e Pernambuco ao sul.

O Estado tem uma área de 56.372 km², correspondente a 0,66% da área total do país e a 3,64% da extensão do Nordeste. Possui uma população superior a 04 milhões de habitantes.

Mais de 3/4 da superfície do Estado se encontram numa faixa de altitude entre 200 e 800m e apenas 18% abaixo de 200m. Os principais tipos climáticos da Paraíba são o tropical úmido, o semi-árido quente e o tropical com chuvas de verão.

O Estado foi dividido pelo IBGE em 12 microrregiões homogêneas, com 171 municípios. Três microrregiões abrigam metade dos habitantes do Estado: Litoral Paraibano, Agreste da Borborema e Depressão do Alto-Piranhas.

Sua base econômica repousa na agricultura, sendo também possuidor de várias fontes de recursos naturais, na maioria, pouco exploradas.

A Paraíba, diferentemente da maioria das unidades da federação, guarda características bastante peculiares na distribuição de sua população. Está pontilhada de várias cidades de porte médio como: Campina Grande, Guarabira, Patos, Sousa, Cajazeiras e outras que, ultimamente, vêm apresentando um rápido desenvolvimento, fazendo com que a sua economia não se concentre totalmente na capital.

João Pessoa, capital do Estado, localiza-se na zona fisiográfica do litoral. É a região mais oriental do país.

A cidade foi edificada nas encostas e no planalto de um contraforte que se prolonga até a margem direita do

rio Sanhauã. Prolonga-se, para leste, em direção ao litoral, onde se encontra a praia de Tambaú, transformada em bairro da cidade e aprazível centro balneário, muito procurado pela população do interior do Estado e por visitantes dos estados vizinhos do país (UFPb - Projeto da Cidade Universitária de João Pessoa. Vol. 1, 1966:22).

2.3 - Interrelacionamento Universidade/Região

O Nordeste, na condição de região-problema entre as demais do Brasil, requer atenção especial dos poderes públicos, sob pena de prejudicar o crescimento geral do país.

Referindo-se a esta região, o Prof. Manoel Correia de Andrade afirma que *fazendo parte de um grande país, há neste, um autêntico desequilíbrio de desenvolvimento regional, o qual constitui um permanente perigo para sua integração* (ANDRADE, 1974:30).

Ao colocar-se dinamicamente face aos desafios que lhe foram propostos, a UFPb passou a desempenhar um papel decisivo na formulação de um complexo de respostas eficazes à grande questão básica hoje submetida à universidade brasileira, quanto à função que deve exercer no processo de transformação que deverá libertar o país da dependência e realizar o desenvolvimento integral dentro dos grandes parâmetros de universidade que a identificam.

A UFPb tem um compromisso definitivo com o Nordeste, o qual se traduz na regionalização crescente de suas

ações associada à configuração espacial que assumiu desde a primeira etapa de sua implantação. A diversificação das áreas de atuação que constitui uma manifestação típica do processo de implantação da Universidade contribuiu para desnudar um modelo de instituição, cuja realização final muito se conforma ao que se poderia definir como um compromisso com o meio.

A análise tipológica dessas ações diversificadas, onde se destaca a oferta de cursos voltados para as demandas regionais de pessoal qualificado, a orientação da pós-graduação para uma temática adequada às necessidades de aperfeiçoamento da inteligência nordestina, a prestação de serviços harmonizados ao interesse das clientela próximas, o encaminhamento da pesquisa para as perplexidades do ambiente a nível científico ou tecnológico, as ações culturais estimuladoras das manifestações espontâneas da cultura da região revelam o grau de comprometimento já alcançado pela UFPb com o ambiente regional que lhe cabe interpretar e transformar.

Esse compromisso se torna ainda mais patente e irreversível quando se considera a solidez que lhe emprestou a via de implantação física da UFPb no território paraibano. A qual pela interiorização de sua estrutura **multi-campi**, no país, a mais audaciosa experiência de vinculação espacial de uma universidade a uma demanda cuja especificidade se diferencia nitidamente conforme as solicitações do espaço cultural mais próximo.

A necessidade da interiorização do ensino superior,

sobretudo no Nordeste, que contou com o pioneirismo do modelo **multicampi** da UFPb pode ser verificada pela síntese do trabalho de pesquisa realizado em 1972, pelo Instituto Joaquim Nabuco.

A ausência de escolas superiores em áreas próximas do seu domicílio força o estudante do interior a migrar rumo às capitais, sempre que possível e tão logo termine o segundo grau. As consequências são sérias para sua região de origem. A evasão justamente daqueles jovens mais talentosos, possuidores de maior capacitação intelectual, significa a perda do investimento feito em nível regional na preparação de estudantes nos cursos primário e médio.

A UFPb cumpre realizar, através dos seus **campi**, em implantação, em pleno Nordeste semi-árido, a grande tarefa de colocar ante o desafio imediato desses grandes problemas todo o aparato humano e material que pôde mobilizar para solucioná-los.

Com respeito ao assunto, assim se expressou o Prof. Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque em pronunciamento na 29.^a Reunião Plenária do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras:

Inserida a UFPb na sofrida região nordestina e com a consciência de que ela é um dos fatores propulsores do desenvolvimento regional, fixou como suas diretrizes maiores os aspectos de regionalização e interiorização do ensino superior. À luz desses objetivos, procurou-se expandir suas atividades, sem subestimar o nível de qualidade e desempenho de suas tarefas, imprimindo-lhes um caráter inter-

disciplinar, configurado em sua estrutura multicampi em atendimento às mais variadas exigências, não só do Estado, mas também da região (CRUB - Anais XXIX 1979:13).

A preocupação com o fortalecimento da infra-estrutura científica e pedagógica da Universidade, com o objetivo de aprimorar o desempenho acadêmico e otimizar a eficiência, constitui um ponto de convergência decisiva entre os desígnios do plano e as diretrizes setoriais do governo federal.

Este anseio norteia-se pelo consenso da comunidade acadêmica e paraibana quanto à necessidade de compatibilizar, em qualidade, as ações didático-científicas com a dinâmica de implantação da UFPb. Ocupar bem o espaço estratégico já estabelecido como alvo de sua atenção e situar as novas iniciativas dentro de uma compatibilização com a proposta básica regionalizadora exprime a preocupação qualitativa com o desempenho da UFPb.

O direcionamento das ações da UFPb, no sentido da região, conduziu a uma integração das grandes linhas de pesquisa, da extensão e do ensino com as grandes vocações culturais que viram conferir ao Nordeste um aspecto particular e distinto de outras regiões do país.

A responsabilidade da Universidade, como organismo de capital importância para imprimir impulso ao desenvolvimento econômico do Nordeste, é ressaltada por Monte Neto.

Em termos regionais (Nordeste), encontramos uma população que vive praticamente sem renda e sem grandes horizontes intelectuais. A universidade, entretanto, e prin-

principalmente no Nordeste, tem de se interiorizar, de participar. Não aguardar a provocação dos problemas. O seu papel no desenvolvimento econômico do Nordeste é decisivo. Paralelamente ao ensino e à pesquisa, ela deve ser extensionista, ligada ao povo, aos seus problemas e aos seus destinos (MONTE NETO, 1976:25).

Em livro intitulado "Universidade e Nordeste" o Prof. Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, profundo conhecedor das dificuldades e carências que assolam a região, estabelece as diretrizes que deveriam nortear os fundamentos da sua gestão. As citações, a seguir, extraídas do mencionado livro, permitem inferir, com nitidez, sua preocupação constante com a situação do Nordeste e do papel transcendental da Universidade como veículo do progresso da região.

Ao buscar o delineamento das principais diretrizes para uma gestão de 04 anos, optou-se objetivamente em direcionar esforços no sentido de viabilizar uma universidade que pudesse vir a cumprir um papel de relevância no ensino das carências nordestinas... (ALBUQUERQUE, 1980:23).

Em síntese, este papel está sendo assumido pelas universidades e é neste contexto que o fortalecimento de uma universidade do Nordeste para o Nordeste tem grande relevância. Como se sabe, a universidade tem um papel importante na solução dos problemas relacionados com o desenvolvimento e progresso da comunidade à qual pertence.

A universidade deverá buscar, agir e direcionar seus esforços no sentido de se ocupar, na medida das suas possibilidades, com questões que traduzissem os interesses

e preocupações da coletividade, como única maneira de ser por ela apoiada e aceita em seu papel de agente de transformação e melhoria das condições de vida dessa coletividade.

Difícilmente a universidade poderá atuar neste campo, se não for aceita, autorizada e avaliada pela comunidade que a cerca e mantém. Ou ela se credencia junto a essa comunidade ou se perpetuará na condição de instituição defasada, alienada e, por isto mesmo, marginalizada no contexto que a cerca (ALBUQUERQUE, 1980:24).

Importa salientar a tônica permanente nos discursos do Prof. Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque que pode ser constatada com as transcrições abaixo, extraídas de seus pronunciamentos no Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras.

Esse esforço de integração da universidade às peculiaridades regionais é o que justifica o seu trabalho incessante de não apenas buscar todos os meios que possibilitem transformar mentalmente, como também de garantir recursos humanos e materiais que lhe propiciem condições favoráveis de sustentação e crescimento.

Bem maior é esta tarefa, quando se trata de uma instituição que procura consolidar-se, para corresponder em plenitude às necessidades sempre mais prementes de uma região como a nossa, de economia ainda tão instável (CRUB 1979:13).

A universidade integrada no desenvolvimento econômico da região tem de formar, de maneira organizada, o pro-

fissional, em função das necessidades reais existentes ou futuras.

O papel da universidade nesse cenário é muito mais decisivo do que se pode imaginar. Para MONTE NETO (1976: 38, 93), *é necessário preparar a qualidade do homem, transitando dentro do cipoal quantitativo, selecionando, educando, formando profissionais, atuando diretamente, pesquisando, filosofando e... resolvendo!*

As citações apresentadas neste capítulo buscaram caracterizar a atuação da UFPb, tanto no campus da capital quanto nos demais **campi** situados no interior do Estado. Pretendeu-se, assim, aclarar o papel relevante da política de um reitorado consciente, que soube ter presente em seu espírito a dimensão exata da função que compete a Universidade como um importante agente de transformação social, com profundos reflexos no campo econômico, político e administrativo, seja a nível local e estadual.

A UFPb, portanto, através da interiorização do ensino superior, dos programas de extensão destinados ao pequeno produtor rural e das pesquisas direcionadas para o setor primário da economia vem demonstrando acerto na indicação das diretrizes preconizadas no plano de ação da gestão 1976/80.

3.

A EXPANSÃO E A INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

No presente capítulo enfatiza-se a problemática e o significado do fenômeno da expansão do ensino superior no país. Baseia-se, para tanto, nos fundamentos teóricos de sub-itens como: a interiorização das universidades, a expansão e o dimensionamento da UFPB.

A década de 50 se afigura como ponto de partida da expansão do ensino superior. Num artigo, que é parte de estudo mais amplo apresentado pela UNESCO em 1970, JAMES PERKINS aponta as cinco crises que abalam as universidades do mundo. Salienta que *não há uma crise única na universidade, mas várias* (CRUB. XXV, 1977:17). E a primeira das crises apontadas e estudadas pelo presidente do Conselho Internacional de Desenvolvimento Educacional é a crise dos números, ou seja, a expansão do ensino superior.

Com respeito ao assunto, o Prof. VAHL (1980: 104) assim se expressa: *"mas é a partir de 1968, quando o excedente já atinge 125 mil estudantes e sob o signo da Reforma Universitária e da política de autorização de funcionamento de cursos, adotada pelo Conselho Federal de Educação, que se abre o grande capítulo da expansão do ensino superior no Brasil.*

A flexibilidade da Lei 5.540/68, contribuiu consideravelmente para essa expansão. *A matrícula por disciplina, o regime semestral, a centralização administrativa, a departamentalização, o sistema de mais de uma opção nos exames de vestibulares, ao lado do que foi sendo realizado em termos de preparação de recursos humanos (cursos de pós-graduação e especialização), além das alterações nos regimes*

de trabalho, são variáveis de importância no estudo de fatores determinantes da expansão (CRUB. XXV, 1977:24).

Referindo-se ao assunto, o Prof. Lynaldo faz o seguinte comentário: *o ensino universitário, nos primeiros anos desta década, poderia ser caracterizado pela grande expansão das matrículas, pelas tentativas de introduzir a reforma universitária e, diria sem o menor constrangimento, pela falta de preparo, por parte das instituições, em realizar expansão e reforma concomitantemente (ALBUQUERQUE, 1979:35).*

Como consequência desse processo, a expansão foi desordenada, tanto no aspecto setorial quanto espacial, além de apresentar uma série de deficiências no funcionamento das instituições.

Novamente tratando o ensino superior sob o ponto de vista histórico, (ALBUQUERQUE, 1977:20) observa que, *em novembro de 1968, após intensos e profícuos debates, o Congresso Nacional aprovou a legislação básica da Reforma Universitária. Seguiram-se vários desdobramentos jurídicos, regimentais e doutrinários, de forma a permitir melhor compreensão e assegurar os meios de implantação da fórmula híbrida consubstanciada da Reforma.*

Na década atual, impulsos de outra natureza procuram levar a universidade para novos caminhos. *A explosão do ensino, apesar de refletir um crescimento não planejado e não facilmente contido, ante a leva de jovens que se avoluma, de ano a ano, apresentou, também, resultados que pesaram como determinantes da melhoria do ensino, em algumas*

instituições: o ensino de pós-graduação, os trabalhos de pesquisa, os serviços à comunidade pelas atividades de extensão mais fortalecida (CRUB XXV, 1977:25).

O sistema de ensino superior continuará, certamente, a expandir-se, pelos resultados já colhidos. O esforço maior, daqui por diante, deverá concentrar-se na maneira como orientá-lo, do ponto de vista da natureza das áreas de ensino e segundo o curso.

Assim, pode-se dizer que a expansão do ensino superior é uma realidade e uma necessidade que se evidencia em função de uma demanda de vagas cada dia maior. Portanto, desde logo, cabe recomendar que a expansão seja controlada, ordenada e planificada, buscando sempre atender mais a qualidade do que a quantidade.

3.1 - Interiorização das Universidades

A instituição universitária não só no Brasil, como no mundo, está sendo massificada e passa por uma crise de crescimento. O sistema educacional ainda precede de distorções. Porém, nota-se uma crescente democratização do ensino superior, à medida que se interioriza (ALMEIDA, 1979:7).

No Brasil, do total de cursos de nível superior implantados entre 1962 e 1972, cerca de 66% se encontram em cidades do interior e 34% nas capitais (ALMEIDA 1979:9).

Ainda a respeito do assunto, é interessante mostrar a preocupação do CRUB - Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, que em sua XVIII Plenária, promoveu estudos com diversas instituições, dimensionando a importância

da interiorização.

Há teorias educacionais segundo as quais os serviços de ensino mais sofisticados devem concentrar-se nas grandes comunidades, onde sempre há mais facilidades de alocação de recursos materiais e humanos (CRUB XXVIII, 1979: 142). Todavia, a experiência vem demonstrando a falibilidade relativa dessa concepção. Em seguida, acrescenta:*

*O educando que se habilita nas grandes comunidades tende a permanecer residindo nelas, resistindo via de regra, a alternativas de interiorizar-se. Desde os anos de graduação, o universitário começa a **fincar raízes** onde estuda, via de relacionamento social, e decorrente de interesses sócio-econômicos. Por outro lado, o setor público vem procurando desafogar os grandes centros urbanos, descentralizando estruturas e relocando atividades em centros menores, a fim de diminuir as disparidades regionais. (CRUB, XXVIII, 1979:143).*

Por essas e outras razões é que surgiu a opção pela interiorização do ensino superior. A universidade de São Paulo já mantém várias unidades de ensino no interior do estado. Os cursos superiores de Uberlândia, Tupaciguara, Ituitava, no Triângulo Mineiro, pertencem a uma mesma instituição. A Universidade Federal da Paraíba dispõe de seis campi no interior do Estado, além de outro na capital. A Universidade Federal de Goiás já traz o embrião da filosofia de interiorização do ensino superior, além de outras instituições (CRUB XXVIII, 1979:144).

Pelo exposto, vimos que a interiorização das uni-

versidades é uma realidade, como também, a criação de novos campi. O que importa é o cuidado e critério de realização, em função dos distritos geo-educacionais. Desse modo, é interessante mostrar a preocupação do mencionado assunto nas reuniões anteriores do CRUB - Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras.

A interiorização do ensino superior, dentro dos padrões de qualidade, poderá concentrar uma nova alternativa entre a fórmula ideal da universidade e a fórmula excepcional da escola isolada. Trata-se da extensão de cursos de uma mesma universidade a outras cidades ou a instalação de multicampi, solução que se justifica pela seriedade e experiência da universidade, desde que não se comprometa com esta extensão a eficiência acadêmica e administrativa da universidade (CRUB XXV, 1977:53).

A universidade deve, portanto, integrar-se à região geo-educacional a que pertence na mais ampla forma possível, interiorizando sua ação em função de fatores sócio-culturais, para atingir, em etapa posterior, a criação de novos campi.

Numa perspectiva de educação com qualidade, impõe-se tratamentos distintos para as zonas urbana e rural. Em cada uma delas, o currículo deve adequar-se às expectativas da comunidade.

Para tais regiões, a educação deve desenvolver programas de ação comunitária com vistas a uma maior conscientização das populações para seus problemas, orientando-se em busca de soluções viáveis e eficazes.

A adequação dos objetivos educacionais da escola atual às aspirações das populações vem sendo pólo de preocupação dos economistas, educadores e administradores, em virtude da necessidade de se conseguir, a todo custo e de modo o mais rápido possível, a fixação do homem do campo à terra.

3.2 - A Expansão da UFPb

Com o advento da Reforma Universitária, as estruturas das universidades brasileiras passam a mostrar-se mais descentralizadas e constituídas de dois níveis distintos de competência: os órgãos da administração central e os da administração setorial. Contudo, a criação de novos níveis hierárquicos, o excessivo número de departamentos e a elevação do número de órgãos colegiados, reforçados pela política **multicampi**, no caso da UFPb, criam problemas de difícil solução para as atribuições de um planejamento que contemple a universidade como um todo.

Na verdade, as atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFPb se desenvolvem através de 71 departamentos, agrupados em 12 centros, dos quais 06 funcionam em João Pessoa e os demais, no interior do Estado.

Dois terços da população escolar e das atividades didático-científicas da UFPb (consideradas globalmente) se concentram no **campus** de João Pessoa. Mas convém esclarecer que a terça parte da UFPb em funcionamento no interior do Estado supera, em dimensão, nada menos que 12 universidades

brasileiras de pequeno porte (ALBUQUERQUE, 1979:1).

A UFPb, em seu conjunto (João Pessoa, Campina Grande, Areia, Bananeiras, Cajazeiras, Patos e Sousa) coloca-se hoje entre as 10 maiores universidades do país, sejam elas federais, estaduais, municipais ou particulares. O segmento abaixo demonstra a situação:

O Brasil, como um todo, possui 75 universidades; 29 das quais particulares, 05 municipais, 10 estaduais e 31 federais, encontrando-se a UFPb entre estas últimas. Em 1979, a UFPb ocupou o 2º lugar no montante de dotação orçamentária no país, precedida apenas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e seguida, à distância, pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (UFPb/82. UMA UNIVERSIDADE MULTICAMPI, 1982:4).

O sistema de ensino superior da Paraíba ganhou dimensão nova com a expansão da UFPb. Dados de 1976 já indicavam o Estado da Paraíba em posição destacada quanto à matrícula geral do ensino superior proporcionalmente à população. Somente quatro centros superaram o índice da Paraíba nesse aspecto: Distrito Federal, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, nessa ordem (ALBUQUERQUE, 1979: 2).

Em número de alunos matriculados, o crescimento da UFPb procurou estabilizar-se e alcançar um nível satisfatório de equilíbrio nos últimos anos da década de 70. O crescimento da oferta foi inferior a 500 vagas anuais e estas, em sua totalidade, correspondem à criação de novos cursos. Tal constatação é dada a observar pela citação a seguir:

A política adotada consistiu basicamente em diversificar o leque de graduação, abrir programas pioneiros de pós-graduação e corrigir, através de remanejamento, a distribuição de vagas para matrícula inicial nos cursos já existentes. Em todo norte e nordeste, a UFPb é seguramente a universidade de mais diversificada oferta de cursos de graduação e pós-graduação (ALBUQUERQUE, 1979:3).

A deficiente implantação do regime de matrícula por disciplina e do sistema de créditos, a partir de 1970, associada ao rigorismo da concepção curricular e à centralização excessiva da administração acadêmica, engendrou verdadeiros bolsões de congestionamento da escolaridade na maior parte dos cursos da UFPb.

Nesse aspecto, foram concentrados esforços em dois pontos principais:

*1. Organizar e otimizar o fluxo da integralização curricular para os alunos novos (o que se vem fazendo a partir do 1º período letivo de 1977, **sistema de blocagem**);*

2. Adotar uma série de medidas liberatórias e de caráter emergencial, visando possibilitar aos alunos que ingressaram na universidade entre 1970/76 condições de superarem a defasagem em que se encontram em virtude do estrangulamento evidentes no fluxo da execução dos respectivos planos curriculares.

É problemática a conciliação entre qualidade de ensino e massificação. A prudência, por outro lado, está a indicar que a eficácia dos espaços de melhoria da graduação depende, em grande parte, de uma escolaridade organizada,

com seu fluxo normal e com dimensionamento adequado do número de alunos por turma (ALBUQUERQUE, 1979:4).

Com relação, ainda, ao ensino, o documento de intenção do atual reitorado assim se expressa.

O ensino, mormente e de graduação, tem sido motivo de preocupação permanente para todos aqueles responsáveis pela condução dos destinos da Universidade UFPb/PLANO ESTRATÉGICO, 1981:19).

A expansão do alunado, ocorrida simultaneamente à implantação da Reforma Universitária, encontrou as universidades, em sua grande maioria, despreparadas para recebê-la.

Atentando-se para o fenômeno da expansão da UFPb nos últimos seis anos, no tocante ao ensino de graduação, verifica-se um crescimento vertiginoso no número de alunos matriculados. Conforme, ainda, o Plano Estratégico 1981/84, (1981:20) *um dos pontos marcantes da expansão dos cursos de graduação foi a criação dos Campi V, VI e VII localizados, respectivamente, em Cajazeiras, Sousa e Patos.* O Quadro nº 01 evidencia tal constatação.

Em 1976, foi iniciado um trabalho em busca da melhoria de qualidade do ensino. Como primeira providência, fez-se um diagnóstico que permitisse detectar as causas cruciais desta problemática.

Ao lado desse programa a UFPb, no período 1976/80, criou 29 cursos distribuídos entre as áreas de Saúde, Tecnologia, Ciências da Natureza, Ciências Sociais e Ciências Agrárias, atendendo desta forma à demanda das necessidades

regionais.

O Quadro nº 02 apresenta o número de cursos de graduação na UFPb. Outro trabalho importante realizado neste setor foi a reestruturação de currículos, tendo em vista a sua adequação à realidade regional.

Duas preocupações marcaram a administração passada no que diz respeito aos cursos de graduação: o reconhecimento dos cursos existentes na UFPb e a criação de cursos condizentes com os interesses e necessidades da região.

Contando com 52 cursos reconhecidos, 28 obtiveram o seu reconhecimento, no período compreendido entre 1976/80 e ainda neste, 20 cursos com processos de reconhecimento, sendo que 09 em fase de planejamento e montagem, e 10 em tramitação no Conselho Federal de Educação (C.F.E.).

Com referência à criação de cursos já mencionados na parte alusiva à política da UFPb, no período 1976/80, observa-se que dos 72 cursos existentes atualmente, 29 tiveram origem nesta administração. Os Quadros de nºs. 03 a 16, no final do trabalho, apresentam os cursos de graduação reconhecidos e sua distribuição por campus/centro.

A pós-graduação também mereceu atenção e estímulo de parte dos escalões superiores da UFPb, sendo inclusive criada em 1976 uma Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, no sentido de melhor atender à Universidade nesta área. Os resultados desta iniciativa se refletem na ampliação do quadro de docentes qualificados, que foi uma das diretrizes da gestão passada, como também a consolidação dos grupos de pesquisa já existentes e a abertura de novas áreas.

Serã apresentado, a seguir, o estágio a ser atingido pela UFPb neste setor.

Através de sua ação, a UFPb propõe-se a contribuir para o desenvolvimento sócio-econômico e cultural da região e do país, dentro de sua área de competência que compreende: o progresso das ciências, letras e artes; a formação e treinamento de profissionais, a nível de graduação e pós-graduação, e a extensão à comunidade dos resultados do ensino e da pesquisa, sob a forma de prestação de serviços configurados, em cursos, consultoria, assistência técnica ou outras atividades correlatas.

Nos últimos anos, a pós-graduação e pesquisa vêm recebendo tratamento prioritário, ao lado de um programa de qualificação do corpo docente e desenvolvimento profissional do pessoal técnico-administrativo (UFPb/Catálogo de Pós-Graduação, 1980:14:15).

Uma das principais preocupações da universidade, no período 1976/80, foi voltar-se, de forma marcante, para os problemas e necessidades do ambiente em que se encontrava inserida.

Indo ao encontro dos anseios de desenvolvimento local e regional, a Universidade Federal da Paraíba tem enviado esforços no sentido de que, paralelamente aos cursos de mestrado e doutorado, se ministrem cursos de aperfeiçoamento e especialização, em todas as áreas de Ciências Sociais e da Saúde (UFPb/Catálogo de Pós-Graduação, 1980:161).

A política de capacitação docente da gestão passada teve em vista aumentar a curto e médio prazos o percen-

tual de professores pós-graduados em relação ao total de docentes, com o objetivo de melhor qualificá-los. *Em fins de 1976, tal percentual atingiu a cifra dos 18%, muito baixa para as metas da UFPb, embora acima da média das universidades brasileiras* (UFPb. Relatório/76, 1976:70).

Em seguida, a UFPb lançou mão de duas providências principais para cumprir a sua política, com respeito à melhor formação dos professores: utilização do PICD (Programa Institucional de Capacitação Docente) e contratação de novos docentes, buscando em outras regiões do país, especialmente no Centro/Sul, ou mesmo no exterior, professores bem treinados de que necessitava, quando não disponíveis na região.

Com relação à situação dos docentes da UFPb afastados para realizarem cursos de pós-graduação, a nível de mestrado e doutorado, no país ou exterior, os Quadros nºs. 17, 18 e 19 são elucidativos quanto à política de qualificação do seu pessoal docente. Os números apresentados evidenciam, de forma clara, os propósitos da UFPb, no que concerne ao melhoramento na qualificação do professorado lotado nessa Universidade, o que apenas vem a corroborar aquilo que foi afirmado.

No que se refere à categoria funcional, observa-se, também no Quadro nº 19, que no período 1976/80* (Jan. e Fev.) houve uma considerável ascensão nas contratações de professores colaboradores em relação às demais categorias, pois este tipo de contrato visava substituir os docentes que saíram da Paraíba em missão de aperfeiçoamento, ampliar as atividades de ensino e pesquisa e atender as necessidades sur-

gidas com a implantação de novos cursos de graduação e pós-graduação e suas respectivas linhas de pesquisa.

Através de uma política de incentivo ao tempo integral e à dedicação exclusiva, a UFPb adotou a mudança de condições para maior dedicação a atividades didáticas e de pesquisa, colocando em regime de 40 horas semanais de trabalho e/ou dedicação exclusiva, em 1976, um total de 351 novos docentes.

O objetivo de tal política foi o de corrigir o déficit de capacidade instalada (verificando especialmente na área básica), atender a expansão do alunado, à guisa, sobretudo, de novos cursos e garantir o funcionamento normal de novos programas de ensino e de pesquisa.

Para se ter uma idéia melhor a respeito do corpo docente da UFPb no fim da gestão 1976-80, são apresentados os Quadros nºs 20 e 21, que mostram a distribuição dos professores por regime de trabalho e titulação.

Na administração (1976-80) sentiu-se, também, a necessidade de implantação de um sistema de pesquisas para que a Universidade Federal da Paraíba pudesse nortear e consolidar as atividades de investigação científica que, por si, já se constituem uma das finalidades da própria universidade.

Em maio de 1977 foi realizado, numa promoção da UFPb, o Primeiro Encontro de Política Científica do Nordeste, que se constituiu num marco para a definição de diretrizes, objetivando o estabelecimento de um sistema de pesquisa na universidade (UFPb/Catálogo de Pós-Graduação, 1980:

165/166).

Outras reuniões foram realizadas nos Campi de João Pessoa e Campina Grande, com aporte de novos subsídios. Através de documentos aprovados em tais encontros e de normas complementares, foram definidas as diretrizes básicas e estruturação da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, e criada a coordenação geral de pesquisa implantada em 1979.

Tal sistema foi institucionalizado e tornou-se viável pouco a pouco à medida que iam sendo implantados alguns programas. Quanto ao pessoal científico, a UFPb teve 70% dos docentes trabalhando em regime de tempo integral e dedicando mais horas às atividades de pesquisa. A criação concomitante de mais de 20 cursos de pós-graduação, elevando o seu número para 30 e mais um doutoramento, abriu novas expectativas para as atividades de pesquisas, com a participação de mestrandos de outras instituições. Para tanto, a implantação dessa estrutura de pesquisa foi feita gradativamente. O Quadro nº 22 apresenta os cursos de pós-graduação da UFPb.

O incremento das atividades de pesquisa e a ampliação dos programas de extensão universitária, especialmente através do envolvimento da Universidade nos projetos de desenvolvimento do Estado e da região, constituem fatores de maior relevo para o aperfeiçoamento institucional.

Trata-se, pois, de compatibilizar as diversas frentes de expansão, ordenar o desenvolvimento, para que ele se faça harmônica e integralmente, repercutindo nos padrões de desempenho da instituição como um todo (ALBUQUERQUE, 1979,

5).

A respeito do assunto o Prof. Berilo Ramos Borba (1982:5) afirma que *não deixa de ser um desafio maior a consolidação do atual estágio de crescimento da UFPb nos últimos anos. Esse crescimento foi profundamente benéfico e necessário à Universidade, enquanto representou a incorporação ou criação de novas áreas de estudos e linhas de pesquisa de fundamental importância para o desenvolvimento regional e mesmo nacional.*

Acrescenta ainda: *... a consolidação que se impõe, quase como um consenso na comunidade acadêmica, não deverá jamais significar uma parada no tempo e no espaço. Representará, antes, um aprofundamento das ações na Universidade, no sentido de dar maior consistência e profundidade às suas atividades de ensino, pesquisa e extensão (UMA UNIVERSIDADE MULTICAMPI. 1982: 5).*

Como vimos, o desafio da UFPb hoje é de ratificar as conquistas adquiridas. Para confirmar tal assertiva, o atual reitorado tomou como objetivo consolidar a Universidade, fortalecendo o seu comprometimento com o meio. Para tanto, é preciso obter um bom desempenho, mais qualitativo que quantitativo, dos serviços desenvolvidos em todas as áreas de sua atuação.

3.3 - O Dimensionamento da UFPb

Nos últimos anos, graças a uma expansão significativa de sua população universitária, a Universidade Fede-

ral da Paraíba não conseguiu alterar o rendimento insatisfatório verificado nas suas diversas unidades de ensino. Contribuiu para isso a deficiente cobertura técnico-administrativa.

Uma nova estrutura organizacional se fazia necessária há muito tempo, a fim de possibilitar uma melhoria qualitativa e um aumento quantitativo do corpo discente.

O resultado desta expansão desordenada fez-se logo sentir na qualidade do ensino ministrado, o que levou a Universidade a organizar um plano de reestruturação técnico-administrativa, que servisse de base ao projeto de Cidade Universitária.

O Quadro nº 23 mostra a evolução da população universitária da UFPb, no período 1971/1975. Os dados ali apresentados revelam que o crescimento do corpo de funcionários não acompanhou a evolução do corpo discente, o mesmo acontecendo com suas instalações.

Assim, limitada pelas suas disponibilidades de instalações, equipamentos e de pessoal docente e técnico-administrativo, a Universidade Federal da Paraíba desenvolveu-se de uma forma desorganizada, com instalações mal dimensionadas e de escassos recursos técnicos.

O dimensionamento reduzido e a precariedade das instalações levaram à elaboração de um plano completo de reestruturação da Universidade. A reestruturação administrativa evidenciou a necessidade de uma expansão física em estreita ligação com a evolução geral de todos os seus setores.

Na gestão 1976/80, o ritmo das transformações ocorridas na UFPb, - traduzidas na criação de cursos, na construção de edificações, na diversificação e na despolarização das atividades em direção ao interior do Estado, na contratação de centenas de professores e técnicos- etc, gerou, como era de esperar, naturais expectativas e receios quanto às possibilidades de garantir a consolidação destes empreendimentos. O Quadro nº 24 apresenta a evolução extraordinária dessa população, dos cursos e da área física.

O corpo docente e o quadro de técnicos acompanharam as necessidades surgidas. A efetivação da ampliação do número de docentes, ao nível pretendido, encontraria na figura do professor colaborador a única alternativa viável. Além disso, muitos dos que se encontravam em regime de tempo parcial tiveram o apoio necessário para passar ao regime de dedicação exclusiva, principalmente, nas áreas de Ciências Humanas, Tecnológica e de Ciências Sociais.

Com relação ao pessoal técnico-administrativo, a UFPb enfrentou as maiores dificuldades, face à proibição de admissões determinada pelo DASP. Apesar da orientação desse órgão, foram feitas muitas admissões, através de convênios, justificadas pela crescente necessidade da administração em ampliar e, concomitantemente, qualificar seu quadro de pessoal administrativo existente nos diversos níveis da estrutura da Universidade e das atividades acadêmicas.

Também deveria garantir que os recursos humanos e materiais se harmonizassem e permitissem o aparecimento de uma vida universitária, rica sob vários aspectos na medida

em que oferecessem ao seu alunado um ensino cada vez mais apropriado. Tais recursos colocavam à sua disposição um amplo leque de oportunidades, não se limitando aos equipamentos tradicionais às instituições como salas de aulas, laboratórios, bibliotecas.

É evidente que a UFPb ampliou seus programas, dentro da diretriz básica de preenchimento de lacunas na região, procurando não duplicar os cursos já existentes noutras universidades da região.

No que se refere ao programa de expansão física, isto é, em termos de obras, foi possível a realização de uma série de trabalhos, apesar de todos os percalços que a instituição tem enfrentado com relação aos recursos oriundos do PREMESU. Dentre os aspectos materiais, destaque especial deveria merecer a parte relativa a instalações físicas, destinadas a abrigar as atividades acadêmicas.

Paralelamente, deveria ser dada especial importância à estruturação da Universidade, de modo que acompanhasse a evolução do trabalho acadêmico. Houve, inclusive, setores sacrificados com problemas de espaço físico, apoio administrativo e outros.

No caso das universidades, as maiores consequências dessa implantação se deram no campo da administração acadêmica, que assumiu complexidade crescente, com introdução de execução centralizada. Neste sentido, deveria traçar uma política para a administração do ensino, garantindo o bom funcionamento da vida acadêmica e o atendimento do aluno.

Ainda quanto à estrutura e organização da Univer-

cidade, ênfase especial deveria ser dada à adequação e expansão das universidades que apoiassem as atividades acadêmicas e administrativas, notadamente os órgãos suplementares, compreendendo: o complexo hospitalar, o sistema de bibliotecas, as atividades gráficas, o processamento de dados, e os destinados ao apoio aos estudantes.

Enfim, convém ressaltar que uma das principais realizações do reitorado, no período de 1976/80, no nosso entender, está representada no redimensionamento do ensino superior na Universidade Federal da Paraíba. A organização estrutural na forma de centralização administrativa e descentralização executiva deve permitir um aprimoramento sucessivo nas condições de ensino.

4.

A INTERIORIZAÇÃO ATRAVÉS DOS SETE CAMPI

Neste capítulo serão abordados os principais aspectos relativos à interiorização da UFPb, onde procurar-se-á levantar todas as nuances existentes nos anteprojetos de criação do campus da capital e dos demais **campi** do interior, através de seus cursos e centros, ao mesmo tempo, demonstrando a tipologia dos **campi** em ordem cronológica.

Logo após a criação da Universidade da Paraíba, de caráter estadual, em 16 de outubro de 1956, o sistema de integração das unidades universitárias em um só campus, foi amplamente discutido e planejado, conforme o projeto da Cidade Universitária de João Pessoa.

Com a federalização da Universidade, em 13 de dezembro de 1960, pela Lei nº 3835, o plano de construção da Cidade Universitária de João Pessoa ganhou vulto rapidamente. Um dia após a federalização, o Governador do Estado através da lei nº 2.288, autorizou a construção do campus com aproveitamento dos edifícios já existentes.

A localização do campus foi detalhadamente estudada, concluindo-se que a parte leste da capital, próxima à Mata do Buraquinho, era a área que melhores condições oferecia à construção da Cidade Universitária. Tal escolha foi feita com a colaboração de Hildebrando da Horta Barbosa, idealizador e projetista da Cidade Universitária do Rio de Janeiro.

A par deste primeiro sonho de integração física e da inspiração inicial voltada para a capacitação do pessoal, outros indícios de racionalização já se vislumbravam na Universidade.

No final da década de 70, a UFPb já contava com 04 campi em funcionamento, 03 deles no interior do Estado. Tornava-se, desse modo, conveniente fortalecer as bases territoriais de Campina Grande, Areia e Bananeiras.

Posteriormente, através de convênio, a Universidade iniciou um programa de cooperação técnica e didático-científica com a Faculdade de Filosofia de Cajazeiras, o mesmo ocorrendo com a Faculdade de Direito de Sousa e a Fundação Franciso Mascarenhas, da cidade de Patos.

Tendo sua sede na capital, a Universidade Federal da Paraíba distribuiu suas bases físicas por 07 campi, como mostra o Quadro nº 25.

Os dados do Quadro nº 25 permitem aduzir-se que a UFPb cresceu em todos os aspectos, aumentou sua expansão territorial com a aquisição de mais hectares para os campi, ampliou o próprio número de campi, de 02 para 07 e ampliou sua capacidade física, erguendo mais áreas construídas.

No período 1976/80, a evolução da área construída apresentou um aumento considerável. Mereceram especial atenção as obras do Hospital Universitário e as obras destinadas ao ambiente de professores, salas de aulas e laboratórios especializados. Grandes esforços foram realizados no sentido da otimização da utilização dos espaços físicos já construídos.

4.1 - Descrição e Tipologia dos Campi

4.1.1 - Campus I - João Pessoa

Localizada no litoral paraibano e contando com uma população superior a 330 mil habitantes, a cidade de João Pessoa constituiu-se na maior cidade do Estado. Nela se encontra o maior pólo industrial, com ramos de atividades bastante diversificadas.

Distando 06 km do centro da cidade, o campus I encontra-se implantado num segmento da mata atlântica e próximo ao litoral.

*João Pessoa é e será o **campus** principal, sede da administração superior, centro de decisão da política geral, acadêmica e administrativa, ditando diretrizes e adotando mecanismos de supervisão e controle para todo o conjunto da Universidade. Além de ser o campus mais diversificado em atividades didático-científicas, no qual serão desenvolvidas com igual intensidade as áreas humanística, tecnológica e biológica (ALBUQUERQUE, 1980:40).*

Presentemente, existem vinculados a este campus, 06 centros: Ciências Sociais Aplicadas (CCSA); Ciências Exatas e da Natureza (CCEN); Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA); Ciências da Saúde (CCS); Tecnologia (CT); Educação (CE). Esses centros desenvolvem 33 cursos de graduação, 17 cursos de pós-graduação a nível de mestrado e/ou doutorado, 12 a nível de especialização e 02 cursos de 2º grau, conforme demonstra o Quadro nº.26.

No campus I a preocupação foi no sentido de forta-

lecer os cursos existentes e ampliá-los na busca da sua diversificação. Neste sentido, atente-se ao que diz o reitor da época.

Em obediência a fatores de natureza histórica, esses esforços preferencialmente seriam concentrados nas áreas das humanidades (as Ciências e suas aplicações, as Letras, a Cultura e as Artes), na área da saúde e das Ciências Exatas e da Natureza. A área das humanidades, notadamente as Ciências Sociais e a Filosofia, deveriam se destacar como áreas fundamentais, assumindo dimensão e dinâmica proporcionais ao seu valor estratégico. Da mesma forma, as Artes, as Letras e, particularmente, a Cultura Popular, mereceriam atenções especiais, tanto por sua importância intrínseca como por desdobramentos nas demais áreas (ALBUQUERQUE, 1980:42).

No Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, foram criados os cursos de licenciatura plena em Educação Artística, de Comunicação Social e de bacharelado em Música.

Na área da Saúde, em primeiro lugar, procurou-se agregar outras unidades já em funcionamento no campus universitário, e, atendendo a política de reunir unidades de áreas afins, promovendo atividades interdisciplinares e interdepartamentais. Em seguida, na área de Saúde, haveria de reverter-se também algumas tendências, contrapondo ao prestígio desproporcional conferido à Medicina, o fortalecimento dos demais cursos, tais como a Enfermagem, a Farmácia, a Saúde Pública e implantando, também, Nutrição e Fisioterapia.

Na área da pós-graduação, a implantação de residên-

cias m3dicas seria uma alternativa a ser perseguida para a melhoria dos padr3es acad3micos e de serviç3os prestados 3 coletividade, atrav3s de hospitais e ambulat3rios.

Tanto assim que, no Campus de Jo3o Pessoa, para atender as caracter3sticas de diversificaç3o, foram implantados, na 3rea da graduaç3o, os cursos de bacharelado em Biologia e Qu3mica, no Centro de Ci3ncias Exatas e da Natureza. As Ci3ncias Biol3gicas dever3am ser privilegiadas, para que pudessem se firmar como uma 3rea b3sica e como suporte 3s 3reas profissionais.

No Centro da Tecnologia, foi dada 3nfase ao novo curso de Engenharia de Alimentos e consolidaram-se os cursos de Arquitetura e Qu3mica Industrial, criados no fim de 1975.

A fim de atender a grande expans3o do Campus da capital, tornou-se necess3ria a ampliaç3o de sua 3rea f3sica, com a execuç3o de projetos arquitet3nicos simples e funcionais, possibilitando, assim, a quadruplicaç3o da 3rea constru3da da UFPb.

No que tange 3 capital, por exemplo, a UFPb mant3m conv3nios com o governo do Estado e com a Prefeitura, com vistas 3 elaboraç3o do Plano Diretor da regi3o metropolitana de Jo3o Pessoa. Esta preocupaç3o com a cidade, com o Estado, com os destinos do povo e da regi3o, adveio da regionalizaç3o do organismo universit3rio. Regionalizar, aqui, significa que a UFPb aplicar3 seus recursos tecnol3gicos, cient3ficos e humanos em seu pr3prio ambiente, voltada para a sociedade que lhe justifica a exist3ncia.

Mantêm, igualmente, programas conjuntos com várias secretarias estaduais, em especial, com a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, além das Secretarias da Educação e Cultura, do Interior e Justiça, da Saúde, do Planejamento, bem como com os setores privados, com a CAGEPA (Companhia de Água e Esgoto da Paraíba) e outras áreas responsáveis da comunidade, com pequenas e médias empresas (através do NAI e da Secretaria da Indústria e Comércio), o SESC, o SENAI e outros.

A UFPb explora também as riquezas naturais, pesquisando, em profundidade e amplitude, os frutos regionais, as plantas medicinais, os produtos de ocorrência nordestina que não sejam devidamente explorados, a fim de processar medicamentos, alimentos, fármacos, etc. A própria criação de novos cursos, núcleos e setores tem obedecido a esta preocupação com o caráter regional da Universidade.

A UFPb não é uma Universidade de litoral, não é uma Universidade centrada somente nos interesses da capital, da faixa litorânea. Constitui, antes, uma Universidade de caráter estadual, isto é, com atuação em escala cada vez mais expandida pelo território paraibano como um todo. É uma instituição que atua em diversos **campi**.

É, portanto, em nome desta reorientação para a realidade circundante que a UFPb procura se integrar às ações do governo estadual, das empresas, dos municípios, tendo em vista sua participação na tarefa comum do desenvolvimento das comunidades.

4.1.2 Campus II - Campina Grande

Distando 123 km de João Pessoa, encontra-se a cidade de Campina Grande, localizada na Serra da Borborema, cuja configuração se mostra bastante acidentada, com altitude de 550m acima do nível do mar, apresentando, por isso, um clima bastante agradável com temperaturas que variam entre 19° e 26°C.

Campina Grande tem uma população acima de 250 mil habitantes. Seu comércio é o mais dinâmico do Estado. A economia é pautada, sobretudo, em produtos de fibras de algodão e sisal. Seu Distrito Industrial é bastante diversificado, contando com cerca de 60 empresas de pequeno e médio porte, onde se sobressaem os curtumes.

O Campus de Campina Grande fica localizado no bairro de Bodocongó. Este Campus caracteriza-se, basicamente, pela sua especialização na área tecnológica, tendo em vista que a maioria dos seus cursos está concentrada nesta área.

Em termos relativos, esse Campus foi o que mais cresceu, graças à política **multicampi**, baseada no fortalecimento das bases universitárias do interior e, em particular, pelo propósito de desenvolver um reconhecido pólo tecnológico e pela necessidade de crescimento daquele Campus, em termo de espaço físico. Esta universidade levou, inicialmente, à construção de galpões pré-moldados, em caráter emergencial, que viabilizassem a sua expansão a curto prazo.

A taxa significativa de incremento que alcançou o

Campus de Campina Grande deveu-se, antes, à continuidade de um plano de trabalho da UFPb, estabelecido na gestão anterior, encaminhado ao PREMESU/MEC/DAU, no período de 1971/75, sendo então complementado na gestão 1976/80. A citação a seguir foi extraída do referido plano:

Não é sem razão que a área tecnológica desponta inegavelmente como a mais desenvolvida na Universidade Federal da Paraíba. E o surto de crescimento dessa área tem-se caracterizado pela preocupação de diversificar a ênfase acadêmica para melhor atendimento às necessidades da região (MEC/DAU/PREMESU/UFPb. 1975:5).

Em estágios variados de desenvolvimento, destacam-se atualmente, na área tecnológica, grandes linhas de expansão acadêmica, na graduação, na pesquisa e na pós-graduação, todas elas comprometidas com as necessidades de desenvolvimento do Nordeste: Engenharia Elétrica, Engenharia de Irrigação, Tecnologia de Construção, Aproveitamento de Energia Solar, Engenharia de Sistemas e outros.

Surgiu a necessidade de maior enriquecimento de informações pertinentes às áreas humanas e sociais, que servem de base para a quase totalidade dos cursos tecnológicos e contribuem, de maneira decisiva, para a formação individual, propiciando uma visão mais ampla e quiçá um melhor desempenho profissional. Em razão dessa simbiose interdisciplinar, crescendo o Centro de Ciências e Tecnologia na área tecnológica, fortaleciam-se também as áreas humanas e sociais. Em consequência, configurou-se, em fins de 1978, a desagregação das referidas áreas do CCT para formação do

Centro de Humanidades.

No Centro de Humanidades, foram implantados os cursos de Educação, História, Letras e Administração, além dos mestrados em Sociologia Rural e Economia Rural. Entretanto, os cursos de graduação em Economia e em Ciências Sociais em funcionamento, já resumiam as atividades fora da área tecnológica.

No setor cultural, em fins de 1978, foi assinado contrato entre a prefeitura de Campina Grande e a UFPb, sendo cedido, por um período de 10 (dez) anos, o Teatro Municipal daquela cidade à UFPb. Atualmente, no Teatro, estão funcionando as atividades de extensão cultural e artística do Campus de Campina Grande.

Mais tarde seria buscada a absorção da área de tecnologia da FURNE (Fundação Universidade Regional do Nordeste), bem como do curso mantido pela Faculdade de Medicina de Campina Grande, considerando as dificuldades de natureza financeira com que se debatiam, problema comum ao ensino superior privado brasileiro (ALBUQUERQUE. 1980:44). Consolidaram-se, então, os cursos ali existentes, na área da graduação, acrescentando-se os cursos de bacharelado em Ciências da Computação, Bacharelado em Matemática, Engenharia de Minas, Engenharia de Materiais, Engenharia Química, Engenharia Agrícola, Meteorologia, Engenharia Mecânica e outros.

Na área da pós-graduação, implantaram-se os Mestrados em Meteorologia, Geologia Aplicada às Jazidas Mineiras, Engenharia Química, Engenharia Mecânica e Engenharia

Elétrica.

Idêntica preocupação ocorreu, na área bio-científica, dando-se ênfase à Medicina Preventiva e à formação de um tipo de profissional polivalente, mais ajustado às exigências de uma comunidade com índice elevado de carência de serviços de saúde, como é o caso da população interiorana do Nordeste brasileiro.

Atualmente, a composição do Campus de Campina Grande referente à divisão em centro, está assim constituída: Centro de Ciências e Tecnologia (CCT); Centro de Humanidades (CH) e Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS).

A fim de atender a expansão desse Campus, tomaram-se necessárias providências que viriam, ao mesmo tempo, ampliar a participação do ensino gratuito no Estado e evitar a quebra de expectativa da população campinense, considerando as dificuldades de natureza financeira comuns ao ensino superior privado.

A situação desse Campus, no que tange aos centros e cursos, encontra-se discriminada no Quadro nº 27.

No que concerne à cooperação internacional, este Campus mantém intercâmbio com as seguintes instituições: CIDA - Canadian International Development Agency; JICA - Japan International Cooperation Agency; Fundação Ford (EUA); Fundação Kellogg (EUA); Conselho Britânico (Inglaterra); Fundação Phillips (Holanda); Governo Belga; DAAD (Alemanha Federal); BMZ-GTZ (Alemanha Federal) e outras.

Além disso, o Campus II registrou um grande número de pesquisas, sob a responsabilidade dos diversos centros e

departamentos a ele vinculados.

O Centro de Ciências e Tecnologia, a exemplo da UFPb em geral, manteve em funcionamento, durante o período 1976/80, os seus Laboratórios de Hidráulica, Irrigação, Solos, Física Experimental, Mecânica, Análises Minerais, Botânica, Rotina de Solos e Fitossanidade, além de ter utilizado os Laboratórios da Universidade Regional do Nordeste (Química Orgânica, Química Experimental, Físico-Química, Química Analítica Experimental I e Química Analítica Experimental II).

É oportuno enfatizar-se que a Oficina Mecânica do CCT teve destacada importância, ministrando-se aulas práticas e prestando-se serviços, os mais variados, aos diversos setores do Campus da UFPb em Campina Grande. Com tal oferta, pode-se atender a necessidade de solucionar problemas regionais de desenvolvimento científico, tecnológico, econômico e social (UFPb Relatório Geral/78, 1979:54).

Em termos de extensão, diversas atividades de integração com a comunidade têm sido desenvolvidas, dentre elas, ressaltam-se, feiras, consultorias e assessoramentos diversos, seminários e conferências. Ademais, realizaram-se vários cursos por iniciativa dos diversos departamentos.

De um modo geral, o esforço empreendido pelo Campus de Campina Grande moveu-se em torno de tarefas e iniciativas ligadas ao compromisso de consolidar e fortalecer a sua integração com o meio.

4.1.3 Campus III - Areia

O município de Areia situa-se na região do Brejo, localizada no alto da Serra da Borborema, apresentando clima frio com temperatura agradável, distando, 125 km do Campus da Capital.

Até 1947, havia apenas uma instituição de ensino superior na Paraíba. Era a Escola de Agronomia do Nordeste (EAN), pertencente ao Ministério da Agricultura. A tradicional Escola que existia desde 1937 tornou-se cèlebre, tendo para lá convergido alunos não somente do Nordeste, mas de todo o Brasil. Essa Escola passou a ser vinculada à Universidade Federal da Paraíba a partir de sua federalização em 1960.

No município de Areia, seguindo a tradição, seria dada ênfase às atividades relacionadas com as Ciências Agrárias. Consolidando os esforços que ali vinham sendo desenvolvidos, houve uma grande preocupação da administração do ex-Reitor, Lynaldo Cavalcanti, em implantar o Campus III, em Areia.

Neste sentido, a citação extraída do livro: A Interiorização da UFPb, permite mostrar com nitidez preocupação com relação ao município de Areia.

Como o município de Areia se encontra num micro-clima, as atividades de seu Campus não poderiam limitar-se a acompanhar esta característica, isto é, as ações do Campus Agrário não deveriam se restringir a atividades ligadas à condição climática do brejo paraibano; ao contrário, tais ações teriam que sofrer redireccionamento, a fim de abrange-

rem temas agrários mais identificados com a situação específica do nordeste, onde predomina o clima semi-árido, tradicionalmente associado às suas condições de subdesenvolvimento (ALBUQUERQUE, 1980:14).

Com a aprovação do regimento e estatuto da UFPb, no segundo semestre de 1978, passou a funcionar, no Campus de Areia, o Centro de Ciências Agrárias (CCA). Devido à criação deste centro, evidenciou-se a desvinculação do Campo Agrário do Centro de Ciências e Tecnologia, que até então administrava suas atividades. O Quadro nº 28 mostra os cursos ministrados pela UFPb, no Campus de Areia.

O Campus de Areia, além de curso de Agronomia, teve ampliadas suas atividades com a implantação do curso de Zootecnia. Na área de pós-graduação, foi contemplado com cursos de mestrado, em Manejo e Conservação de Solos, Produção Animal e Produção Vegetal.

Este campus tem uma área física de 326 ha, apresentando 26.154m² de área construída. Existem aí amplas e sólidas construções, onde se encontram abrigados os setores administrativo e didático, além de acomodações para alunos e casas residenciais para professores.

No tocante à pesquisa, a implantação dos mestrados fomentou esta atividade, possibilitando uma ampliação no campo da investigação científica e uma melhoria na sua qualidade.

Houve também um grande esforço realizado no Campus, no sentido de estimular o intercâmbio ou de fomentar seu relacionamento com outras instituições de ensino superior do país e do exterior. Nesse aspecto, destacam-se especi-

almente a Escola Superior da Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ); a Universidade de São Paulo (USP); Universidade Federal de Viçosa (UFV); a Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPE); a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); a Universidade Federal Rural de Pernambuco e as Universidades de Costa Rica, México e algumas universidades americanas.

Entre os órgãos e agências nacionais e estaduais de fomento às atividades de pesquisa, destacam-se: EMBRAPA, SUDENE, IAPAR, EMATER, Secretaria da Agricultura, CNPq e FINEP.

No que concerne à extensão, foi instalado nesse Campus o Museu da Rapadura, aproveitando a antiga Casa Grande. As instalações não ocupadas serão reformadas dentro do padrão arquitetônico original para abrigar utensílios, equipamentos e peças utilizadas em engenhos antigos.

As atividades de extensão nesse campus foram efetivadas de forma sistemática, sempre dirigindo seus cursos para agricultores e pecuaristas da região, auxiliando-os nas soluções de seus problemas. Em fins de 1979 foram ministrados 13 cursos, todos voltados para o estudo e análise de problemas agropecuários, buscando ampliar a ação do Campus junto aos que executaram tarefas relevantes nesse setor.

4.1.4 Campus IV - Bananeiras

O município de Bananeiras situa-se na microrregião homogênea do Brejo Paraibano, MRH - 98 (segunda

do classificação do IBGE) com sede localizada no vale formado pelas Serras da Cupaoba, ao Norte e Muricituba, ao Sul. Caracteriza-se por seu clima frio e úmido (temperado), e temperatura oscilante de 16º a 30ºC. Fica distante 132 km do Campus de João Pessoa.

A população situa-se acima de 31.000 habitantes, ocorrendo uma densidade demográfica de 103.47 hab/km². Confirmando sua vocação essencialmente rural, concentra-se majoritariamente no campo, já que a zona urbana concentra aproximadamente 4 mil habitantes p/km², conforme dados do IBGE.

O município, no seu todo, explora amplamente suas atividades agropecuárias, aparecendo como um dos grandes produtores de fumo, agave, açafrão, mandioca, hortaliças e frutas diversas, com destaque para a banana que, segundo a lenda, teria emprestado o nome.

A pecuária destinada ao corte e produção do leite, com predominância das raças zebu e holandesa, é outro grande destaque do município. A atividade econômica industrial está voltada para a extração da aguardente e outros derivados da cana-de-açúcar, que representa um potencial considerável de economia municipal, seguida em menor escala pela produção da farinha-de-mandioca.

A instalação, pelo Ministério da Agricultura, do Colégio Agrícola Vidal de Negreiros, na década de 1920, na cidade brejeira de Bananeiras, fez com que ela se destacasse, enquanto pólo de educação agrícola, de nível médio (ALBUQUERQUE, 1980:43).

O Campus de Bananeiras abriga hoje o Centro de For-

mação de Tecnólogos (CFT), remanescente do antigo "Colégio Agrícola Vidal de Negreiros", incorporado à UFPb em 1968. Nele funciona, ainda, o curso Técnico em Agropecuária (nível médio) dando apoio à extensão rural. O Quadro nº 29 apresenta os cursos ministrados neste Campus.

A partir do Colégio Agrícola, a administração superior da Universidade conscientizou-se de que era necessário aproveitar sua infraestrutura, tornando Bananeiras um Centro de Formação de Tecnólogos. A opção deveria recair no ensino superior, de curta duração, nas especialidades voltadas à problemática do meio rural. Assim, criou-se o curso de Cooperativismo que se enquadraria bem nesta orientação.

Além desses cursos regulares, o centro mantém um Núcleo de Formação de Mão-de-Obra, atualmente com 02 cursos de extensão: Tratorista Pneu e Tratorista Esteira, para atividades agrícolas, fruto de convênio UFPb/INCRA.

A sede do campus oferece internato misto aos alunos de 2º grau e ocupa uma extensa área de terra, com amplas e sólidas construções, onde estão abrigados os setores administrativo e didático, incluindo oficinas, marcenaria, alojamentos para estudantes, auditórios, salas de aula, quadras de esportes, laboratórios, além de um estábulo e açudes.

Dada a natureza do Campus e as características da região onde se situa, ele vem se configurando como um centro de natureza ruralista. Isso é comprovado pelos inúmeros cursos de extensão que têm sido promovidos pela UFPb, via Campus de Bananeiras. Em sua totalidade, esses cursos são

voltados para os ruralistas da região e têm por temas básicos a utilização da terra, as técnicas de plantio, a elevação da produtividade agrícola, a melhoria nas condições da pecuária e a formação de tratoristas aplicada à agricultura.

Portanto, com esse intuito, o Campus de Bananeiras procurou dar apoio à integração ensino-pesquisa e extensão, objetivando desenvolver melhor adequação dos recursos humanos da região, mediante experiências de treinamento dos próprios docentes e de estágios supervisionados de estudantes de várias áreas científicas empreendidas no âmbito de sua atuação.

A interiorização das ações da UFPb encontrou ali condições muito favoráveis, tanto no que se relaciona à infraestrutura de instalações, como a tradição de contato com comunidade rural, origem principal do seu alunado (ALBUQUERQUE. 1980:45).

4.1.5 Campus V - Cajazeiras

Na cidade de Cajazeiras, através de lei municipal de 1970 e com o regimento aprovado pelo Conselho Federal de Educação, funcionavam os cursos de Licenciatura de 1º Grau em Estudos Sociais e Ciências e Licenciatura Plena em Geografia, História e Filosofia, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, mantidas pela Fundação do Ensino Superior daquela cidade.

Em 1978, a FESC celebrou com a Universidade Federal

da Paraíba convênio de cooperação didático-científica, objetivando a manutenção, através da UFPb, da parte diversificada do curso de Licenciatura em Ciências, com habilitação em Física, Química, Matemática e Biologia.

Dessa experiência, surge o interesse da Fundação em fortalecer os seus cursos de graduação através do apoio da UFPb, o que vinha ao encontro da própria política de interiorização da Universidade.

Com base nesse objetivo, a Universidade Federal da Paraíba implantou, através da Resolução 62/1979, do seu Conselho Universitário, o Campus V, na cidade de Cajazeiras, criando ali os cursos já mencionados e ainda o curso de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Em seguida foram criados também os Departamentos de Ciências Exatas e Sociais e de Educação e Letras, vinculados inicialmente ao Centro de Humanidade (CH) de Campina Grande. Face à distância entre Cajazeiras e Campina Grande, a Universidade, para consolidar as atividades acadêmicas do Campus V, sentiu necessidade de criar, ali, o Centro de Formação de Professores. O Quadro nº 30 apresenta os cursos ministrados pela UFPb no Campus de Cajazeiras.

Esse campus fica localizado no alto sertão paraibano, já nos limites com o Ceará, numa distância de 466 km do Campus de João Pessoa.

O Centro de Formação de Professores tem como base física um terreno de 25 ha, doado pela Prefeitura Municipal de Cajazeiras, num lugar denominado Antero, onde foi construído, com recursos da União, o Campus V, um edifício cuja

área total é de 2.583 m², que atende os serviços de administração e ensino.

A quase totalidade do equipamento foi uma doação da Fundação de Ensino Superior de Cajazeiras, mantenedora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras, cujos alunos foram transferidos para este centro, onde também foi criado o Curso Técnico em Enfermagem, de nível médio.

Segundo o Prof. MONTENEGRO (1982:8) Cajazeiras é tradicionalmente conhecida como cidade que ensinou o sertão a ler, por motivo de ali ter sido criado o primeiro colégio de toda a zona sertaneja.

A realidade universitária de Cajazeiras é peculiar em razão de sua origem. Traduz, porém, uma tentativa de se responder as reais necessidades, avançando com tentativas e erros em busca de autonomia de ação, e gerando muitas idéias e atividades para se possibilitar a consolidação deste centro.

O Centro de Formação de Professores tem uma função da mais alta importância, que é a de despertar nos vários segmentos da sociedade sertaneja que ele é capaz de enriquecer substancialmente, desde que se criem situações potencialmente ricas em alternativas para o seu desenvolvimento sócio-cultural.

Em atenção a estas preocupações, foram as seguintes as soluções com relação ao ensino, pesquisa e extensão:

- ampliação de cursos regulares que traduzam as necessidades básicas da região, com diversificações em relação às opções curriculares;

- criação de um curso de Licenciatura de 1º Grau voltado para o ensino na zona rural;
- dinamização e concretização da oferta de cursos não regulares, voltados para a área de conhecimentos específicos da comunidade;
- desenvolvimento de pesquisas para detectar os problemas da região, principalmente no tocante ao processo ensino-aprendizagem;
- extensão de serviços não educacionais à população, através da consolidação do núcleo de extensão cultural, oferecendo-lhe recursos humanos e materiais.

A UFPb interiorizou realisticamente esse raio benéfico de ação. A presença da Universidade nos sertões será assegurada e a sua implantação será definitivamente concretizada dentro da estrutura universitária.

4.1.6 Campus VI - Sousa

O município de Sousa constitui o maior parque agropecuário do sertão da Paraíba e um pólo industrial florescente, desfrutando de uma posição geográfica privilegiada, para onde convergem interesses econômicos de estados vizinhos como o Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco. Sousa é uma importante cidade sertaneja distando 427 km do Campus I. Sua população é de 78.000 habitantes.

Em Sousa, autorizada pelo Conselho Estadual de Educação, e criada pela Lei municipal nº 704/1971, vinha funcionando a Faculdade de Direito, mantida pela Fundação Mu-

nicipal do Ensino Superior de Sousa.

Para Sousa se voltaram os interesses da Universidade Federal da Paraíba, dentro do seu programa de interiorização, no sentido de fortalecer as atividades básicas universitárias dessa região, visando transformá-la em outro pólo estratégico do desenvolvimento da comunidade interiorana do Estado.

Nesse propósito, considerando-se que a UFPb teve suas atividades permanentes de ensino, pesquisa e extensão distribuídas inicialmente pelos campi de João Pessoa, Campina Grande, Areia, Bananeiras e Cajazeiras, seria facultado implantar, independentemente de alteração estatutária, outros campi no interior do Estado, desde que a medida fosse indispensável para tornar efetiva sua atuação no desenvolvimento regional, como consta no parágrafo único do artigo 89, do Estatuto da UFPb.

A partir de então, a UFPb começou por emprestar sua colaboração a esse núcleo universitário, empenhando-se pelo reconhecimento de seu curso jurídico e assessorando o seu funcionamento acadêmico e administrativo.

Em seguida, a Universidade implantou na Faculdade de Direito de Sousa, o Curso de Especialização em Direito, possibilitando, desta maneira, maior capacitação do pessoal docente.

Em decorrência desses fatores, a Fundação do Ensino Superior de Sousa, convencida do elevado alcance das iniciativas da Universidade, no sentido de fazer-se presente no sertão do Estado, com todos os benefícios e vantagens de

sua política de interiorização, propõe ao MEC a criação, pela UFPb, de um curso similar, naquela cidade, possibilitando a consolidação de um esforço da comunidade, já que não encontrava, com os recursos reduzidos da Fundação, meios de levar à frente um programa qualificado de ensino superior.

Em seguida, foi criado, no Campus de Sousa, um centro para abrigar as atividades na área de Ciências Sociais. O Quadro nº 31 apresenta os cursos ministrados nesse Campus, que é vinculado administrativamente ao Centro de Humanidades (CH) sediado em Campina Grande.

4.1.7 Campus VII - Patos

Patos é a terceira cidade mais importante da Paraíba, situada no sertão, geograficamente no centro do Estado, distante 296 km do Campus de João Pessoa.

Com a desativação dos cursos de Agronomia e Medicina Veterinária mantidos pela Fundação Francisco Mascarenhas, a Universidade Federal da Paraíba, na concretização de interiorizar e regionalizar o ensino do 3º grau, criou, conforme Resolução do Conselho Universitário de nº 380/79, o Campus VII, ensejando a implantação dos cursos de Engenharia Florestal e Medicina Veterinária.

No início de 1980, o Campus VII iniciou suas atividades no mesmo local onde funcionavam os cursos da Fundação Francisco Mascarenhas, citados anteriormente. A UFPb recebeu, em regime de comodato, as edificações pelo período de 01 ano, ficando impossibilitada de realizar qualquer re-

forma. O Quadro nº 32 apresenta os cursos ministrados nesse campus, vinculado administrativamente ao Centro de Ciências Agrárias (CCA) do Campus de Areia.

O Campus VII foi destinado a desenvolver atividades permanentes de ensino, pesquisa e extensão visando na área de Medicina Veterinária à formação de profissionais qualificados, voltados à melhoria da saúde e aumento da produtividade dos rebanhos, e na área de Engenharia Florestal, à formação de profissionais habilitados ao desenvolvimento de pesquisas e implantação de uma política florestal harmonizada.

Para a consecução dos objetivos da UFPb, o Campus VII desenvolve uma série de projetos de pesquisa, conforme demonstra o Quadro nº 33.

Nesse quadro, verifica-se que, em termos de pesquisa, este Campus conseguiu obter resultado, o que demonstra o esforço para atender as necessidades relativas à produção científica.

No que tange à extensão, o Campus VII dispõe de uma área de 576 ha, onde se localiza o Núcleo de Pesquisa para o Desenvolvimento do Trópico Semi-Árido - NUPEÁRIDO, que serve como base para execução da maioria dos projetos de pesquisa. O Campus VII conta ainda com todas as dependências da base física do NUPEÁRIDO, 09 prédios, rede elétrica, hidráulica e telefônica, situado a 7 km do Campus, servindo para implantação de experimentos agropecuários, ministração de aulas teóricas e práticas, uso de materiais e equipamentos e trabalhos de teses de cursos de pós-gradu-

ação.

O somatório de todos esses esforços a que se propôs a administração da UFPb objetiva prover esta região de profissionais competentes que passem a interessar-se pela solução dos problemas de sua região, o homem, a flora, a fauna, o meio ambiente, metas prioritárias desta instituição de ensino superior.

5,

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

O desenvolvimento do presente trabalho, em uma primeira etapa, visou levantar, analisar e interpretar referências bibliográficas, em busca de um maior volume de informações sobre os antecedentes da implantação do modelo **multicampi** da Universidade Federal da Paraíba

Inobstante a disponibilidade atual de grande massa de informações, tornou-se necessário empreender vários tipos de agregações dos dados, com vista a adaptá-los à finalidade específica deste trabalho.

Como atividade complementar à proposta do estudo, realizou-se, na segunda etapa, levantamento de dados, com vista a colher elementos que possibilitaram delinear um "design" sobre a real experiência da UFPb com o modelo **multicampi**: regionalização e interiorização.

A partir destas informações, complementares àquelas que foram obtidas através de outros instrumentos de pesquisa, pretendeu-se chegar à análise crítica das preocupações básicas do modelo implantado e uma avaliação de seus resultados, tendo como referência o período 1976/80.

5.1 - Levantamento de Dados

Dada a abrangência do assunto, o levantamento foi realizado da seguinte forma: os dados desta pesquisa foram coletados através de fontes primárias, levantadas com auxílio de questionários e ficha de observação. Esses instrumentos foram escolhidos pelo fato de permitirem informações substantivas e padronizadas com apreciações individuais dos

entrevistadores sobre o assunto, objeto da pesquisa.

No que se refere ao questionário, (ver Instrumentos de Pesquisa II - Anexos) procurou-se conhecer a imagem que alunos, professores e a comunidade, de modo geral, têm do modelo **Multicampi** da Universidade Federal da Paraíba.

A fim de se alcançarem esses objetivos, partiu-se da implantação do questionário anteriormente citado, composto de quatro itens, subdivididos em sub-itens relativos a situação com relação a UFPb, sua naturalidade, o campus com o qual se relaciona, os motivos que levaram a se fixar na região e/ou, em caso negativo, a transitoriedade de sua permanência; as carências da região em todas as áreas e a atuação da Universidade na região.

Nessa primeira parte do estudo foi considerada, como base, uma análise comparativa. Em seguida, averiguou-se o nível de conhecimento e entendimento.

No que tange à ficha de observação, as entrevistas foram realizadas obedecendo a um roteiro previamente estabelecido, (ver instrumentos de Pesquisa III - Anexos), utilizando-se um questionário estruturado, com questões abertas aos diretores de cada campus.

Foi efetuado, portanto, um roteiro de visitas a todos os **campi** da UFPb com o mesmo objetivo, isto é, de identificar as questões específicas de interesse da pesquisa, que foram baseadas em reflexões a serem desenvolvidas no capítulo IV, referente à tipologia e descrição dos **campi** da UFPb.

5.2 - População

Para atender o objetivo da pesquisa, trabalhou-se com três tipos de população que, a seguir, são apresentados com sua correspondente representação numérica:

- discentes:	20.043
- docentes:	2.773
- membros da comunidade:	125
. vereadores:	85
. deputados:	33
. prefeitos:	07

Considerando ser inviável, em tempo e custo, trabalhar com uma massa de informações advinda da população de discentes, docentes e membros da comunidade, decidiu-se utilizar amostras.

5.3 - Amostra

O desenho da amostra foi feito com base em dados levantados pelo questionário que se referiu aos três tipos de população: discentes, docentes e membros da comunidade.

Neste estudo foram entrevistados 2.004 discentes; 277 docentes e 126 membros da comunidade, distribuídos por todos os campi da UFPB, não tendo sido observada nenhuma recusa em participar da pesquisa. O resumo da amostra está representado nos Quadros nºs. 34, 35.

A seleção da amostra foi obtida com o auxílio da

tábua de números aleatórios de Paul G. Hoel. Quanto aos discentes e docentes, foi fornecida pela UFPb, uma listagem das pessoas vinculadas durante o período 1976/80. Quanto aos membros da comunidade, foram selecionados os vereadores, deputados e prefeitos radicados nas cidades onde se localizam os **campi** da UFPb.

Esta foi uma amostragem aleatória, estratificada, composta pelo conjunto de discentes e docentes e de, aproximadamente, 10% da sua população conforme Quadros nºs. 34, 35. Não sendo possível usar a mesma amostra para o estudo feito sobre membros da comunidade, foram escolhidas as 125 pessoas para que fosse obtida uma representatividade mais significativa, conforme se pode visualizar no Quadro nº 36.

Na primeira versão, o questionário foi submetido a um pré-teste, com uma amostra aleatória composta por 10 discentes, 10 docentes e 10 membros da comunidade. Uma vez removidas as dificuldades encontradas, iniciaram-se, em maio de 1982, as entrevistas, que só terminaram em setembro de 1983. O período relativamente extenso gasto com as entrevistas deveu-se, em parte, a inúmeras tarefas e/ou viagens aos **campi** da Universidade, localizados no interior do Estado.

O capítulo que segue compreende a análise e interpretação dos dados coletados na pesquisa, conforme a amostra e as variáveis definidas nesta abordagem metodológica.

6.

ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo é constituído da análise e interpretação dos dados coletados na pesquisa que constitui o estudo de caso deste trabalho.

A interpretação que se apresenta tem como suporte os questionários aplicados e devidamente tabulados. Os dados aferidos permitiram conclusão relativa à própria essência do modelo **multicampi**, no que diz respeito tanto à sua composição estrutural quanto ao seu funcionamento.

Neste sentido, serão interpretados estudos pertinentes à pesquisa em apreço, atentando-se para as seguintes premissas:

- a) O modelo **multicampi** contribuiu decisivamente para fixar o homem à sua região, motivado, especialmente, pela interiorização do ensino superior. Tal modelo assenta-se no propósito de direcionar esforços no sentido de buscar a sua identificação com a problemática nordestina.
- b) A atuação da Universidade, no que se refere ao modelo **multicampi**, pautou-se no conhecimento do quadro das carências paraibanas e nordestinas.

Para o agrupamento dos dados, utilizaram-se quadros com a aplicação de percentuais, a fim de favorecer a análise dos resultados.

6.1 - Pesquisa realizada junto à UFPb e à comunidade

6.1.1 - UFPb

A pesquisa abrangeu a área onde estão inseridos os **campi** da Universidade Federal da Paraíba. Neste **campi**, foram selecionados dois grupos: um, constituído por discentes e outro constituído por docentes. Esses grupos totalizaram 2.281 pessoas que foram entrevistadas, conforme distribuição do Quadro nº 37.

A quase totalidade desse pessoal é proveniente do próprio Estado da Paraíba, com uma superioridade em relação àqueles provenientes de outros estados. Há uma crença na Universidade de que aqueles indivíduos naturais da Paraíba têm uma tendência a permanecer mais tempo na região. Todavia, uma Universidade se viabiliza e se realiza através do trabalho das pessoas que a compõem. Promover ensino, pesquisa e extensão pressupõe, antes de tudo, existência de pessoas capazes, dispostas e motivadas para este fim.

6.1.2 - Membros da Comunidade

Grupo constituído por pessoas que ocupam cargos de representação de diversos órgãos da comunidade, os quais constituem pequenos grupos comunitários. Dessa população foram entrevistados 125 membros da comunidade, discriminados no Quadro nº 38.

Foram coletados dados nos sete **campi**, onde a UFPb está inserida. Justifica-se a escolha desses elementos por

serem considerados responsáveis pelo desenvolvimento social, econômico e cultural de suas comunidades. Atuando numa conjugação de esforços, contribuíram para o desenvolvimento da região, como um todo.

Ao entrevistado foi feita a seguinte pergunta: Indique os dois principais motivos que o levaram a se fixar nesta região. O Quadro nº 39 reúne as respostas a esta indagação.

Dos resultados encontrados pela pesquisa, o motivo mais apontado pelos discentes (44.16%) foi aquele referente ao fato de serem da região e nela encontrarem condições satisfatórias de vida. Outra razão (24.39%) foi a existência de curso do seu interesse. Indicaram, ainda (15.73%) a procura de emprego, enquanto 12.42% apontaram a transferência e 3.25% por serem filhos de produtores rurais.

Nos campi de Campina Grande e Areia, 15% dos discentes consideram a Universidade adequada à sua realidade, de modo a promover a convivência do aluno com os problemas regionais. Pelos resultados obtidos, considera-se que a Universidade dá formação completa para que seus graduados atuem na profissão.

No que se refere aos docentes e à comunidade, foram registrados também altos percentuais, (35.41% e 77.14%) na terceira alternativa. No que diz respeito ao ensino superior, é importante a preocupação da UFPb, em promover a interiorização no intuito de fixar o homem à terra e dar-lhe condições de vida condizente.

Dos resultados encontrados conclui-se que existe

preocupação dos discentes, dos docentes e da comunidade em fixarem-se na região, contando com o apoio da Universidade, no sentido de apontar alternativas viáveis e exequíveis que conduzam a soluções para os problemas paraibanos e regionais.

Preocupam-se, também, com a qualidade do ensino, tendo em vista ser essa comunidade que vai absorver os graduados, esperando deles adequada capacitação acadêmica e profissional.

Em seqüência à questão anterior formulou-se a seguinte pergunta: Deseja permanecer na região? As respostas obtidas estão reunidas no Quadro nº.40.

Dos resultados obtidos, 81.58%; 83.03% e 66.40% responderam afirmativamente. Em contrapartida, 18.42%; 16.97% e 33.60% responderam de forma negativa. Pelo considerável percentual de respostas positivas, constata-se que o desejo de permanência na região atendeu os objetivos estabelecidos pelo modelo **multicampi** que, como se constatou, tinha como um de seus pressupostos a efetivação deste intento.

As razões indicadas por aqueles que responderam a questão de forma negativa encontram-se no Quadro nº.41. Nestas respostas, a maior incidência ocorreu no corpo discente (40.92%) com o indicativo de que sua permanência devia-se apenas para concluir um curso superior; 29.53 consideraram a inexistência de mercado de trabalho, em termos profissionais devidamente qualificados, para atender as exigências de sua profissão. As demais respostas, com índices menores

de freqüência, envolveram inexistência de condições satisfatórias de vida.

Já os docentes (57.44%) e parte da comunidade, (57.14%) indicaram, como justificativa maior, a inexistência de mercado de trabalho. O restante das respostas, em menor percentual, apontaram inexistência das condições satisfatórias de vida; a implantação de programas e o desejo de voltarem as suas origens, como razão da transitoriedade de sua permanência na região.

A pergunta seguinte foi formulada no sentido de evidenciar as carências da região, uma vez que a UFPb, no seu esforço de adequar-se e voltar-se para a realidade regional e nacional, procurou atuar através de diversas áreas de conhecimento. As respostas a essa pergunta estão reunidas no Quadro nº 42.

Responderam a essa questão 1.802 discentes, 128 docentes e 80 membros da comunidade. O restante não opinou. Aqui, o entrevistado poderia assinalar mais de uma alternativa que lhe foi apresentada.

Considerando as alternativas isoladamente, as que apresentaram maior freqüência, para os discentes (23.69% e 21.83%) do total das respostas, foram a terceira e a quarta, ou seja, a precariedade do sistema médico-sanitário em toda a Paraíba, que constitui um dos aspectos mais chocantes do panorama da região. A assistência médico-hospitalar só existe, praticamente, nas grandes cidades. A relação leito/hospital ainda é bastante deficitária. Pouco esforço tem-se observado no que tange à interiorização; com respei-

to à ampliação e melhoria dos serviços de saúde.

No que se refere aos docentes, as alternativas que obtiveram maior frequência (22.74% e 21.71%) do total das respostas, foram a quinta e a primeira, ou seja, insuficiência dos equipamentos básicos que tende a neutralizar o atendimento médico-hospitalar, e o estado nutricional da população, isso devido à insuficiência da renda de grande contingente da população nordestina determinando, assim, um consumo alimentar muito inferior ao mínimo necessário à sobrevivência, ocasionando, portanto, deficiência no rendimento escolar.

Dos membros da comunidade, a maior indicação, (24.62%) foi aquela alusiva às condições precárias de disponibilidades de leitos hospitalares. Registrou-se, ainda, como razão negativa, com índice de 23.84%, o fato de a população infantil encontrar-se em estado desnutricional, ocasionando também deficiência do rendimento escolar.

Na maioria das opiniões, nota-se uma grande preocupação dessa população, no que se refere à área da saúde. Esses resultados evidenciam, portanto, a necessidade que tem a Universidade de promover programas vinculados à região, voltados para esta área. Tal providência, seguramente, implicará em proporcionar melhores condições de absorção do ensino a ser ministrado. São assim estará a Universidade contribuindo, de forma decisiva, para tirar a região do atraso secular que a separa do Centro-Sul do país.

Em seguida, procurou-se detectar as carências na área da educação e cultura. As respostas encontram-se no

Quadro nº 43.

Nesse quadro, os discentes apontaram como as mais graves as seguintes alternativas: com 22.94% e 21.57%, do total de respostas, a segunda e a quinta, ou seja, a falta de qualificação adequada do seu corpo docente e o elevado índice de evasão e escassez do rendimento escolar. Presume-se que tal fenômeno deve ocorrer principalmente nos **campi** do interior contribuindo, destarte, para sérios prejuízos na absorção do ensino, assim como para o elevado índice de evasão e escassez do rendimento escolar que cresce mais na zona rural do que na urbana.

Dos resultados obtidos pelos docentes, observa-se que as alternativas que apresentaram maior frequência (34.03% e 23.89%) foram a quarta e a terceira: falta de instalações e equipamentos necessários ao ensino profissionalizante e inadequação do ensino em termos de currículos. Quanto ao ensino profissionalizante ficou patenteada a pouca correspondência com a realidade estadual, quando cursos comerciais são oferecidos em detrimento dos cursos orientados para o magistério e as atividades agro-industriais.

Cumprе ressaltar que o percentual dos membros da comunidade (30%) considerado um índice relativamente alto de resposta negativa, encontra-se na faixa de escolaridade, ocorrendo assim um déficit na escolarização. Uma explicação plausível para esse fato encontra-se na própria escolarização dos entrevistados, isto é, quanto mais o indivíduo desconhece a universidade, mais ele a aceita como realmente ela o é. Via de regra, isto foi observado quando se trata-

va de pessoas que ignoravam a adequação universidade à realidade regional.

Desse resultado, considera-se ser relativamente alto o percentual de discentes (15.02%), docentes (9.07%) e membros da comunidade (6.08%) que não responderam as referidas alternativas, representando, assim, uma formação individual deficitária a nível de desenvolvimento do estudo.

O segmento habitação foi centrado basicamente no aspecto de acesso à casa própria, importante para se aquilatar as condições de vida da população. No Quadro nº 44 reúnem-se as respostas dadas a esta questão.

Das alternativas respondidas pelos discentes, a segunda apresentou o mais alto percentual (24.98%), reforçando inclusive a descrição da situação da população mais carente de melhoria das condições habitacionais, que se encontram totalmente desassistidas, sem programas que se coadunem com a sua capacidade de pagamento. Pelo que se sabe, os programas existentes destinam-se a famílias com rendimento superior a mais de dois salários-mínimos, quando uma grande parte das famílias recebe no Estado menos do que um salário-mínimo. Outra razão apresentada pelos discentes (21.67%) foi o baixo nível de renda da população que se reflete no aspecto qualitativo das habitações. Isso revela o nível de pobreza em que vive expressiva parcela da população paraibana.

Os maiores percentuais das respostas dadas pelos docentes, (24.17%) e pela comunidade (24.68%) referiram-se à quinta alternativa, ou seja, necessidade de construção de

habitação para as classes mais carentes. Assim, conclui-se que é pouca a atenção que se dá aos recursos humanos, tanto os referentes à saúde e à educação como ao problema social. Igual tendência tem sido observada com relação à necessidade de se criarem programas habitacionais que apresentaram percentuais da ordem de 22.34% e 24.03%. O Nordeste, apesar de ter-se mantido como a segunda região mais populosa do país, apresenta um decréscimo no que respeita ao estímulo dos programas habitacionais.

Dos entrevistados, 198 discentes, 36 docentes e 11 membros da comunidade se omitiram de responder a questão, o que pode ser considerado um alto percentual, perfazendo um total de 245 entrevistados.

Solicitou-se, também, aos entrevistados que apontassem as carências encontradas na região, no tocante às atividades da indústria e comércio. As respostas estão agrupadas no Quadro nº 45.

Através deste quadro registra-se percentual relativamente alto (47.07%) de discentes que responderam ser o setor secundário da economia pouco desenvolvido, enquanto 15.94% apontaram a inexistência de um mercado absorvedor de mão-de-obra qualificada.

Dos docentes, 44.85% consideram a inexistência de um mercado absorvedor de mão-de-obra qualificada. Como a principal carência na área da indústria e comércio, foi indicada como outra alternativa, (31.95%) falta de infraestrutura para a instalação de parque industrial, uma vez que o setor industrial do Nordeste tem uma relevância especial

para o estudo do desenvolvimento da região.

A maior indicação da comunidade (38.16%) apontou para o setor secundário da economia apresentar-se pouco desenvolvido. As demais respostas, com percentuais mais baixos, referiram-se à terceira e a primeira alternativa.

Ainda com relação às carências da região, pediu-se aos entrevistados que apontassem aquelas relativas à área da infra-estrutura. As respostas estão reunidas no Quadro nº 46.

Dentre as carências encontradas na área da infra-estrutura e apontadas pelos discentes, a mais indicada (30.07%), foi a primeira, ou seja, os meios de transportes apresentam deficiências desde a sua inadequação física até a falta de complementariedade dos sistemas. Segue-se a essa (26.16%) a alternativa referente aos serviços existentes de energia elétrica que não têm propiciado um nível de atendimento satisfatório. A ausência desses serviços acarreta sérios problemas à qualidade de vida da população.

Das alternativas apresentadas, os docentes indicaram com maior frequência (26.88%) aquela pertinente aos serviços de abastecimento d'água no meio rural. Não oferecem condições técnicas adequadas, acarretando sérios prejuízos para a saúde da população, pelo uso de águas contaminadas. Foi também considerada como indicador (25.63%) aquela referente à infra-estrutura de telecomunicações que não dispõe de atendimento por serviço telefônico.

Convém registrar que 124 discentes, 38 docentes e 28 membros da comunidade deixaram de responder essa questão.

Através da pergunta seguinte, procurou-se saber dos entrevistados quais as carências apresentadas na área da agropecuária. As respostas dadas a essa pergunta estão no Quadro nº 47.

Responderam a essa questão todos os discentes e docentes. Considerando as alternativas isoladamente, obtiveram maior frequência (28.20%) dos discentes e (29.53%) dos docentes do total das respostas, a segunda e a última, ou seja, insuficiência de pesquisa e não utilização de novas tecnologias e a escassez e irregularidades na distribuição das chuvas, além do uso inadequado dos recursos. O restante apontou as demais alternativas.

Quanto aos membros da comunidade, 27.56% indicaram a oferta de emprego muito irregular ao longo do ano, enquanto 26.48%, acusaram a escassez e irregularidade na distribuição das chuvas, além de uso inadequado de recursos. Outros (25.41%) indicaram o item insuficiência de pesquisa e não utilização de novas tecnologias. Esses percentuais, reunindo-se as três razões mais relevantes, atingem quase 90%, o que permite deduzir sobre a necessidade de maior atuação da Universidade quanto às carências da região.

Essa parte do questionário refere-se à atuação da UFPb com relação às necessidades da região. Perguntou-se aos entrevistados se eles consideravam estar a Universidade atuando de acordo com as necessidades da região. As respostas a essa pergunta estão concentradas no Quadro nº 48.

O maior índice de respostas, para discentes, docentes e membros da comunidade, indicou que a atuação da

UFPb satisfaz em parte. Isso significa que a Universidade Federal da Paraíba está atuando, ao menos parcialmente, de acordo com as necessidades da região, ou mesmo tem demonstrado estar envidando esforços no sentido de corrigir algumas distorções nas ações.

Alguns depoimentos, registrados nos questionários e relacionados a seguir, ilustram bem as razões que determinaram o posicionamento dos entrevistados.

No contexto regional, a Universidade está direcionada para atender, de forma adequada, o desenvolvimento sócio-econômico e cultural da região.

A expansão e a diversificação das atividades, representaram intenções em identificá-las mais com o seu ambiente.

No contexto universitário, o campus universitário vem assumindo seu papel de integração e racionalização de suas atividades acadêmico-administrativa.

No entanto, para os que consideram negativa a atuação da Universidade, registrou-se um percentual relativamente igual, de discentes (18.21%) e de docentes (14.44%). Quanto aos membros da comunidade este percentual foi bem menor apresentando 4.80%. Foi solicitado, também, aos entrevistados que justificassem suas respostas. As razões apresentadas por aqueles que disseram não satisfazer a atuação da UFPb estão resumidas no Quadro nº 49.

No contexto regional, as atividades levadas a efeito no campus, não se encontram bem identificadas com as características locais. O ensino universitário tem-se afas-

tado do contexto no qual está inserido. A criação dos campi vem exigindo da Universidade a instalação de uma infraestrutura mais adequada para o funcionamento de determinados cursos:

Alguns discentes (18.76%), docentes^o (24.55%) e membros da comunidade (9.60%) não opinaram, acusando a falta de divulgação dessas atividades por parte da Universidade. Esses percentuais atingem mais de 40%, o que permite concluir que há necessidade de maior atuação e divulgação da Universidade na região.

Em seguida, foram listadas algumas propostas para que a Universidade possa, cada vez mais, corresponder às necessidades da região, solicitando-se que os entrevistados indicassem as que julgam mais importantes. O Quadro nº 49 indica as propostas.

Através desse quadro constata-se que o maior índice de resposta dos discentes (28.58%) aponta a última proposta. Este assunto, pela sua elevada significação, merece atenção especial. A qualidade do ensino, nesta e em outras universidades, vem caindo. Pouco a pouco, as instituições de ensino superior deram-se conta de aspectos novos no contexto dos compromissos da universidade, assimilando outras funções reconhecidas como de suas responsabilidades, como a pesquisa e a extensão.

Analisando-se os demais índices das respostas dos discentes (24.89%; 23.64% e 22.89%) conclui-se que existe uma grande preocupação no sentido de que a Universidade tenha, em sua programação, atividades voltadas para a região.

No que se refere aos docentes, 29.02% solicitam que a Universidade desenvolva a pesquisa para o conhecimento dos programas regionais em suas diferentes dimensões, elevando os seus níveis de eficiência educacional e administrativa; 22.73% indicam que a Universidade deve promover a adequação dos currículos à realidade regional e 19.25% reclamam um melhor reajuste da estrutura da Universidade, em consonância com a melhoria do ensino, com incentivo à pesquisa e com a articulação Universidade/comunidade.

Com relação aos membros da comunidade, a maior incidência de respostas (27.79%) também se refere à quarta questão, ou seja, a melhoria do ensino, pesquisa e extensão. Isso significa que grande parte da população pesquisada tem conhecimento dos objetivos da Universidade, fortalecendo todas as áreas de atuação. Um percentual de 26.35% aconselha que a UFPb eleve seus níveis de eficiência educacional e administrativa.

Desse resultado conclui-se que existe preocupação dos discentes, dos docentes e da comunidade, no sentido de procurar com o apoio da UFPb soluções para os problemas da região adequando-se a nossa realidade e aos novos padrões de ensino, de modo a promover a convivência do aluno com as carências regionais.

6.2 - Observações Críticas ao Modelo Multicampi

As observações crítica ao modelo da Universidade Federal da Paraíba têm por base os dados coligidos junto

aos discentes, aos docentes e membros da comunidade.

Várias foram as dificuldades que surgiram durante a realização deste trabalho. Elas se iniciavam com o questionamento sobre a validade do modelo **multicampi** da UFPb, diante da escassez de documentos e informações que caracterizassem o modelo em análise. Tornavam-se, praticamente, imprevisíveis as possibilidades de um estudo mais acurado, através de instrumentos sofisticados de mensuração.

Além dessa situação a própria dinâmica adotada para a produção do trabalho foi bastante prejudicada. No entanto, os dados validam a hipótese de que a Universidade possui um modelo, apesar de não ser suficientemente difundido. Ao mesmo tempo, permite-se atestar, conforme a premissa de trabalho, que é possível implantar e interiorizar as ações da Universidade através do modelo **multicampi**.

7.

A SITUAÇÃO ATUAL DA UFPB COM O MODELO MULTICAMPI

As constantes mudanças ocorridas, nos últimos anos, na estrutura das universidades brasileiras proporcionaram à UFPb um extraordinário crescimento no período 1976/80, principalmente, em decorrência da sua característica **multicampi**.

A criação de vários cursos, em todos os níveis, a iniciação de programas de pesquisa e extensão, com a consequente elevação da população administrativa, discente e docente, e a grande afluência destes últimos de centros diversos do país e do exterior transformaram a instituição definitivamente.

Por outro lado, a existência dos **campi** descentralizou e interiorizou as ações da Universidade, diluindo os benefícios por todo o território do Estado, sem privilegiar áreas, sem polarizar o ensino, sem reforçar as tendências migratórias em direção à capital.

Nesse aspecto, a UFPb tem demonstrado uma atuação sensível às peculiaridades regionais, a que se acha condicionada. Na política de regionalização e interiorização, pode-se encontrar um bom exemplo do que ora se comenta, através dos seus **campi** interioranos, com seus cursos de graduação e pós-graduação, núcleos, laboratórios etc.

Como a UFPb já dispunha de bases no interior do Estado, o trabalho de maior monta seria o de integrar todo o conjunto, de modo a fortalecer a atuação global, respeitando as peculiaridades de cada campus.

Era esta a preocupação: preparar uma Universidade que se envolvesse e se identificasse com a problemática da região. Para tanto, era preciso fortalecer os laços entre

a Universidade e a comunidade para a solução dos problemas regionais e da população como um todo.

Hoje a UFPb é uma instituição voltada para a sua região, tendo por objetivo o desenvolvimento sócio-econômico, visando ao progresso das ciências, letras e artes; à formação e treinamento de profissionais de nível superior e médio, e a prestação de serviços à comunidade sob a forma de cursos, de consultoria, de assistência e de atividades especiais de extensão.

Na verdade, essas transformações trouxeram, de início, o choque de opiniões e pequenas áreas de atrito. Com o decorrer do tempo e a determinação firme dos seus reitores, o novo modelo estrutural criou raízes e atualmente é uma realidade que se impõe vitoriosa na comunidade universitária e na região.

No quadro das maiores universidades autárquicas federais do Brasil, a UFPb logrou, de forma geral, colocar-se em 3º lugar, sendo a 1ª em número de **campi**, a 2ª em número de alunos e cursos e a 3ª em número de professores e área física. Tal constatação consta do documento elaborado pelo MEC/SESU, intitulado *Aspectos do Perfil das IES Federais, 1970/80*.

Entretanto, para ocupar as posições acima descritas, a UFPb enfrentou várias situações adversas, que exigiram uma constância e uma determinação na busca do seu crescimento através da interiorização. Ocorreu um aumento considerável nas matrículas, passando de 10.379 alunos, em 1975, para mais de 19.317 em 1979. No mesmo período o nū-

mero de professores aumentou de 987 para 2.686, a área coberta triplicou. No entanto, o orçamento vem apresentando uma perda significativa a partir de 1978, conforme constata os Quadros nºs. 50 e 51.

Existe uma defasagem crescente entre os recursos alocados nas diversas atividades assumidas pela UFPb e a real necessidade financeira que é superior, principalmente, devido à expansão verificada.

Analisando-se as destinações orçamentárias por categorias econômicas, detecta-se uma concentração sempre crescente em relação aos encargos de remuneração do pessoal, ocorrendo paralelamente uma diminuição ano a ano em outros custeios. Esses outros custeios, a rigor, por estar a instituição em franco desenvolvimento, deveriam receber um expressivo aumento, bem como as despesas de investimento.

O crescimento da UFPb deveu-se, principalmente, à captação de recursos financeiros advindos de *linhas especiais de créditos de diversas agências financiadoras nacionais e/ou estrangeiras* (UFPb - I - PLANO ESTRATÉGICO. 1981-84).

Sem autonomia financeira, as universidades operam numa faixa de verbas bastante limitada. Desta forma, a captação de recursos mediante a celebração de convênios passou a ser uma das políticas adotadas pela UFPb, visando a garantir meios financeiros indispensáveis ao desenvolvimento de grande parte de suas atividades.

Essa postura assumida pela Universidade coloca-a numa posição dúbia na medida em que esses auxílios, se pro-

piciam a expansão da UFPb, tornam-na dependente e vulnerável já que tais recursos são incertos, esporádicos e altamente dependentes da conjuntura econômica do país. (UFPb-PLANO ESTRATÉGICO-84).

Por estar consciente dessa dubiedade e dependência quanto à captação de auxílios oriundos de convênios, a UFPb vem assumindo, ano a ano, uma postura reivindicatória quanto a verbas provenientes do tesouro e necessárias à manutenção e pleno funcionamento das diversas atividades distribuídas pelos seus sete **campi**.

É neste sentido que a UFPb vem desenvolvendo toda sua luta para expandir e interiorizar as atividades de ensino, pesquisa e extensão, levando em consideração as características de cada uma daquelas microrregiões.

7.1 - Conclusões

Nestes últimos anos, inúmeras experiências e esforços foram desenvolvidos por várias instituições na tentativa de participar mais efetivamente na solução dos problemas regionais.

Hoje não se pode deixar de reconhecer que o quadro mudou radicalmente na UFPb. Ao analisar-se esta Universidade, vê-se que o saldo é bastante positivo, ainda que se considere pequeno o caminho percorrido. A seguir, serão destacados os pontos considerados positivos, de acordo com análise até aqui realizada acerca do modelo multicampi:

- a) a UFPb é uma instituição voltada para sua região, entrosando-se com o governo estadual, com as prefeituras, com órgãos federais aqui atuantes, em programas da saúde, agricultura, economia e outros;
- b) desenvolve um programa de educação superior na periferia urbana e na zona rural, através de seus 07 campi;
- c) não é somente uma instituição de formação de recursos humanos (médicos, engenheiros, etc.). Ela é também instrumento de mudanças da sociedade atual, difundindo o saber, tecnologia, cultura, com a preocupação voltada para o fortalecimento regional;
- d) dinamizou, de forma elogiável, as áreas de arte e cultura: artes plásticas, música, fotografia, cinema, teatro e folclore, tanto em forma de cursos quanto em atividades;
- e) fomentou também os projetos dos cursos, em várias áreas. Foram renovados os currículos, dentro dos novos padrões científicos, voltados para a realidade regional;
- f) deu seqüência ao remanejamento de vagas, iniciado em 1976, de modo a oferecer vagas compatíveis com a demanda da região.

Convém colocar-se, de maneira sucinta, alguns pontos negativos, embora seja cedo demais para uma análise em profundidade. Os principais problemas são:

- a) a complexidade administrativa, pouca autonomia e delegação de poder aos órgãos de base, tipo departamento;
- b) os canais de informações ainda fechados com a sua estrutura **multicampi**;
- c) falta de descentralização do planejamento orçamentário, com a participação dos órgãos interessados (centros, departamentos, núcleos, laboratórios etc.);
- d) o excesso de centralização dos recursos financeiros não atende, em tempo hábil, a execução dos programas e projetos;
- e) alguns **campi** não funcionam de acordo com as condições exigidas pelas normas do ensino moderno, por serem construções antigas, carentes de ampliações, reformas e adaptações;
- f) inadequação do sistema de avaliação/aprendizagem, sobretudo, com relação aos cursos de graduação, o que vem impossibilitando melhores condições de ensino;
- g) o ensino ministrado é predominantemente teórico. É pouco o que se tem feito no sentido de colo-

car dentro de atividades profissionais.

Em que pese os problemas existentes, pode-se dizer que o mais importante é o encontro da Universidade Federal da Paraíba com a realidade do Estado e a sua opção pelo atendimento da demanda da comunidade.

Como se vê, é uma experiência que está sendo cotidianamente comprovada, revista e ajustada. Esse estudo permitiu a concretização de muitas experiências importantes no que se refere à uma instituição federal.

Em suma, é forçoso reconhecer que a experiência é muito recente para que se possa fazer qualquer apreciação mais profunda. Mas, com base na pesquisa realizada, há margem para considerar a UFPb, comparativamente, como uma nova universidade, isto é, uma universidade com nova fisionomia, nova mentalidade, novas perspectivas, a partir do período 1976/80, época da implantação do modelo **multicampi**.

7.2 - Recomendações

Levando-se em conta os aspectos mais destacados, que mereceram comentários no corpo deste trabalho, sugere-se a adoção das seguintes recomendações:

É indispensável continuar trabalhando com vistas à consolidação do caráter **multicampi** da Universidade Federal da Paraíba, no sentido de que ela se volte para as reais necessidades do espaço que ocupa, contribuindo para o seu almejado crescimento econômico e social.

A Universidade deve desenvolver o ensino, a pesquisa e a extensão de forma a atender essa finalidade.

No que se refere à pesquisa, é indispensável oferecer-se aos pesquisadores condições de trabalho, recursos e infra-estrutura, inclusive, os meios para divulgação.

Quanto ao ensino, é preciso ainda atualizar os currículos, dar melhores condições ao ensino básico, melhorar os sistemas de avaliação e continuar com a política de qualificação do corpo docente.

A extensão não deverá ser uma mera prestação de serviço. O desejável seria uma verdadeira troca de influências; levar os conhecimentos à sociedade, e ao mesmo tempo, auscultar as necessidades desta comunidade. O propósito desta posição fundamenta-se na convicção de que a Universidade deve, cada vez mais, estar voltada para os anseios e necessidades da comunidade, levando-a a repensar suas atividades de pesquisa, ensino e extensão.

O objetivo da Universidade Federal da Paraíba deve ser, acima de tudo, o de buscar o constante aperfeiçoamento, no sentido de alcançar a excelência, através do modelo adotado.

A seguir, algumas linhas de pesquisa são aqui sugeridas, na perspectiva de indicar novos estudos posteriores a serem desenvolvidos neste posicionamento.

. Reforçar mecanismos de integração ensino, pesquisa e extensão de forma a garantir sua maior eficácia em termos da política de regionalização e interiorização;

. fortalecer o compromisso da instituição com o meio, de maneira a intensificar a sua funcionalidade;

. avaliar o compromisso da UFPb com o desenvolvimento sócio-econômico da região, em colaboração com órgãos de classe e governamental, a nível estadual e municipal;

. analisar o grau de comprometimento nas ações que integram a universidade no que diz respeito à solução dos problemas da comunidade nordestina;

. medir os resultados da experiência multicampi através de estudo longitudinal de egressos da instituição com relação ao mercado de trabalho regional.

8.

ANEXOS

INSTRUMENTO DE PESQUISA Nº I

1981

FICHA DE REGISTRO/INSTITUIÇÃO

O presente instrumento de pesquisa tem por objetivo levantar o maior número possível de dados que possam caracterizar o modelo **multicampi** adotado pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), compreendendo:

- aspectos físico e geográfico;
- aspectos jurídico-administrativos e mudanças organizacionais;
- população universitária: docente
técnico-administrativo
e pessoal de apoio
- integração com a comunidade/mercado de trabalho;
- filosofia do modelo.

Para montagem de seus quadros recorre-se a:

- estatutos e regimentos;
- atas resoluções, portarias;
- publicações diversas.

INSTRUMENTO DE PESQUISA Nº II

1981

QUESTIONÁRIO A/P/C

Através deste questionário procura-se conhecer a imagem que os alunos, professores e a comunidade, de modo geral, têm do modelo **multicampi** da UFPb.

A partir destas informações, complementares àquelas que serão obtidas através de outros instrumentos de pesquisa, pretende-se chegar à análise crítica das proposições básicas do modelo implantado e a uma avaliação de seus resultados, tendo-se como referência o período 1976/80.

1 - Indique sua situação com relação à UFPb, assinalando com um X.

- 1 - () Aluno /5
 2 - () Professor
 3 - () Membro da Comunidade

2 - Indique sua naturalidade:

- Cidade _____ 6-8/
 Região _____ 9/
 Estado _____ 10-11/
 País _____ 12-13/

3 - Nas questões que se seguem, assinale com um X, o item adequado:

3.1 - Campus com o qual se relaciona:

- 1 - () João Pessoa - I 14/
 2 - () Campina Grande - II
 3 - () Areia - III
 4 - () Bananeiras - IV
 5 - () Cajazeiras - V
 6 - () Sousa - VI
 7 - () Patos - VII

3.2 - Indique os dois principais motivos que o levaram a se fixar nesta região.

- 1 - () Existência de curso do seu interesse 15-16/
 2 - () Procura de emprego
 3 - () Por ser da região e nela encontrar condições satisfatórias de vida
 4 - () Transferência
 5 - () Outros, citar _____

3.3 - Deseja permanecer na região?

- 1 - () Sim 17/
 2 - () Não

3.4 - Em caso negativo, a transitoriedade de sua permanência deve-se a:

- 1 - () Apenas para concluir um curso superior 18/
 2 - () Inexistência de Mercado de Trabalho
 3 - () Inexistência de condições satisfatória de vida à implantação de programas
 4 - () À implantação de Programas

3.5 - Em sua opinião (seja aluno, professor ou membro da comunidade), a região oferece um nível de vida:

- 1 - () Ótimo 19/
 2 - () Bom
 3 - () Razoável
 4 - () Precário
 5 - () Pêssimo

3.6 - É possível que ocorra carência na região. Indique as mais graves em cada área.

3.6.1 - Na Área da Saúde:

- | | |
|---|-----|
| () População infantil encontra-se em estado de desnutrição, ocasionando deficiência no rendimento escolar. | 20/ |
| () Acentuado número de doenças infecto-contagiosas. | 21/ |
| () Condições precárias de disponibilidades de leitos hospitalares. | 22/ |
| () Pouco esforço no que tange à interiorização, ampliação e melhoria dos serviços de saúde. | 23/ |
| () Insuficiência dos equipamentos básicos tendem a neutralizar o atendimento médico-hospitalar. | 24/ |
| () Outros, citar _____ | 25/ |
-

3.6.2 - Na Área de Educação e Cultura:

- | | |
|---|-----|
| () Déficit de escolarização. | 26/ |
| () Qualificação deficiente do corpo docente. | 27/ |
| () Inadequação do ensino em termos de currículos. | 28/ |
| () Falta de instalações e equipamentos necessários ao ensino profissionalizante. | 29/ |
| () Elevado índice de evasão e escassez de rendimento escolar. | 30/ |
| () Outros, citar _____ | 31/ |
-

3.6.3 - Na Área da Habitação:

- | | |
|--|-----|
| () Baixo nível de renda da população reflete no aspecto qualitativo das habitações. | 32/ |
| () A população mais carente de melhoria das condições habitacionais encontra-se desassistida. | 33/ |
| () Inadequada distribuição espacial das atividades do desenvolvimento | 34/ |
| () Necessidade de se criar programas habitacionais. | 35/ |
| () Construção de habitações para as classes mais carentes. | 36/ |
| () Outros, citar _____ | 37/ |
-

3.6.4 - Na Área da Indústria e Comércio:

- | | |
|--|-----|
| () Falta de infra-estrutura para a instalação de parque industrial | 38/ |
| () Setor secundário da economia pouco desenvolvido. | 39/ |
| () Inexistência de um mercado absorvedor de mão-de-obra qualificada | 40/ |
| () Outros, citar _____ | 41/ |
-

3.6.5 - Na Área da Infra-Estrutura:

- | | |
|--|-----|
| () Os meios de transportes apresentam deficiências desde a sua inadequação física até a falta de complementação dos sistemas. | 42/ |
| () Os serviços existentes de energia elétrica não tem propiciado um nível de atendimento satisfatório. | 43/ |
| () A infra-estrutura de telecomunicações não dispõe das melhores condições de atendimento desses serviços. | 44/ |
| () O abastecimento d'água no meio rural não oferece as condições técnicas adequadas. | 45/ |
| () Outros, citar _____ | 46/ |
-

3.6.6 - Na Área da Agropecuária:

- () Oferta de emprego muito irregular no decorrer do ano. 47/
 () Insuficiência de pesquisa e não utilização de novas tecnologias. 48/
 () Reduzida participação dos pequenos agricultores e produtores sem terra. 49/
 () Escassez e irregularidade na distribuição das chuvas, além do uso inadequado dos recursos. 50/
 () Outros, citar _____ 51/
-

3.7 - Quanto à atuação da universidade na região, você considera que ela:

- 1 - () Satisfaz 52/
 2 - () Não satisfaz
 3 - () Satisfaz em parte
 4 - () Sem opinião

3.7.1 - Caso sua resposta for satisfatória, indique as razões que determinaram seu posicionamento:

- () No contexto regional, a universidade está direcionada para atender de forma adequada, ao desenvolvimento sócio-econômico e cultural da região. 53/
 () A expansão e a diversificação das atividades, representaram intenções em identificá-las mais com seu ambiente. 54/
 () No contexto universitário, o campus universitário vem assumindo seu papel de integração e racionalização de suas atividades acadêmico-administrativa. 55/
 () Outros, citar _____ 56/
-

3.7.2 - Se sua resposta não for satisfatória, indique os motivos que determinaram seu posicionamento.

- () No contexto regional, as atividades levadas a efeito no campus, não se encontram bem identificadas com as características locais. 53/
 () O ensino universitário tem-se afastado do contexto no qual está inserido. 54/
 () A criação dos campi vem exigindo da universidade a instalação de uma infra-estrutura mais adequada para o funcionamento de determinados cursos. 55/
 () Outros, citar _____ 56/
-

Indique as propostas que você julga importantes para que a universidade possa cada vez mais responder às necessidades da região, é preciso que:

- () Eleve os seus níveis de eficiência educacional e administrativo. 57/
 () Promova a adequação dos currículos à realidade regional. 58/
 () Desenvolva a pesquisa para o conhecimento dos programas regionais em suas diferentes dimensões. 59/
 () Reajuste a estrutura geral da universidade em consonância com a melhoria do ensino, com incentivo à pesquisa e com a articulação universidade/comunidade. 60/
 61/

INSTRUMENTO DE PESQUISA Nº III

1981

FICHA DE OBSERVAÇÃO

Este instrumento de pesquisa, que se constituiu basicamente, num roteiro de visitas, destina-se ao registro de observações diretas, contatos pessoais, através dos quais procura-se avaliar a efetivação de uma política de regionalização e interiorização do modelo **multicampi** da UFPb

Campus _____

1. Prioridades identificadas da região

1.1 - _____
_____1.2 - _____
_____1.3 - _____

2. Quanto aos cursos regulares:

2.1 - GRADUAÇÃO

CURSOS	OPÇÕES
--------	--------

2.2 - EXTENSÃO

CURSOS	OPÇÕES
--------	--------

2.3 - PESQUISA

CURSOS	OPÇÕES
--------	--------

2.4 - PÓS-GRADUAÇÃO

2.4.1 - ESPECIALIZAÇÃO

CURSOS	OPÇÕES
--------	--------

2.4.2 - MESTRADO

CURSOS	OPÇÕES
--------	--------

2.4.3 - DOUTORADO

CURSOS	OPÇÕES
--------	--------

3. - Canais e mecanismos de interação social e governamental,

ÂMBITO INTERNACIONAL	
NACIONAL	
ESTADUAL	
MUNICIPAL	

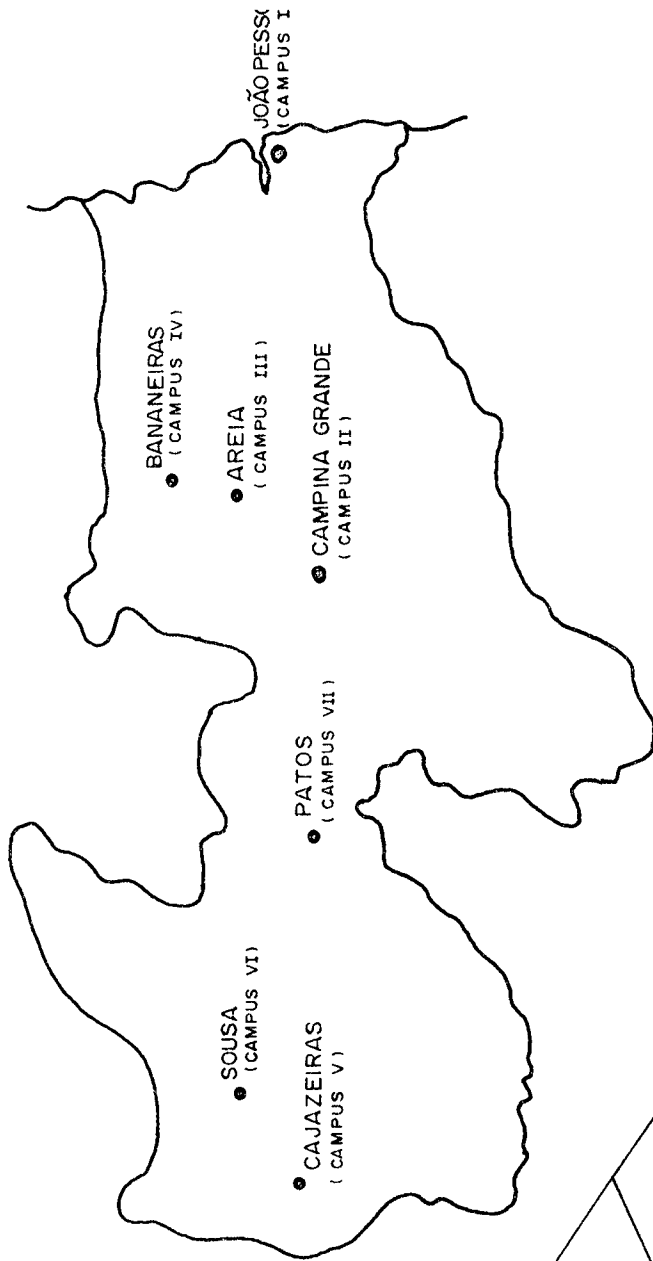
4. - Pesquisas voltadas para a região.

Centro: _____

DEPARTAMENTO	DENOMINAÇÃO
--------------	-------------

5. - Dados gerais do campus (observação livre).

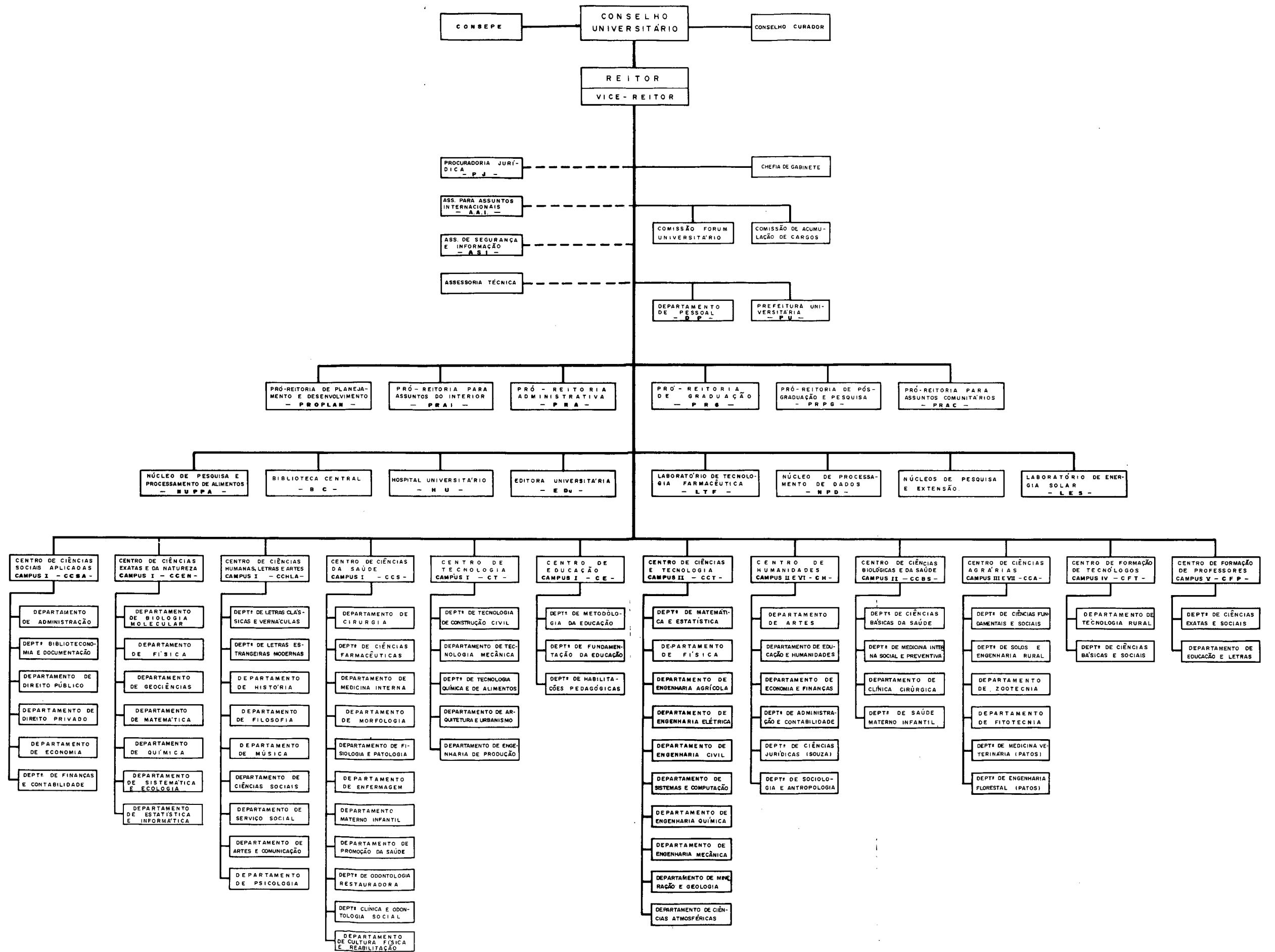
LOCALIZAÇÃO E DISTÂNCIA (KM) INTER-CAMPUS



FONTE: PROPLAN/ETA

	AREIA	BANANEIRAS	CAJAZEIRAS	CAMPINA GRANDE	JOÃO PESSOA	PATOS	SOUZA
	45						
AREIA		406					
BANANEIRAS	384		66	340			
CAJAZEIRAS	42	132		466	123		
CAMPINA GRANDE	125	240	171		296	130	
JOÃO PESSOA	216	370	300	427			
PATOS	345						
SOUZA							

OBS.: O CAMPUS VI está vinculado ao Centro de Humanidades de C. Grande, e o CAMPUS VII está ligado ao Centro de Ciências Agrárias de Areia.



QUADRO Nº 01

ALUNOS MATRICULADOS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO POR CAMPUS E CENTRO

1976/80

CAMPUS	LOCALIZAÇÃO	CENTRO	A N O				
			76	77	78	79	80*
I	João Pessoa	CCSA	3.727	4.237	3.451	3.515	3.307
		CCEN	715	797	980	1.199	1.171
		CE	-	-	1.043	1.169	1.059
		CCHLA	1.222	1.438	1.815	2.322	2.160
		CCSA	2.551	2.713	3.108	3.096	2.992
		CT	1.102	1.529	1.674	1.799	1.840
II	Campina Grande	CCT	1.590	2.813	2.601	3.001	3.091
		CH	-	-	588	695	1.545
		CCBS	-	-	-	390	341
III	Areia	CCA	394	677	701	774	736
IV	Bananeiras	CFT	-	64	123	146	519
V	Cajazeiras	CFP	-	-	-	1.212	940
VI	Sousa	CH	-	-	-	-	216
VII	Patos	CCA	-	-	-	-	126
TOTAL			11.301	14.268	16.084	19.317	20.043

FONTE: PRAG/CODESC/PRAI

*Até fevereiro de 80.

QUADRO Nº02

NÚMERO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO POR CAMPUS/CENTRO

1976/80*

CAMPUS	LOCALIZAÇÃO	CENTRO	A N O				
			76	77	78	79	80
I	João Pessoa	CCSA	05	05	05	05	05
		CCEN	08	09	09	09	09
		CE	01	01	01	01	01
		CCHLA	07	10	10	10	10
		CCS	06	07	08	08	08
		CT	04	05	05	05	05
II	Campina Grande	CCT	06	11	13	13	13
		CH	03	03	03	03	07
		CCBS	-	-	-	-	01
III	Areia	CCA	02	02	02	02	02
IV	Bananeiras	CFT	01	01	01	01	01
V	Cajazeiras	CFP	-	-	-	06	07
VI	Sousa	CH	-	-	-	-	01
VII	Patos	CCA	-	-	-	-	02
T O T A L			43	54	57	63	72

FONTE: PROPLAN

* Até o final da gestão - Fev./80.

QUADRO N: 03

UFPb - CURSOS DE GRADUAÇÃO RECONHECIDOS POR CENTRO

C.C.S.A.

CAMPUS I

CURSO	FUNCIONAMENTO		RECONHECIMENTO	
	ATO DE CRIAÇÃO		A T O	
	NÚMERO/ÓRGÃO	DATA	NÚMERO	DATA
Administração	Res. C.Un. 08/62	20/12/62	Dec. 63.584	11/11/68
Biblioteconomia	Res. C.Un. 01/69	06/01/69	Dec. 76.178	01/09/75
Contabilidade	Dec. 38.733	30/01/56	Dec. 48.754	11/08/69
Direito	Dec. 29.398	27/03/51	Dec. 33.404	28/07/53
Economia	Dec. 24.797	13/04/48	Dec. 30.236	04/12/51
*Tecnólogo em Estatística	Res. C.Un. 31/75	28/07/75	Dec. 81.092	21/12/77

FONTE: PROPLAN/PRPG

*Desativado em 1977

Res. C.Un. - Resolução Conselho Universitário

QUADRO N° 04

UFPb - CURSOS DE GRADUAÇÃO RECONHECIDOS POR CENTRO

C.C.E.N.

CAMPUS I

CURSO	FUNCIONAMENTO		RECONHECIMENTO	
	ATO DE CRIAÇÃO		A.T.O	
	NÚMERO/ÓRGÃO	DATA	NÚMERO	DATA
Licenciatura em Física	Res. C.Un. 16/65	05/03/65	Dec. 80.682	09/11/77
Licenciatura em Matemática	Res. C.Un. 15/65	05/03/65	Dec. 80.682	09/11/77
Licenciatura em Química	Res. C.Un. 18/62	15/10/62	Dec. 60.682	09/11/77
Licenciatura em Geografia	Dec. 30.909	27/05/52	Dec. 38.146	25/10/55
Bacharelado em Física	Res. C.Un. 04/72	03/03/72	Dec. 80.682	09/11/77
Bacharelado em Matemática	Res. C.Un. 15/72	18/07/72	Dec. 80.682	09/11/77
Bacharelado em Química	Res. C.Un. 22/77	24/03/77	Dec. 80.682	09/11/77
Bacharelado em C.Biológicas	Res. C.Un. 21/77	24/03/77	P. 469	14/01/80
Bacharelado em Geografia	Dec. 30.909	27/05/52	Dec. 38.146	25/10/55

FONTE: PROPLAN/PRG

Res. C.Un. - Resolução do Conselho Universitário

QUADRO N° 05

UFPb - CURSOS DE GRADUAÇÃO RECONHECIDOS POR CENTRO

C.E.

CAMPUS I

CURSO	FUNCIONAMENTO		RECONHECIMENTO	
	ATO DE CRIAÇÃO		A T O	
	NÚMERO/ÓRGÃO	DATA	NÚMERO	DATA

Pedagogia Dec. 30.909 27/05/52 Dec. 38.146 25/10/55

FONTE: PROPLAN/PRG

QUADRO N° 06

UFPb - CURSOS DE GRADUAÇÃO RECONHECIDOS POR CENTRO

C.C.H.L.A.

CAMPUS I

CURSO	FUNCIONAMENTO		RECONHECIMENTO	
	ATO DE CRIAÇÃO		A T O	
	NÚMERO/ÓRGÃO	DATA	NÚMERO	DATA
Bacharelado em Filosofia	Dec. 35.627	08/06/54	Dec. 46.136	04/06/59
Licenciatura em Filosofia	Dec. 35.627	08/06/54	Dec. 46.136	04/06/59
Licenciatura em Letras	Dec. 30.909	27/05/52	Dec. 38.146	25/10/55
Licenciatura em História	Dec. 30.909	27/05/52	Dec. 38.146	25/10/55
Licenciatura em Psicologia	Res. C.Un. 07-A/74	08/02/74	Dec. 83.103	29/01/79
Formação de Psicólogo	Res. C.Un. 07/74	08/02/74	Dec. 83.103	29/01/79
Educação Artística	Res. C.Un. 22/77	24/03/77	Dec. 83.328	16/04/79
Comunicação Social	Res. C.Un. 24/77	24/03/77	Dec. p. 69	15/01/80
Serviço Social	Res. C.Un. 08/69	17/10/69	Dec. 77.796	09/06/76
Bacharelado em Música	Res. C.Un. 22/77	24/03/77	Em fase de	planejamento

FONTE: PROPLAN/PRG

Res. C. Un. - Resolução do Conselho Universitário

QUADRO Nº 07

UFPb - CURSOS DE GRADUAÇÃO RECONHECIDOS POR CENTRO

C.C.S.

CAMPUS I

CURSO	FUNCIONAMENTO		RECONHECIMENTO	
	ATO DE CRIAÇÃO		A T O	
	NUMERO/ÓRGÃO	DATA	NUMERO	DATA
Enfermagem	Port. MEC/365	09/06/58	Lei 3.835	13/12/60
Farmácia	Dec. 48.147	21/04/60	Lei 3.835	13/12/60
Medicina	Dec. 30.212	27/11/51	Dec. 38.011	05/10/55
Odontologia	Dec. 32.051	06/01/53	Dec. 38.148	25/10/55
Nutrição	Res. C.Un. 47/76	16/06/76	Dec. 83.655	28/06/79
Lic. em Educação Física	Res. C.Un. 21/77	24/05/77	Dec. 82.522	30/10/78
Fisioterapia	Res. C.Un. 09/80	14/01/80	Em fase de	planejamento
Lic. em Enfermagem	Port. MEC/365	09/06/58	Lei 3.835	13/12/60

FONTE: PROPLAN/PRG

Res. C.Un. - Resolução do Conselho Universitário

QUADRO N: 08

UFPb - CURSOS DE GRADUAÇÃO RECONHECIDOS POR CENTRO

C.T.

CAMPUS I

CURSO	FUNCIONAMENTO		RECONHECIMENTO	
	ATO DE CRIAÇÃO		A T O	
	NÚMERO/ÓRGÃO	DATA	NÚMERO	DATA
Engenharia Civil	Dec. 39.221	23/04/56	Dec. 49.237	16/11/60
Engenharia Mecânica	Res. C.Un. 149/66	01/04/66	Dec. 72.451	11/07/73
Engenharia de Alimentos	Res. C.Un. 21/77	24/03/77	P. 11.99	30/01/79
Química Industrial	Res. C.Un. 07/75	02/12/74	Dec. 82.777	30/02/78
Arquitetura e Urbanismo	Res. C.Un. 18/74	02/12/74	Dec. 83.380	30/04/79

FONTE: PROPLAN/PRG

Res. C.Un. - Resolução do Conselho Universitário

P. - Parecer



QUADRO N: 09

UFPb - CURSOS DE GRADUAÇÃO RECONHECIDOS POR CENTRO

C.C.T.

CAMPUS II

CURSO	FUNCIONAMENTO		RECONHECIMENTO	
	ATO DE CRIAÇÃO		A T O	
	NÚMERO/ÓRGÃO	DATA	NÚMERO	DATA
Bach. em Ciências da Computação	Res. C.Un. 21/77	24/03/77	P. 60	15/01/80
Bach. em Matemática	Res. C.Un. 21/77	24/03/77	Dec. 83.340	17/04/79
Engenharia Civil	Dec. 33.286	14/07/53	Dec. 44.768	31/10/58
Engenharia Elétrica	*		Dec. 68.624	17/05/71
Engenharia de Minas	Res. C.Un. 21/77	23/03/77	Em	tramitação
Engenharia Agrícola	Res. C.Un. 11-A/76	27/04/76	Dec. 83.394	02/05/79
Engenharia Mecânica	Res. C.Un. 52/77	05/05/76	Dec. 83.390	02/05/79
Engenharia Química	Res. C.Un. 51/77	05/05/77	Dec. 83.390	02/05/79
Meteorologia	Res. C.Un. 10-A/74	08/02/74	Dec. 82.517	30/10/78
Tec. de Nível Sup. em Couros e Tanantes	Res. C.Un. 92/76	17/09/76	Dec. 83.520	29/05/79
Tec. de Nível Sup. em Processamento de Dados	Res. C.Un. 01/74	05/01/74	Dec. 78.315	26/08/76
Desenho Industrial	Res. C.Un. 194/78	10/10/78	Em	tramitação.
Engenharia de Materiais	Res. C.Un. 61/79	13/02/79	Em	tramitação

FONTE: PROPLAN/PRG

Res. C.Un. - Resolução do Conselho Universitário

P. - Parecer

* Informação não disponível

QUADRO N: 10

UFPb - CURSOS DE GRADUAÇÃO RECONHECIDOS POR CENTRO

C.H.

CAMPUS II

CURSO	FUNCIONAMENTO		RECONHECIMENTO	
	ATO DE CRIAÇÃO		A T O	
	NÚMERO/ÓRGÃO	DATA	NÚMERO	DATA
Ciências Sociais:Bacharelado	Res. 05/71	05/03/71	Dec. 74.005	02/05/74
Ciências Sociais:Licenciatura	Res. 05/71	05/03/71	Dec. 74.005	02/05/74
Economia	P. 525 e 757	27/10 e 18/12/60	Lei 3.855	13/12/60
Pedagogia:Licenciatura	Res. C.Un. 296/79	19/04/79	Em fase de planejamento	
Administração	Res. C.Un. 24/80	17/01/80	"	"
História:Bacharelado	Res. C.Un. 23/80	17/01/80	"	"
Letras:Licenciatura	Res. C.Un. 23/80	17/01/80	"	"

FONTE: PROPLAN/PRG

Res. C.Un. - Resolução do Conselho Universitário
P. Parecer.

QUADRO Nº 11

UFPb - CURSOS DE GRADUAÇÃO RECONHECIDOS POR CENTRO

C.C.B.S.S.

CAMPUS II

CURSO	FUNCIONAMENTO		RECONHECIMENTO	
	ATO DE CRIAÇÃO		A T O	
	NÚMERO/ÓRGÃO	DATA	NÚMERO	DATA

MEDICINA

Res. C.Un.198/79 20/06/79

Em fase de planejamento

Fonte: PROPLAN/PRG

Res. C.Un. - Resolução do Conselho Universitário

QUADRO N° 12

UFpb - CURSOS DE GRADUAÇÃO RECONHECIDOS POR CENTRO

C.C.A.A.

CAMPUS III

CURSO	FUNCIONAMENTO		RECONHECIMENTO	
	ATO DE CRIAÇÃO		ATO	
	NÚMERO/ÓRGÃO	DATA	NÚMERO	DATA
Agronomia	Dec. 696	02/04/36	Dec. 62.715	16/05/68
Zootecnia	Res. C.Un. 79/76	02/09/76	P. 63	15/10/80

FONTE: PROPLAN/PRG

Res. C.Un. - Resolução do Conselho Universitário

P. - Parecer

QUADRO N° 13

UFPb - CURSOS DE GRADUAÇÃO RECONHECIDOS POR CENTRO

C.F.T.

CAMPUS IV

CURSO	FUNCIONAMENTO		RECONHECIMENTO	
	ATO DE CRIAÇÃO		A T O	
	NÚMERO/ÓRGÃO	DATA	NÚMERO	DATA
Tec. Nível Superior em Cooperativismo	Res. C.Un. 91/76	17/10/76	Dec. 83.376	30/04/79

FONTE: PROPLAN/PRG

Res. C.Un. - Resolução do Conselho Universitário

QUADRO N° 14

UFPb - CURSOS DE GRADUAÇÃO RECONHECIDOS POR CENTRO

C.F.P.

CAMPUS V

CURSO	FUNCIONAMENTO		RECONHECIMENTO	
	ATO DE CRIAÇÃO		A T O	
	NÚMERO/ÓRGÃO	DATA	NÚMERO	DATA
Lic. em Ciências - 1º Grau	Res. C.Un. 136/79	19/04/79	Em	Tramitação
Lic. em Estudos Sociais-1º Grau	Res. C.Un. 136/79	19/04/79	"	"
Lic. Plena em Geografia	Res. C.Un. 136/79	19/04/79	"	"
Lic. Plena em História	Res. C.Un. 136/79	19/04/79	"	"
Lic. Plena em Letras	Res. C.Un. 136/79	19/04/79	"	"
Lic. Plena em Pedagogia	Res. C.Un. 294/79	04/01/80	"	"
Lic. Plena em Ciências	Res. C.Un. 136/79	19/04/79	"	"

FONTE: PROPLAN/PRG

Res. C.Un. - Resolução do Conselho Universitário

QUADRO N: 15

UFPb - CURSOS DE GRADUAÇÃO RECONHECIDOS POR CENTRO

C.H.

CAMPUS VI

CURSO	FUNCIONAMENTO		RECONHECIMENTO	
	ATO DE CRIAÇÃO		ATO	
	NÚMERO/ÓRGÃO	DATA	NÚMERO	DATA

Direito

Res. C.Un. 85/79 11/12/79

Em Tramitação

FONTE: PROPLAN/PRG

Res. C.Un. - Resolução do Conselho Universitário

QUADRO N: 16

UFPb - CURSOS DE GRADUAÇÃO RECONHECIDOS POR CENTRO

C.C.A.

CAMPUS VII

CURSO	FUNCIONAMENTO		RECONHECIMENTO	
	ATO DE CRIAÇÃO		ATO	
	NÚMERO/ÓRGÃO	DATA	NÚMERO	DATA
Engenharia Florestal	Res. C.Un. 381/79	06/12/79	Em fase de planejamento	
Medicina Veterinária	Res. C.Un. 381/79	06/12/79	"	"

FONTE: PROPLAN/PRG

Res. C.Un. - Resolução do Conselho Universitário

QUADRO Nº 17

UFPb - DOCENTES ENVOLVIDOS NO PICD A CADA ANO, NO PAÍS

CAMPUS	CURSO	1976	1977	1978	1979	1980	TOTAL
João Pessoa	Mestrado	34	53	144	135	23	389
	Doutorado	08	11	26	35	18	98
Campina Grande	Mestrado	05	06	27	29	09	76
	Doutorado	-	05	05	10	01	21
Areia	Mestrado	03	02	02	11	03	21
	Doutorado	02	01	-	02	03	08
Bananeiras	Mestrado	-	01	01	01	-	03
	Doutorado	-	-	-	-	-	-
TOTAL	Mestrado	42	62	174	176	35	489
	Doutorado	10	17	31	47	22	122

FONTE: PROPLAN/PRPG - 31/12/1979

QUADRO Nº 18

UFPb - DOCENTES ENVOLVIDOS NO PICD A CADA ANO, NO EXTERIOR

1976/79

CAMPUS	CURSO	1976	1977	1978	1978	1980	TOTAL
João Pessoa	Mestrado	02	07	09	07	06	31
	Doutorado	11	23	31	52	13	130
Campina Grande	Mestrado	-	01	02	02	-	05
	Doutorado	09	16	18	24	06	73
Areia	Mestrado	-	-	-	-	-	-
	Doutorado	-	-	-	01	-	01
TOTAL	Mestrado	02	08	11	09	06	36
	Doutorado	20	39	49	77	19	204

FONTE: PROPLAN/PRPG - 31/12/1979

QUADRO N: 19

UFPB - DOCENTES POR CATEGORIA FUNCIONAL - 1976/80

CATEGORIA FUNCIONAL	1976	1977	1978	1979	1980*
Titular	327	315	308	308	304
Adjunto	124	121	119	119	226
Assistente	186	318	318	318	237
Auxiliar de Ensino	359	275	236	236	188
Colaborador	209	674	1.132	1.600	1.674
Visitante	25	58	94	105	144
TOTAL	1.230	1.761	2.207	2.686	2.773

FONTE: PROPLAN/D.P.

* Dados referentes a fev./80

QUADRO N: 20

UFPb - DOCENTES POR REGIME DE TRABALHO - 1976/80

REGIME DE TRABALHO	1976	1977	1978	1979	1980*
Horista	-	54	115	132	18
T-12	14	03	-	-	-
T-20	325	352	336	443	618
T-40	381	262	239	245	272
Dedicação Exclusiva	510	1.090	1.517	1.866	1.865
TOTAL	1.230	1.761	2.207	2.686	2.773

FONTE: PROPLAN

*Dados referentes a fev./80.

QUADRO N: 21

UFPb - DOCENTES POR QUALIFICAÇÃO - 1976/80

QUALIFICAÇÃO	1976	1977	1978	1979	1980*
Doutorado	43	89	144	140	157
Mestrado	140	286	370	551	630
Especialização ou Aperfeiçoamento	571	492	746	1.040	1.118
Graduados	449	856	900	904	825
2º Grau	27	38	37	51	43
TOTAL	1.230	1.761	2.207	2.686	2.773

FONTE: PROPLAN/PRPG - em 31/12/79

* Dados referentes a fev./80

QUADRO Nº 22

UFPb - CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO POR CAMPUS/CENTRO

1976/80

CAMPUS	CENTRO	NÚMERO DE CURSOS				
		1976	1977	1978	1979	1980*
I	CCSA	01	01	02	03	03
	CCEN	01	01	02	02	03
	CE	-	01	01	01	01
	CCHLA	02	02	03	05	05
	CCS	-	-	02	05	05**
	CT	02	02	03	03	03
II	CCT	02	02	06	06	08
	CH	01	03	03	03	02
III	CCA	-	01	03	03	03
TOTAL		09	13	25	29	31

FONTE: PROPLAN/PRPG

* Dados referentes a fev./80

** Dois cursos que foram criados no 2º período. não foram computados para o estudo

QUADRO Nº 23

EVOLUÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

1971/75

ANO	CORPO DISCENTE			CORPO DOCENTE	TÉCNICO-ADMINISTRAT.	ÁREA FÍSICA m ²
	GRAD.	PÓS-GRAD.	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL
1971	6.648	50	6.698	708	1.210	66.546
1972	7.389	83	7.472	742	1.238	69.350
1973	7.973	92	8.065	821	1.341	81.327
1974	9.194	132	9.326	900	1.343	86.835
1975	10.218	161	10.379	987	1.489	89.385

FONTE: COPLAN/UFpb

QUADRO Nº 24

EVOLUÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

1976/80

ANO	CORPO DISCENTE		CORPO DOCENTE	TÉCNICO ADMINISTRAT.	CURSO		ÁREA FÍSICA m ²
	GRAD.	PÓS-GRAD.			GRAD.	PÓS-GRAD.	
1976	11.301	197	1.230	1.547	43	09	89.385
1977	14.268	439	1.761	1.745	54	13	90.354
1978	16.084	630	2.207	2.459	57	25	135.345
1979	19.317	950	2.686	3.360	63	29	175.340
*1980	21.071	1.123	2.773	4.068	72	31	228.188

FONTE: PROPLAN - Dados Básicos 1970/80
*até fevereiro de 1980

QUADRO Nº 25:

EXPANSÃO TERRITORIAL E FÍSICA DA UFPb
(1976/1980)

CAMPUS	LOCALIZAÇÃO NO ESTADO			EVOLUÇÃO FÍSICA			
	MUNICÍPIO	REGIÃO	DIST/ CAPIT.	1976		1980	
				TOTAL ha	CONSTRUÍ. m ²	TOTAL ha	CONSTRUÍ. m ²
I	João Pessoa	Litoral	-	162	54.160	365 ¹	136.930 ³
II	C. Grande	Agreste	123	11	11.500	51	39.030
III	Areia	Brejo	125	307	15.590	362	24.500 ⁴
IV	Bananeiras	Brejo	132	369	9.090	369	10.220
V	Cajazeiras	Sertão	466	-	-	25	2.780
VI	Sousa	Sertão	427	-	-	826 ²	1.000
VII	Patos	Sertão	296	-	-	124	2.710

FONTE: Prefeitura do Campus/PROPLAN

¹Deste total, 47.200, 1448 encontram-se em regime de comodato e o restante em conclusão em fins de 1980.

²Deste total, 7.760 tiveram sua previsão prevista para 1980.

³Deste total, 200 ha correspondem ao terreno da EMBRAPA cedido em regime de comodato à UFPb para instalação do NUPPA.

⁴Terreno do Ministério da Agricultura cedido à UFPb para o Campus Universitário.

QUADRO Nº 26

CURSOS MINISTRADOS PELA UFPb POR CAMPUS E CENTRO

CAMPUS I - JOÃO PESSOA

(continua)

CENTRO/CURSO	PÓS-GRADUAÇÃO	2º GRAU
CCEN		
Geografia (L) (B)	Física Teórica (M)	
Ciências I e II Graus (L)+	Física (D)+	
Física (L) (B)		
Química (L) (B)+		
Biologia (B)		
Matemática (B)		
CCHLA		
Educação Artística (L)+	Psicologia (M)	
Filosofia (L) (B)	Letras (M)	
História (L)	Serviço Social (M) +	
Letras (L)	Filosofia (M) +	
Psicologia (L)	Ciências Sociais (M) +	
Formação de Psicólogo		
Serviço Social		
Comunicação Social +		
Música (B)+		
CCSA		
Administração	Administração (M)	Téc. em
Contabilidade	Biblioteconomia (M)	Contabilidade**
Economia	Economia (M) +	Teç. em
Direito	Direito (E) +	Secretariado**
Biblioteconomia		
CE		
Pedagogia	Educação Permanente (M)+	

(conclusão)

CENTRO/CURSO	PÓS-GRADUAÇÃO	2º GRAU
CCS		
Enfermagem Farmácia Medicina Odontologia Nutrição + Fisioterapia	Enfermagem (M) + Produtos Naturais (M) + Engenharia Biomédica (M)+ Residências* (E)	
CT		
Arquitetura e Urbanismo Engenharia Civil Engenharia de Alimentos + Engenharia Mecânica Química Industrial	Engenharia de Produção (M) Engenharia Térmica (M) + Ciênc.e Técn. de Alimentos (M)	

FONTE: Elaborado pela autora

+ - cursos criados no período 1976/80

* - Pediatria, Tecoginecologia, Clínica Médica, Cirurgia Geral, Medicina Preventiva, Psiquiatria, Neurologia, Ortopedia, Enfermagem Psiquátrica e Cirúrgica e Traumatologia Buco-Maxilo-Facial

** - cursos mantidos pela Academia Epitácio Pessoa, com apoio da UFPb

E - ESPECIALIZAÇÃO

M - MESTRADO

D - DOUTORADO

QUADRO Nº 27

CURSOS MINISTRADOS PELA UFPb POR CAMPUS E CENTRO

CAMPUS II - CAMPINA GRANDE

CENTRO/CURSO	PÓS-GRADUAÇÃO	2º GRAU
CCT		
Computação (B)+	Engenharia de Sistemas (M)	
Matemática (B)+	Engenharia Civil (M)	
Desenho Industrial +	Meteorologia (M)	
Engenharia Civil	Engenharia Elétrica (M) (D)+	
Engenharia de Minas +	Engenharia Química (M) +	
Engenharia Elétrica	Geologia (M)+	
Engenharia Mecânica +	Ferrovias (E) +	
Engenharia Química +	Economia Mineral (E)+	
Meteorologia		
Tec.Nível Sup. em Processamento de Dados		
Tec.Nível Sup. em Couros e Tanantes +		
Engenharia Agrícola +		
Engenharia de Materiais +		
CCBS		
Medicina		
CH		
Letras (L) (B)+	Sociologia Rural (M) +	
Ciências Sociais (L) (B)	Economia Rural (M) +	
Economia	Educação (E) +	
Pedagogia +		
Administração +		
História +		

FONTE: Elaborado pela autora

* Curso absorvido da Faculdade de Medicina de Campina Grande

(E) Especialização (M) Mestrado (D) Doutorado

+ Cursos criados no período 1976/80

QUADRO Nº 28

CURSOS MINISTRADOS PELA UFPb POR CAMPUS E CENTRO

CAMPUS III - AREIA

CENTRO/CURSO	PÓS-GRADUAÇÃO	2º GRAU
--------------	---------------	---------

CCA

Agronomia	Manejo e conservação de	
Zootecnia +	Solos (M) +	
	Produção Animal (M) +	
	Produção Vegetal (M) +	

FONTE: Elaborado pela autora
+ Curso criado no período 76/79
(M) Mestrado

QUADRO Nº 29

CURSOS MINISTRADOS PELA UFPb POR CAMPUS E CENTRO

CAMPUS IV - BANANEIRAS

CENTRO/CURSO	PÓS-GRADUAÇÃO	2º GRAU
--------------	---------------	---------

CFT

Tecnólogo de Nível Superior em Cooperativismo +		Técnico em Agro- pecuária*
--	--	-------------------------------

FONTE: Elaborado pela autora
+ Curso criado no período 1976/79
* Curso técnico.

QUADRO Nº 30

CURSOS MINISTRADOS PELA UFPB POR CAMPUS E CENTRO

CAMPUS V - CAJAZEIRAS

CENTRO/CURSO	PÓS-GRADUAÇÃO	2º GRAU
CFT		
Geografia (L)+		Enfermagem
Pedagogia +		
História (L)+		
Letras (L)+		
Ciências de I Grau (L)+		

FONTE: Elaborado pela autora

+ Cursos criados no período 1976/80

* Curso Técnico

(L) Licenciatura Plena

QUADRO Nº 31

CURSOS MINISTRADOS PELA UFPB POR CAMPUS E CENTRO

CAMPUS VI - SOUSA

CENTRO/CURSO	PÓS-GRADUAÇÃO	2º GRAU
Direito*+	Direito (E)	

FONTE: Elaborado pela autora

+ Curso criado no período 1976/79

* Absorvido da Faculdade de Direito de Sousa

(E) Especialização

QUADRO Nº 32

CURSOS MINISTRADOS PELA UFPB POR CAMPUS E CENTRO
CAMPUS VII - PATOS

CENTRO/CURSO	PÓS-GRADUAÇÃO	2º GRAU
Medicina Veterinária +*		
Engenharia Florestal +*		

FONTE: Elaborado pela autora

+ Curso criado no período 1976/79

* Absorvido da Fundação Francisco Mascarenhas

QUADRO Nº 33

RELAÇÃO DOS PROJETOS DE PESQUISA DO CAMPUS VII - PATOS
1976/80

TÍTULO	ÓRGÃO FINANCIADOR	INÍCIO
-Projeto de Pesquisa Agropecuária aplicada à Região Semi-Árida da Paraíba.	CNPq	1979
-Produção e Reprodução do Gado Sindi no Semi-Árido.	CNPq	1980*
-Agrosilvicultura no Trópico Semi-Árido	CNPq	1980*
-Programa de Pesquisa Florestal.	SUDENE	1979
-Mapeamento de Pragas e Doenças e Dinâmica da População.	CNPq	1980*

FONTE: Relatório - CAMPUS VII

* 1º semestre de 1980

QUADRO Nº 34

DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA DOS DISCENTES

1980*

Estrato	Tamanho	POPULAÇÃO (NI)	AMOSTRA (ni)
1		12.529	1.259
2		4.977	497
3		736	74
4		519	52
5		940	94
6		216	22
7		126	13
TOTAL		20.043	2.004

FONTE: CODESC/PRAG

*Até fevereiro de 1980.

ni = tamanho da amostra no estrato \bar{e}

f = fi = 0,10

n = ni

$$f = \frac{n \rightarrow \text{amostra}}{N \rightarrow \text{população}} \Rightarrow 0,10 = \frac{n}{20.043} \Rightarrow n \approx 2.004 \text{ (amostra total)}$$

$$i = 1.2 \dots 7 \quad \frac{n}{N} = \frac{ni}{NI}$$

$$n1 = \frac{N1}{N} \cdot ni = \frac{12.529}{20.043} \cdot 2.004 \Rightarrow \approx 1.253$$

$$n2 = \frac{N2}{N} \cdot ni = \frac{4.977}{20.043} \cdot 2.004 \Rightarrow \approx 497$$

$$n_3 = \frac{N_3}{N} \cdot n_i = \frac{736}{20.043} \cdot 2.004 \Rightarrow \approx 74$$

$$n_4 = \frac{N_4}{N} \cdot n_i = \frac{519}{20.043} \cdot 2.004 \Rightarrow \approx 52$$

$$n_5 = \frac{N_5}{N} \cdot n_i = \frac{940}{20.043} \cdot 2.004 \Rightarrow \approx 94$$

$$n_6 = \frac{N_6}{N} \cdot n_i = \frac{216}{20.043} \cdot 2.004 \Rightarrow \approx 22$$

$$n_7 = \frac{N_7}{N} \cdot n_i = \frac{126}{20.043} \cdot 2.004 \Rightarrow \approx 13$$

QUADRO N° 35

DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA DOS DOCENTES

1980*

Estrato	Tamanho	POPULAÇÃO (NI)	AMOSTRA (ni)
1		1.819	182
2		680	68
3		84	8
4		64	6
5		50	5
6		41	4
7		35	4
TOTAL		2.773	277

Fonte: DP/CODESC/PROPLAN

*Até fevereiro de 1980.

n_i = tamanho da amostra no estrato \bar{e}

$f = f_i = 0,10$

$n = n_i$

$$f = \frac{n \rightarrow \text{amostra}}{N \rightarrow \text{população}} \Rightarrow 0,10 = \frac{n}{2.773} \approx 273 \text{ (amostra total)}$$

$$i = 1.2....7 \quad \frac{n}{N} = \frac{n_i}{N_i}$$

$$n_1 = \frac{N_1}{N} \cdot n_i = \frac{1.819}{2.773} \cdot 277 \Rightarrow \approx 181$$

$$n_2 = \frac{N_2}{N} \cdot n_i = \frac{680}{2.773} \cdot 277 \Rightarrow \approx 68$$

$$n_3 = \frac{N_3}{N} \cdot n_i = \frac{84}{2.773} \cdot 277 \Rightarrow \approx 8$$

$$n_4 = \frac{N_4}{N} \cdot n_i = \frac{64}{2.773} \cdot 277 \Rightarrow \approx 6$$

$$n_5 = \frac{N_5}{N} \cdot n_i = \frac{50}{2.773} \cdot 277 \Rightarrow \approx 5$$

$$n_6 = \frac{N_6}{N} \cdot n_i = \frac{41}{2.773} \cdot 277 \Rightarrow \approx 4$$

$$n_7 = \frac{N_7}{N} \cdot n_i = \frac{35}{2.773} \cdot 277 \Rightarrow \approx 4$$

QUADRO N° 36

DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA DOS MEMBROS DA COMUNIDADE
1980*

Estrato	Tamanho	POPULAÇÃO (NI)			AMOSTRA (ni)
		Ver.	Dep.	Pref.	
1		22	13	1	36
2		19	9	1	29
3		7	1	1	9
4		9	2	1	12
5		10	3	1	14
6		9	3	1	13
7		9	2	1	12
TOTAL		85	33	7	125

FONTE: Assembléia Legislativa
Câmara Municipal
1980

QUADRO Nº 37

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DA UFPB POR CAMPUS

CAMPUS	POPULAÇÃO			
	DISCENTES	ENTREVISTADOS	DOCENTES	ENTREVISTADOS
João Pessoa	12.529	1.252	1.819	182
Campina Grande	4.977	497	680	68
Areia	736	74	84	8
Bananeiras	519	52	64	6
Cajazeiras	940	94	50	5
Sousa	216	22	41	4
Patos	126	13	35	4
TOTAL	20.004	2.004	2.773	277

FONTE: Elaborado pela autora

QUADRO Nº 38

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DA COMUNIDADE POR CAMPUS

CAMPUS	POPULAÇÃO		
	DEPUTADOS	VEREADORES	PREFEITOS
João Pessoa	13	22	1
Campina Grande	9	19	1
Areia	1	7	1
Bananeiras	2	8	1
Cajazeiras	3	10	1
Sousa	3	9	1
→ Patos	2	9	1
TOTAL	33	85	7

FONTE: Elaborado pela autora

QUADRO N° 39

PRINCIPAIS MOTIVOS QUE O LEVARAM A SE FIXAR NA REGIÃO

MOTIVOS	DISCENTES	%	DOCENTES	%	COMUNIDADE	%
-Existência de cursos de seu interesse;	391	24.39	26	9.02	-	-
-Procura de emprego;	252	15.73	42	14.58	17	12.14
-Por ser da região e nela encontrar condições satisfatórias de vida;	708	44.16	102	35.41	108	77.14
-Transferências;	200	12.42	66	22.91	7	5.00
-Outros:	52	3.25	52	18.08	8	5.72
T O T A L						

FONTE: Elaborado pela autora

QUADRO N° 40

DESEJA PERMANECER NA REGIÃO ?

RESPOSTAS	DISCENTES	%	DOCENTES	%	COMUNIDADE	%
Sim	1.635	81.58	230	83.03	83	66.40
Não	369	18.42	47	16.97	42	33.60

Fonte: Elaborado pela autora

QUADRO Nº 41

A TRANSITORIEDADE DE SUA PERMANÊNCIA DEVE-SE A:

RAZÕES NEGATIVAS	DISCENTES	%	DOCENTES	%	COMUNIDADE	%
-Apenas para concluir um curso superior;	151	40.92	-	-	-	-
-Inexistência de mercado de trabalho;	109	29.53	27	57.44	24	57.14
-Inexistência de condições satisfatórias de vida;	71	19.24	11	23.40	10	23.81
-Implantação de programas;	18	4.88	6	12.78	8	19.05
-Outras.	20	5.43	3	6.38	-	-
TOTAL	369	100.00	47	100.00	42	100.00

Fonte: Elaborado pela autora

QUADRO N° 42

É POSSÍVEL QUE OCORRA CARÊNCIA NA REGIÃO;
INDIQUE AS MAIS GRAVES EM CADA ÁREA

SAUDE	DISCENTES	%	DOCENTES	%	COMUNIDADE	%
-População infantil encontra-se em estado de desnutrição, ocasionando deficiências no rendimento escolar;	315	15.48	192	21.71	31	23.84
-Acentuado número de doenças infecto-contagiosas;	401	19.72	174	19.68	29	22.30
-Condições precárias de disponibilidades de leitos hospitalares;	482	23.69	172	19.46	32	24.62
-Pouco esforço no que tange à interiorização, ampliação e melhoria dos serviços de saúde;	444	21.83	145	16.41	20	15.89
-Insuficiência dos equipamentos básicos tendem a neutralizar o atendimento médico-hospitalar.	392	19.28	201	22.74	18	13.85
T O T A L	2.034	100.00	884	100.00	130	100.00

FONTE: Elaborado pela autora

QUADRO Nº 43

INDICAR AS CARENCIA NA ÁREA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

ALTERNATIVAS	DISCENTES	%	DOCENTES	%	COMUNIDADE	%
-Déficit de escolarização;	400	16.06	153	19.87	39	30.00
-Qualificação deficiente do corpo docente;	571	22.94	35	4.54	28	21.54
-Inadequação do ensino em termos de currículos;	519	20.84	184	23.89	25	19.23
-Falta de instalações e equipamentos necessários ao ensino profissionalizante;	463	18.59	262	34.03	21	16.16
-Elevado índice de evasão e escassez do rendimento escolar.	537	21.57	136	17.67	17	13.07
TOTAL	2.490	100.00	770	100.00	130	100.00

FONTE: Elaborado pela autora

QUADRO Nº 44

INDICAR AS CARENCIAS NA ÁREA DA HABITAÇÃO

ALTERNATIVAS	DISCENTES	%	DOCENTES	%	COMUNIDADE	%
-Baixo nível de renda da população reflete no aspecto qualitativo das habitações;	576	21.67	136	18.99	19	12.33
-A população mais carente de melhoria das condições habitacionais encontra-se desassistida;	664	24.98	113	15.78	36	23.38
-Inadequada distribuição espacial de atividades do desenvolvimento;	462	17.38	134	18.72	24	15.58
-Necessidade de se criar programas habitacionais;	536	20.16	160	22.34	37	24.03
-Construção de habitações para as classes mais carentes.	420	15.81	173	24.17	38	24.68
T O T A L	2.658	100.00	716	100.00	154	100.00

FONTE: Elaborado pela autora

QUADRO N.º 45

INDICAR AS CARÊNCIAS NA ÁREA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

ALTERNATIVAS	DISCENTES	%	DOCENTES	°%	COMUNIDADE	%
-Falta de infra-estrutura para a instalação de parque industrial;	701	36.99	208	31.95	48	27.74
-Setor secundário da economia pouco desenvolvido;	892	47.07	151	23.20	66	38.16
-Inexistência de um mercado absorvedor de mão-de-obra qualificada.	302	15.94	292	44.85	59	34.10
T O T A L	1.895	100.00	651	100.00	173	100.00

FONTE: Elaborado pela autora

QUADRO Nº 46

INDICAR AS CARENCIAS NA ÁREA DA INFRA-ESTRUTURA

ALTERNATIVAS	DISCENTES	%	DOCENTES	%	COMUNIDADE	%
-Os meios de transportes apresentam deficiências, desde a sua inadequação física até a falta de complementariedade dos sistemas;	668	30.07	161	25.15	42	23.59
-Os serviços existentes de energia elétrica não têm propiciado um nível de atendimento satisfatório;	581	26.16	143	22.34	51	28.66
-A infra-estrutura de telecomunicações não dispõe das melhores condições de atendimento desses serviços;	493	22.20	164	25.63	43	24.16
-O abastecimento d'água no meio rural não oferece as condições técnicas adequadas.	479	21.57	172	26.88	42	23.59
T O T A L	2.221	100.00	640	100.00	178	100.00

FONTE: Elaborado pela autora

QUADRO N° 47

INDICAR AS CARENCIAS NA ÁREA DA PECUÁRIA

ALTERNATIVAS	DISCENTES	%	DOCENTES	%	COMUNIDADE	%
-Oferta de emprego muito irregular no decorrer do ano;	425	19.64	142	22.53	51	27.56
-Insuficiência de pesquisa e não utilização de novas tecnologias;	610	28.20	182	28.89	47	25.41
-Reduzida participação dos pequenos agricultores sem terra;	526	24.31	120	19.05	38	20.55
-Escassez e irregularidade na distribuição das chuvas, além do uso inadequado dos recursos.	602	27.83	186	29.53	49	26.48
T O T A L	2.163	100.00	630	100.00	185	100.00

FONTE: Elaborado pela autora

QUADRO N° 48

ATUAÇÃO DA UFPb COM RELAÇÃO ÀS NECESSIDADES DA REGIÃO

RAZÕES	DISCENTES	%	DOCENTES	%	COMUNIDADE	%
-Satisfaz	549	27.40	71	25.63	46	36.80
-Satisfaz em parte	714	35.63	98	35.38	61	48.80
-Não satisfaz	365	18.21	40	14.44	6	4.80
-Sem opinião	476	18.76	68	24.55	12	9.60
T O T A L	2.004	100.00	277	100.00	125	100.00

FONTE: Elaborado pela autora

QUADRO N° 49

PARA QUE A UNIVERSIDADE POSSA CADA VEZ MAIS RESPONDER
AS NECESSIDADES DA REGIÃO, É PRECISO QUE:

RAZÕES	DISCENTES	%	DOCENTES	%	COMUNIDADE	%
-Eleve os seus níveis de eficiência educacional e administrativa;	831	24.89	143	29.00	73	26.35
-Promova a adequação dos currículos à realidade regional;	789	23.64	112	22.73	67	24.19
-Desenvolva a pesquisa para o conhecimento dos programas regionais em suas diferentes dimensões;	764	22.89	144	29.02	60	21.67
-Reajuste a estrutura geral da Universidade em consonância com a melhoria do ensino, com incentivo à pesquisa e com a articulação universidade/comunidade.	954	28.58	94	19.25	77	27.79
T O T A L	3.338	100.00	493	100.00	277	100.00

FONTE: Elaborado pela autora

QUADRO Nº 50

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E PARTICIPAÇÃO RELATIVA DE PESSOAL,
OUTROS CUSTEIOS E INVESTIMENTOS

1975/80

ANOS	TOTAL	PESSOAL*	%	OUTROS CUSTEIOS	%	INVESTIMENTOS	%
1975	1.708.219	1.270.107	74	247.220	15	190.892	11
1976	2.447.047	1.874.163	77	346.440	14	226.444	9
1977	3.394.004	2.208.911	66	541.810	15	643.283	19
1978	4.576.090	3.016.209	66	591.074	13	968.807	21
1979	3.879.685	2.299.136	72	538.983	14	559.566	14
1980	3.203.040	2.613.681	82	381.916	12	207.443	6

FONTE: PROPLAN

*Preços de 1980 (em Cr\$ 1.000)

QUADRO Nº 51

ORÇAMENTOS REALIZADOS NA UFPb SEGUNDO A NATUREZA DAS FONTES
1975/80

ANOS	FONTES			TOTAL
	TESOURO	CONVÊNIOS	PRÓPRIOS	
1975	1.383.657	222.068	102.493	1.708.219
1976	2.006.579	293.645	146.823	2.447.047
1977	2.362.380	728.160	303.464	3.394.004
1978	3.106.006	1.379.249	90.835	4.576.090
1979	2.882.600	904.490	110.595	3.897.685
1980	2.766.863	390.345	45.853	3.203.040

FONTE: PROPLAN

*Preços de 1980 (em Cr\$ 1.000)

9.

BIBLIOGRAFIA

- ADRIAN, William B. Sistemas de multicampus. In: CONSELHO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS; reunião plenária, 25, Niterói, jul. 1977. Anais... Niterói, 1977. p. 59.
- ANDRADE, Manuel Correia. Geografia econômica do Nordeste. Fortaleza, BNB, 1974. p. 30.
- ALBUQUERQUE, Lynaldo Cavalcanti. A expansão da UFPb. João Pessoa, UFPb, 1979. p. 1-6. /discurso de formatura - mimeo/
- _____. A inserção da universidade na realidade brasileira. João Pessoa, Ed. Universitária/UFPb, 1979. p. 20.
- _____. A pós-graduação no Nordeste. João Pessoa, Ed. Universitária/UFPb, 1979. p. 30.
- _____. Universidade e realidade brasileira. João Pessoa, Ed. Universitária/UFPb, 1980. p. 35, 47, 104, 148.
- _____. Universidades e interiorização. João Pessoa, Ed. Universitária/UFPb, 1980. p. 14, 40, 43, 45.
- ALMEIDA, Reynaldo Mello de. Universidade; expansão e modernização. João Pessoa, Ed. Universitária/UFPb, 1977. p. 7, 9.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Assuntos Universitários. Programa de Expansão e Melhoria das Instalações do Ensino Superior. Consolidação da UFPb. Brasília, 1975. p. 1, 2, 3, 5.

BRASIL. Presidência da República. Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 3. Brasília, set. 1980-85. 20 p.

BRASIL. Presidência da República. Plano Nacional de Desenvolvimento, 3. Brasília, mai. 1980-85. 10 p.

BRASIL UNIVERSITÁRIO. São Paulo, Anais Científicos Ltda, v. 27, n. 78/79, jun. 1970. 29 p.

_____. São Paulo, Anais Científicos Ltda, v. 36, n. 100/104, jun. 1979. 15 p.

CONSELHO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS; reunião plenária, 25. Anais... Niterói, jul. 1978. p. 17, 24, 25, 53.

_____. reunião plenária, 27. Anais... Vitória, jul. 1978. 18 p.

_____. reunião plenária, 28. Participação da universidade no desenvolvimento nacional. Belo Horizonte, jul. 1979. p. 142, 143, 144.

_____. reunião plenária, 29. Anais... João Pessoa, jul. 1979. p. 12, 13.

_____. reunião plenária, 30. Financiamento do ensino superior. Curitiba, jan. 1980. 8 p.

_____. reunião plenária, 31. Anais... São Luis, jul. 1980. 12 p.

- EBERT, Harry. As instalações físicas. Brasília, MEC/PREMESU, 1974. 10 p.
- ESTATUTO da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, Ed. Universitária/UFPb, 1978. 37 p.
- GRAGOSO FILHO, Carlos. A universidade brasileira. João Pessoa, Grafset, 1984. p. 1, 3, 4.
- FINGER, Almeri Paulo. A experiência da UFPb com o sistema multicampi em sua estruturação acadêmica e administrativa; projeto de pesquisa. Florianópolis, UFSC, 1980. p. 3, 4, 5. /mimeo/
- HOEL, Paul G. Estatística elementar. São Paulo, Atlas, 1980. 37 p.
- HORIZONTE. João Pessoa. Ed. Universitária/UFPb. v. 2, n. 5, jul/dez. 1977. 225/336 p.
- MACEDO, Edison Flávio. Multiversidade. Florianópolis, Imprensa Universitária/UFSC, 1969. 40 p.
- MARTINEZ, Serafim Rodrigues. Uma universidade dinâmica. João Pessoa, Ed. Universitária/UFPb, 1979. 30 p.
- MONTENEGRO, Agrimar S. Cruz. UFPb etapas do desenvolvimento. João Pessoa, Grafset, 1984. p. 8.
- MONTE NETO, Orígens. O papel da universidade no desenvolvimento regional. Fortaleza, BNB. 1976. p. 22, 25, 38, 39.

- RAMOS, José Ferreira. Análise crítica da UFPb. João Pessoa, 1979. p. 49. /mimeo/
- RIBEIRO, Darcy. A universidade necessária. 4 Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982. 271 p.
- RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. Administração acadêmica universitária. Ed. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos S/A, 1977. 218 p.
- SEMINÁRIO SOBRE O SISTEMA UNIVERSITÁRIO E A SOCIEDADE BRASILEIRA, 1. João Pessoa, 25-27 out. 1978. Anais... Brasília, Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras; reunião Estudos e debates, Brasília, 1978. 30 p.
- SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE PLANEJAMENTO DE CAMPI UNIVERSITÁRIO, 1, Brasília, 17-27 mar. 1975. Anais... Brasília, Programa de Expansão e Melhoramento das Instalações do Ensino Superior, 1975. 40 p.
- SIRVENT, Maria Teresa. Educação comunitária; a experiência do Espírito Santo. Vitória, Ed. Brasiliense, 1984. 18 p.
- UFCE. Plano geral da ação, 2. 1977/79. Fortaleza, 1976. 27 p.
- UFPb. Catálogo de Pós-graduação. 1980. João Pessoa. Ed. Universitária/UFPb, 1980. p. 14, 15, 161, 165, 166.
- _____. Compromisso com a região. João Pessoa, Ed. Universitária/UFPb, 1983. 26 p.

- _____. Encontro de executivos, 1. João Pessoa, Ed. Universitária/UFPb, 1979. 33 p.
- _____. Encontro de executivos, 2. João Pessoa, Ed. Universitária/UFPb, 1982. 125 p.
- _____. Plano estratégico. 1981/84. João Pessoa, Ed. Universitária/UFPb, 1982. p. 19-20.
- _____. Projeto da cidade universitária de João Pessoa. v.1. João Pessoa, Ed. Universitária/UFPb, 1966. p. 22, 49, 50.
- _____. Relatório geral, 1976. João Pessoa, Ed. Universitária/UFPb, 1976. p. 70.
- _____. Relatório geral. 1978/79. João Pessoa, Ed. Universitária/UFPb, 1980. p. 70, 354.
- _____. Relatório geral. 1980. João Pessoa, Ed. Universitária/UFPb, 1980. p. 14, 15, 165, 166.
- _____. Regimento geral. Determina a estrutura administrativa da instituição. João Pessoa, Ed. Universitária/UFPb, 1980. 16 p.
- _____. Uma universidade multicampi. João Pessoa, Ed. Universitária/UFPb, 1980. p. 4, 5, 8, 15.
- _____. Universidade e Nordeste: fundamentos da gestão Lyndalvo Cavalcanti de Albuquerque. João Pessoa, Ed. Universitária/UFPb, 1980. p. 23, 24, 42, 44.

UFRN. Plano geral de ação. 1976/79. Natal, Imp. Universitária/UFRN, 1973. p. 48.

_____. Reforma administrativa; experiência da UFRN. Natal, Imp. Universitária/UFRN, 1983. 17 p.

VAHL. Teodório Rogério. A privatização do ensino superior; causas e conseqüências. Florianópolis, Ed. Lunardelli, Imprensa Universitária/UFSC, 1980. p. 104.